

PUC – PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA, NEOLIBERALISMO E
SUBJETIVIDADE

Luis Henrique Antunes

SÃO PAULO
2023

LUIS HENRIQUE ANTUNES

**CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA, NEOLIBERALISMO E
SUBJETIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador(a): Profa. Dra. Rosemary Segurado

**SÃO PAULO
2023**

LUIS HENRIQUE ANTUNES

**CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA, NEOLIBERALISMO E
SUBJETIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

DATA DA AVALIAÇÃO ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosemary Segurado
(Orientadora – PEPG/CS – PUCSP)

Prof. Dr. Rafael de Paula Aguiar Araújo
(PEPG/CS – PUCSP)

Prof. Dr. Pedro Malina
(FMU-SP)

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) –131770/ 2021-7.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – 131770/ 2021-7.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Rose Segurado, por ter me mostrado que a relação entre orientando-orientadora pode ser muito mais afetiva do que seus formalismos pressupõem. Rose, obrigado pela divertidíssima jornada que foi produzir essa pesquisa.

À Alessandra Ogassavara, que não só me escutou nos momentos de felicidade, como me deu suporte nos momentos de desespero. Essa pesquisa não teria sido realizada sem a sua ajuda.

Aos meus amigos que me escutaram a falar do meu tema por incontáveis noites de sábado em minha casa e que me deram todo o carinho e suporte do mundo para realizar esse trabalho. Vocês sempre serão meu ponto de equilíbrio.

À minha família, que me forneceu todas as possibilidades de continuar com esse trabalho. Sem vocês eu não saberia o que fazer.

Minha admiração e profundo agradecimento aos professores componentes da Banca de Defesa: Rafael Araújo e Pedro Malina.

EPÍGRAFE

Cada ser humano não é apenas ele mesmo, é também o ponto único, todo especial, sempre importante e singular, onde os fenômenos do mundo se cruzam uma única vez e, desta forma, nunca mais. Por isso a história de cada ser humano é importante, eterna, divina. Por isso cada ser humano, enquanto viver e cumprir a vontade da natureza, é maravilhoso e digno de todo cuidado. Em cada um, o espírito se tornou forma; em cada um, a criatura sofre; em cada um, um salvador é crucificado...

A vida de cada pessoa é um caminho para si mesmo, a tentativa de um caminho, a insinuação de uma trilha. Nenhum ser humano jamais foi inteiramente si mesmo, mas cada um de nós já luta para tornar-se si mesmo.

(Hermann Hesse, A Magia do Começo, 2022 - p.7)

RESUMO

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA, NEOLIBERALISMO E SUBJETIVIDADE

Esta dissertação teve como objetivo analisar as relações entre capitalismo de vigilância e neoliberalismo na produção de subjetividades. O estudo tem como base o livro *A era do capitalismo de vigilância*, de Shoshana Zuboff, no qual a autora busca esmiuçar a complexa e multifacetada relação das plataformas com os interesses econômicos neoliberais. Ela ainda pontua que a privacidade dos usuários é sistematicamente atacada pelas empresas, já que elas dependem de uma quantidade massiva de dados digitais para serem capazes de prever o comportamento deles online. Por fim, a pesquisa foi capaz de ponderar sobre as diversas consequências da predominância das big tech na sociedade contemporânea, tais como discurso de ódio online, enfraquecimento dos valores democráticos e doenças psicológicas.

Palavras-chave: capitalismo de vigilância; neoliberalismo; subjetividade; plataformas

ABSTRACT

SURVEILLANCE CAPITALISM, NEOLIBERALISM AND SUBJECTIVITY

This dissertation aimed to analyze the relationship between surveillance capitalism and neoliberalism in the production of subjectivities. The study is based on the book *The Age of Surveillance Capitalism*, by Shoshana Zuboff, in which the author seeks to scrutinize the complex and multifaceted relationship between platforms and neoliberal economic interests. She also points out that the privacy of users is systematically attacked by companies, as they depend on a massive amount of digital data to be able to predict their behavior online. Finally, the research was able to consider the various consequences of the predominance of big tech in contemporary society, such as online hate speech, weakening of democratic values and psychological illnesses.

Keywords: surveillance capitalism; neoliberalism; subjectivity; platforms

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. NEOLIBERALISMO.....	9
1.1.1. NEOLIBERALISMO E DESPOLITIZAÇÃO: IMPACTOS NA ESFERA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA	21
1.1.2. INDIVIDUALISMO E DESPOLITIZAÇÃO.....	23
1.2. . INDIVIDUALISMO E NEOLIBERALISMO	24
1.3. A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL	29
1.4. A MODELAGEM DA SOCIEDADE PELA EMPRESA	32
1.5. NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO HUMANO.....	36
1.6. NOVA RAZÃO DO MUNDO E NEOLIBERALISMO COMO GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE DARDOT E LAVAL	39
2. A CULTURA DA VIGILÂNCIA E O CAPITALISMO.....	43
2.1. DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA.....	50
2.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA	58
2.3. O EFEITO DOS MERCADOS DE DADOS NO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA.....	60
2.4. FUTURO DA COLETA DE DADOS	63
3. SUBJETIVIDADE.....	65
3.1. CAPITALISMO E SUBJETIVIDADE.....	72
3.2. NEOLIBERALISMO E O HOMEM ENDIVIDADO	76
3.3. SUJEIÇÃO SOCIAL E ESCRAVIZAÇÃO MAQUÍNICA.....	80
3.4. MÁQUINA SOCIAL	87
3.5. SUBJETIVIDADES POLÍTICAS E DEMOCRACIA	89
3.6. TRABALHO IMATERIAL E A SUBJETIVIDADE	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve como objetivo compreender como o capitalismo de vigilância, com suas inúmeras técnicas de sequestro de dados, pode influenciar a construção da subjetividade. Em outras palavras, quais as bases e de quais formas a big tech consegue influenciar cotidiano de seus usuários.

Grandes empresas de tecnologia, como o grupo Meta ou Alphabet, se utilizam de técnicas de coleta de dados para criar o que chamam de *big data*. Dizendo desta forma, pode-se até soar inofensivo. No entanto, a forma com a qual essas empresas se apropriam dos dados, por muitas vezes, são alheias às regulamentações. De outra maneira, ao oferecerem um produto, tais como o Instagram ou o serviço de e-mail da Google, Gmail, essas empresas exigem como moeda de troca pelos seus serviços os mais variados dados de seus usuários. Todavia, essa relação passa longe de ser simétrica, uma vez que os usuários não são informados, em sua totalidade, dos termos para os quais estão assinando ao ingressarem nas plataformas.

Essas empresas se utilizam de brechas nas legislações para se infiltrarem na nossa privacidade. O que elas buscam, alheio ao conhecimento de muitos de seus usuários, são todos os tipos de dados possíveis: que horas nos levantamos, o que comemos, com quem nos relacionamos, o que desejamos, o que nos faz chorar ou rir. Com essa quantidade quase infinita de informação sobre quem somos, tais empresas nos recomendam novos conteúdos para serem acessados. Seja na compra de um aspirador de pó inteligente, seja para comprar um novo livro, o que essas empresas fazem é direcionar o nosso olhar para aquilo que produza, em alguma medida, engajamento e retorno financeiro para elas.

Os usuários, por sua vez, se encontram dentro de um sistema que busca, na medida do possível, não apenas prever os seus futuros comportamentos, mas também orientar a construção de seus desejos e personalidade. Essas empresas criam condições para que nada da vida de seus usuários as escape.

A autora Shoshana Zuboff (2021) afirma que, uma vez extraída a experiência humana, ela é transmitida na forma de dados comportamentais, produzindo um superávit que forma a base dessa nova categoria de trocas de mercado. O capitalismo de vigilância se origina nesse ato de sequestro de dados pelas empresas. Ainda para a autora, essa busca por mais e mais dados fez com que as empresas de tecnologia investissem nas mais diversas formas de coleta dos nossos dados, tendo como alguns exemplos: aplicativos de saúde, câmeras de vigilância, dispositivos inteligentes dos mais variados e plataformas de entretenimento.

Ela ainda comenta que, para o capitalismo de vigilância, a internet é essencial para seu desenvolvimento/aplicação. A autora afirma que essa nova forma de exploração encontrou um solo extremamente fértil a partir dos anos 2000, tendo como suas bases o desenvolvimento tecnológico (como internet e seus aparatos) e um modelo econômico centrado no neoliberalismo. Ela ainda deixa claro que, mesmo que o neoliberalismo não seja dependente do capitalismo de vigilância para sua existência, o contrário não seria verdadeiro, uma vez que o modelo econômico central das big tech é altamente dependente dos valores neoliberais.

O neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), não apenas destrói as regras, instituições e direitos. Ele também fabrica alguns tipos de relações sociais, certas formas de viver, certas subjetividades. Para os autores, o que está em jogo é a nossa forma de existência, ou seja, como nos comportamos, como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos. Para o neoliberalismo, é crucial que seus valores sejam os balizadores da formação da nossa sociedade.

Portanto, neste trabalho, no primeiro capítulo, iremos observar como o neoliberalismo e o capitalismo de vigilância se retroalimentam, uma vez que o neoliberalismo é uma ideologia política e econômica que tem como objetivo desregular e liberalizar os mercados em todo o mundo. Ele defende a liberdade individual, a concorrência entre empresas e a redução do papel do Estado na economia e no social. Em termos práticos, isso significou privatizações, desregulamentações financeiras, redução dos gastos públicos e implementação de políticas de livre comércio.

No segundo capítulo, temos a conceituação de capitalismo de vigilância, que é entendido como um modelo econômico que explora e lucra com a coleta de dados pessoais dos usuários da internet. Empresas como Google, Facebook e Amazon usam algoritmos para coletar dados sobre nossos comportamentos online, gostos e preferências e, em seguida, vendem essas informações para anunciantes e outras empresas. Em outras palavras, essas empresas transformaram a privacidade em uma forma de mercadoria. O capitalismo de vigilância não é, apenas, sobre a coleta de dados, mas também sobre o controle que essas empresas têm sobre nossas vidas.

Essas empresas usam dados para criar perfis de usuários altamente detalhados, alimentando assim seus sistemas de inteligência artificial para oferecer sugestões personalizadas de produtos e serviços. Isso aumenta ainda mais a dependência do usuário dessas plataformas e reforça a lógica desse modelo econômico.

No terceiro capítulo, a discussão sobre capitalismo de vigilância e neoliberalismo será retomada, buscando, dessa vez, observar de qual forma a subjetividade das pessoas pode ser

afetada/transformada. Para isso, utilizarei como base os conceitos de Maurizio Lazzarato, que entende que a subjetividade é produzida e moldada pelas relações sociais e econômicas em que as pessoas se encontram. Ele argumenta que a globalização e a crescente dependência do capitalismo sobre a informação e as tecnologias de informação e comunicação têm um impacto significativo na transformação da subjetividade contemporânea. O autor ainda afirma que o neoliberalismo tem como objetivo transformar os indivíduos em empreendedores de si mesmos, buscando, constantemente, o sucesso financeiro e material através da competição. Para além disso, ele destaca a importância das redes sociais e das tecnologias digitais na construção da subjetividade atual, argumentando que essas ferramentas são utilizadas pelas empresas para extrair dados pessoais e moldar a subjetividade dos usuários, reforçando a lógica do capitalismo de vigilância. Por fim, no último capítulo, será feito um resumo das principais questões debatidas no texto e quais os possíveis achados quanto ao tema investigado.

1. NEOLIBERALISMO

A estrutura política do neoliberalismo combina política e economia. Ela apoia a iniciativa privada e busca transferir o poder sobre as questões econômicas do governo para o setor privado. Muitas políticas neoliberais estão centradas no funcionamento eficiente do capitalismo de livre mercado e enfatizam a redução dos gastos do governo, regulamentação e propriedade pública. Safatle (2015) definiu o Neoliberalismo da seguinte forma:

O neoliberalismo é um modelo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação econômica. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social. Isso significa, concretamente, retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classe (p. 15).

Na era do capitalismo neoliberal, os Estados são guiados pela lógica comercial da competitividade. Como consequência, a competição atinge um novo patamar: os governos competem por dinheiro estrangeiro em escala global, e os oligopólios multinacionais têm considerável influência nesse conflito. A competição entre governos por investimentos estrangeiros leva ao exame da legislação e ao cancelamento de acordos entre sindicatos e empresas. A este respeito, há dois desenvolvimentos dignos de nota: o primeiro é a relativização do estatuto do Estado como entidade integradora dos âmbitos da vida comunitária. A segunda mudança é consequência da primeira: todas as áreas do Estado passaram a ser geridas de forma competitiva. Em outras palavras, o Estado, como outras organizações, busca maximizar sua produção (DARDOT et al., 2016).

Atualmente, alguns sociólogos e pesquisadores afirmam que existe um vasto conhecimento sobre o neoliberalismo. Este fato motivou os pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval a escrever “A Nova Razão do Mundo”, um livro que dissipa algumas das ilusões comuns sobre a natureza do capitalismo contemporâneo. Segundo os autores, o sistema neoliberal está criando uma desativação sem precedentes do jogo democrático, inaugurando a “era pós-democrática” em todo o mundo (QUEIROZ, 2018).

A questão central do livro citado anteriormente é como a lógica neoliberal adquire um caráter totalizante e abrangente, abarcando desde o Estado até todas as esferas da existência humana. Segundo os autores Dardot e Laval (2016), a construção dessa nova racionalidade ou razão-mundo consiste nas seguintes etapas: “da construção do mercado à concorrência como

norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como a norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma da empresa-Estado à concorrência como norma da conduta da empresa-sujeito”.¹ Ademais, no livro de Dardot e Laval (2016) é afirmado que:

Na ausência de margens de manobra, o confronto político com o sistema neoliberal enquanto tal é inevitável. Mas esse confronto também é problemático, porque é difícil reunir as condições em que ele se dá. O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalização de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico. Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis (p. 8-9).

Ainda segundo os autores, existe uma diferença significativa entre liberalismo e neoliberalismo em que, enquanto os liberais acreditavam que o livre mercado era uma lei natural que se concretizaria na ausência do Estado e, por isso, faziam questão de limitar as ações do governo sua questão central, o neoliberalismo argumentava que a intervenção do governo é necessária para que a lei do mercado exista entre os homens. Em outras palavras, ele está preocupado em como fazer do mercado o princípio de administração e o conceito de autogoverno.

A principal solução encontrada pelo neoliberalismo para esta questão seria uniformizar o papel do Estado e as formas de autogoverno dos súditos a partir da generalização da norma da concorrência e da forma de empresa, deixando à intervenção do governo a garantia das condições sociais necessárias para a plena execução da lei do mercado (SOUZA, 2021).

De acordo com Foucault (1997), o liberalismo é caracterizado por uma filosofia política e não econômica. Desse ponto de vista, seu surgimento (coincidindo com a abertura da perspectiva biopolítica) é visto como uma mudança da relevância das restrições legais externas ao poder absoluto do soberano para a crescente importância de uma arte de governar baseada na economia política.

Em outras palavras, o liberalismo é visto como uma crítica contínua baseada no mercado ao poder soberano do governo. A estrutura foucaultiana tende a oferecer ao liberalismo uma coerência interna restrita que é, na melhor das hipóteses, problemática em práticas sociais e

¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p. 372

elaborações teóricas. A notável realização de Dardot e Laval (2016) é precisamente esta: eles demonstram como a invariância do liberalismo como produção de limites de mercado ao poder soberano não apenas não nega sua estratificação interna, mas até o enriquece ao destacar a espessura, às vezes, contraditória de seu desenvolvimento histórico.

Por um lado, a característica definidora do liberalismo clássico é o conceito da pessoa interessada como o portador natural de um conjunto de limitações ao soberano. No entanto, de acordo com Silva (2011), o mesmo liberalismo clássico está longe de ter crescido como um monólito de obras totalmente uniformes. Ao contrário, foi maculado desde o início por tensões e divisões que, finalmente, se transformaram em conflitos ideológicos, morais, políticos e até científicos abertos.

Além disso, ao contrário do neoliberalismo, o liberalismo clássico é baseado em princípios de direitos ao invés de lucro econômico. Os liberais clássicos enfatizam a liberdade individual e a autonomia. Os governos devem ser limitados por separações de poderes para que os cidadãos desfrutem do máximo de liberdade. Como os indivíduos são inteligentes e egoístas, seria suficiente que regras autoimpostas fossem aplicadas por um governo mínimo (MARTINS e SOARES, 2018).

A noção de pacto social é importante para o liberalismo clássico. As pessoas renunciam a uma parte de sua liberdade dando poder a representantes escolhidos (como funcionários do governo) que trabalham em seu nome. Esses funcionários eleitos têm, apenas, a autoridade fornecida a eles pelo povo e devem prestar contas ao eleitorado. Quando uma pessoa pode eleger um novo funcionário, ele recupera sua independência. De acordo com os liberais clássicos, a “mão invisível” governa o livre mercado, o que apoia a noção de governo limitado.

Em contraste, o neoliberalismo está mais preocupado com o lado econômico da sociedade do que com os direitos individuais. Os neoliberais apoiam a economia *laissez-faire*, que sustenta que a economia deve ser deixada por conta própria e governar a si mesma. A economia neoliberal enfatiza a desregulamentação e a privatização de acordo com as crenças liberais clássicas de que é preferível um governo que não interfira.

A naturalidade do mercado sob o liberalismo é construída sobre a noção de comércio; como tal, contrasta, fortemente, com a artificialidade dos fluxos de dinheiro, bens e pessoas que supostamente dirige de forma inteligente. Segundo Martins e Soares (2018), em contraste, sob um quadro neoliberal, a naturalidade do mercado é imediatamente produzida pela ideia artificial de formalização representada pela competição. Em outras palavras, a “natureza” deve ser construída propositalmente para que a estrutura formal da competição econômica opere efetivamente.

De acordo com Catini (2020), na visão Christian Laval, o neoliberalismo tem sido, frequentemente, visto através do prisma da “destruição”, “desmantelamento” e “morte” do Estado social e educacional. Vários trabalhos sobre o assunto têm títulos como “A Destruição das Universidades” e “O Fim da Previdência Social”. Já para o sociólogo Pierre Félix Bourdieu, o neoliberalismo às vezes é confundido com “ultraliberalismo” ou “libertarismo”, o que indicaria o colapso do Estado no mercado.

A apresentação e análise do processo de transformação da empresa como modelo de subjetivação do Estado e do povo é outro componente importante do livro². Esse tipo de subjetivação é, novamente, centrado na competição e resulta em mudanças significativas para os indivíduos, para o Estado e até para as corporações. A lógica do neoliberalismo transformou completamente a face das empresas, que, agora, estão sujeitas a um punhado de acionistas globais que, para determinar a expansão ou redução de seus investimentos, incentivam uma ampla concorrência entre empresas dentro de uma mesma organização e entre seus funcionários. Essa tendência é auxiliada pela implantação de avaliações contínuas e individualizadas, pois as empresas querem poder monitorar a eficiência das unidades produtivas e até mesmo dos indivíduos, a fim de fornecer dados objetivos que permitam o contínuo acirramento da concorrência (DA SILVA, 2017).

Seguindo, o termo neoliberalismo foi então cunhado, em Paris, durante uma reunião entre economistas, em 1938. Esse grupo, que incluía Walter Lippmann, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, definiu o neoliberalismo como uma ênfase na “prioridade do mecanismo de preços, livre iniciativa, uma economia competitiva e um Estado forte e imparcial” (SAFATLE, DA SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021).

Como refugiados da Áustria controlada pelos nazistas, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek viram o nascimento da social-democracia, como exemplificado pelas políticas do *New Deal* do presidente Franklin D. Roosevelt e pelo Estado de bem-estar social, como sistemas de propriedade comunal de produção e riqueza na mesma escala socioeconômica do nazismo e do comunismo na Grã-Bretanha do pós-guerra. Esses eventos foram assim apresentados no livro de Dardot e Laval (2016) da seguinte forma:

A “grande transformação” que caracteriza os anos 1930 e 1940 é uma resposta de grande envergadura ao “desaparecimento da civilização de mercado e, mais precisamente, uma reação à tentativa derradeira e desesperada de restabelecer o mercado autorregulador nos anos 1920: “O liberalismo econômico fez um lance alto para restabelecer a autorregulação do sistema, eliminando todas as políticas

² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

intervencionistas que comprometiam a liberdade dos mercados de terra, trabalho e moeda”. Desse lance alto, em que a moeda desempenhou o papel principal, à grande transformação, a consequência é direta. O imperativo da estabilidade monetária e da liberdade do comércio mundial levou a melhor sobre a preservação das liberdades públicas e da vida democrática. O fascismo foi o sintoma de uma “sociedade de mercado que se recusava a funcionar” e o sinal do fim do capitalismo liberal tal como fora inventado no século XIX. A grande reviravolta política dos anos 1930 manifesta-se como uma ressocialização violenta da economia. Por toda parte, a tendência é a mesma: subtraem-se do mercado concorrencial as regras de fixação dos preços do trabalho, da terra e da moeda para submetê-las a lógicas políticas que visam à “defesa da sociedade” (p. 60).

Depois de ser amplamente desconsiderado durante a Segunda Guerra Mundial, o neoliberalismo ganhou ênfase em 1947, quando a *Mont Pelerin Society* (MPS) foi fundada. A MPS, composta por renomados economistas clássicos e neoliberais, filósofos e historiadores como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, dedicava-se a promover os princípios de livre mercado, liberdade individual e uma sociedade aberta.

Dardot (2021) explica que, para os neoliberais, a importância do Estado de direito é destacada de forma excepcionalmente forte. Todos têm direito a tratamento igual pelas instituições legais, administrativas e políticas da sociedade. Ninguém deve receber privilégios com base em sua influência social, poder social ou posição herdada.

Em sua declaração de missão inicial, os economistas expressaram preocupação com as crescentes “ameaças à civilização” representadas pelo progressivo poder de muitos dos governos do mundo sobre seus cidadãos. A economia e a política pós-Segunda Guerra Mundial foram dominadas pelo advento do comunismo nas nações do Bloco Oriental da Europa Central e Oriental e pelo domínio emergente do socialismo da era da Depressão nas economias democráticas do Bloco Ocidental (DARDOT, 2021).

Não obstante, a partir do apoio de Eleanor Roosevelt a Joseph Stalin e a defesa do socialismo de Albert Einstein, Friedrich Hayek escreveu *The Road to Serfdom*, em 1944. Hayek fez uma severa advertência contra os riscos do controle do governo sobre os meios de produção através da degradação progressiva dos direitos individuais e o Estado de direito em um discurso amplamente citado.

No início da década de 1980, as administrações do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, executaram uma série de reformas econômicas neoliberais destinadas a reverter a estagflação contínua que definiu aquela década nos Estados Unidos e no Reino Unido. A MPS forneceu 22 dos 76 profissionais econômicos da equipe de campanha de Ronald Reagan, incluindo Milton Friedman, que presidiu o Conselho de Consultores Econômicos do presidente (DARDOT, 2021).

A *Mont Pelerin Society*, que se comprometeu a nunca apoiar um partido político ou disseminar propaganda, continua a realizar reuniões mensais nas quais seus membros buscam maneiras pelas quais o mercado livre pode substituir muitas funções fornecidas pelo governo.

Atualmente, dois fundamentos da política econômica neoliberal são: a desregulamentação, a diminuição do controle do governo sobre os negócios; e a privatização, a transferência de propriedade do governo, propriedade ou empresas para o setor privado. Historicamente, as indústrias desregulamentadas incluíram os setores de aviação, telecomunicações e transporte. O sistema penal, que inclui instituições privadas com fins lucrativos, e o desenvolvimento do sistema rodoviário interestadual são exemplos de privatização.

O neoliberalismo favorece a globalização e o capitalismo de livre mercado sobre os mercados altamente controlados vistos nos países comunistas e socialistas. Além disso, os neoliberais querem fortalecer a posição do setor privado na economia cortando, drasticamente, os gastos do governo. Dardot e Laval (2014) citam que:

O Estado se retira, mas que ele exerce seu poder de forma mais indireta, orientando tanto quanto possível as atividades dos atores privados e incorporando ao mesmo tempo os códigos, as normas e os padrões definidos por agentes privados (empresas de consulting, agências de classificação, acordos comerciais internacionais). Exatamente do mesmo modo como a gestão privada visa a fazer com que os assalariados trabalhem o máximo possível por meio de um sistema de incentivos, a “governança de Estado” visa oficialmente a fazer com que entidades privadas produzam bens e serviços de forma supostamente mais eficiente e outorga ao setor privado a capacidade de produzir normas de autorregulação no lugar da lei. O Estado espera dos atores privados nacionais ou transnacionais que ajam no sentido de uma coordenação das atividades internacionais. Trata-se, portanto, de um Estado que é muito mais “estrategista” do que produtor direto de serviços (p. 273).

Na prática, os objetivos do neoliberalismo dependem muito do governo. Dessa forma, o neoliberalismo se opõe, fundamentalmente, às políticas econômicas *laissez-faire* do liberalismo clássico. Em contraste com o liberalismo clássico, o neoliberalismo é altamente construtivista e requer um envolvimento substancial do governo para implementar suas reformas de controle de mercado em toda a sociedade.

A partir dos ensinamentos de Aristóteles, cientistas políticos e sociais anteciparam que os conceitos de capitalismo neoliberal e socialismo irão convergir, especialmente em democracias representativas (VEIGA-NETO, 2013). Os capitalistas ricos defenderão que o governo não limite seu potencial de ganho enquanto protege suas riquezas. Ao mesmo tempo, os pobres exigirão que o governo estabeleça políticas que lhes permitam adquirir uma parcela maior dessas riquezas.

O livre comércio é uma característica fundamental do neoliberalismo. De acordo com Harvey (2005), o livre comércio permite que cada nação comercialize entre si sem custo adicional, permitindo-lhes fazer uso de suas próprias vantagens comparativas. Tarifas e outros obstáculos comerciais aumentam os preços para quem os aplica. O neoliberalismo afirma que o livre comércio não apenas reduz o custo de aquisição de bens de outras nações, mas também beneficia ambos os lados.

Na atual economia global, pode parecer que o livre comércio está transferindo empregos de um país para outro. No entanto, os neoliberais acreditam que a mudança no emprego será transitória, pois os consumidores estão pagando menos por bens e serviços, que podem ser usados para pagar outras coisas que podem gerar empregos. Além disso, como resultado de suas commodities mais baratas, a oferta estimula a demanda de nações estrangeiras.

Ao reduzir os obstáculos comerciais, os clientes pagam menos do que a tarifa de importação necessária. Enquanto isso, ao permitir a entrada de mercadorias estrangeiras no país, aumenta a concorrência. Este aumento do nível de concorrência pressiona as empresas a reduzirem custos e aumentarem a eficiência, a fim de competir com uma gama mais ampla de empresas.

Níveis reduzidos de regulamentação governamental e tributação impulsionam o investimento corporativo local e internacional. Isso porque os benefícios para a empresa são muito maiores. Harvey (2005) explica que, ao mesmo tempo, a concorrência mundial obriga as empresas a melhorarem sua eficiência ou fechamento de risco.

Apesar dos benefícios apontados pelos neoliberalistas, políticos e economistas de esquerda e direita atacaram o neoliberalismo, principalmente após a crise financeira global de 2008-2009 (VEIGA-NETO, 2013). Os opositores argumentam que a justificativa do neoliberalismo para a adoção de princípios de livre mercado em certas áreas, como educação e saúde, é inadequada, uma vez que os serviços públicos, ao contrário dos mercados comerciais e industriais tradicionais, não são motivados pelo potencial de lucro. Os oponentes afirmam que a abordagem de livre mercado generalizada do neoliberalismo pode agravar as desigualdades na prestação de serviços sociais essenciais, criando assim danos de longo prazo para a economia como um todo.

Segundo Borges (2018) o intervencionismo e o reformismo social de inspiração keynesiana se tornaram um dos principais alvos da crítica neoliberal, que, embora não reverta à ideia de inação do Estado, se opõe a qualquer ação que impeça o crescimento competitivo. A mudança neoliberal não é caracterizada pela ideia de “desengajamento do Estado”, mas sim

pela teoria de uma intervenção governamental liberal que encoraja a competição do setor privado.

Outras críticas neoliberais giram em torno da crença de que os mercados e a motivação do lucro são eficientes e trazem um benefício líquido para a sociedade. No entanto, alguns mercados fornecem benefícios externos que superam seu custo real. A educação e a saúde, por exemplo, podem custar bilhões de dólares ao governo, mas oferecem benefícios externos na forma de cidadãos mais saudáveis e informados. Estes não seriam suficientes se deixados ao livre mercado, pois não geram lucro. Isso porque o mercado livre não considera benefícios externos.

Além disso, o neoliberalismo tem sido criticado por promover situações econômicas e políticas que fornecem poderes quase monopolistas para grandes corporações, enquanto transferem uma quantidade desproporcional de benefícios de produção para a classe alta. De acordo com alguns economistas, esse efeito capacita as grandes corporações, e não as pessoas, a controlar as condições básicas da vida cotidiana. Nessa abordagem, Zuboff (2021) vincula o neoliberalismo ao capitalismo de vigilância.

O capitalismo de vigilância, segundo a autora, evoluiu de uma confluência única de condições, uma tempestade perfeita de ingredientes que deu origem a uma nova ideologia tecnológica. Isso inclui o advento do capitalismo neoliberal. Em seu livro “A Era do Capitalismo de Vigilância”, Zuboff (2021) afirma:

O capitalismo de vigilância entrou em cena com a democracia já contra as cordas, com sua vida inicial protegida e nutrida pelas reivindicações do neoliberalismo por liberdade que o distancia da vida das pessoas. Os capitalistas de vigilância aprenderam depressa a explorar o impulso concentrado cujo objetivo era esvaziar o sentido e a força da democracia

[...]

Podemos ver agora que o capitalismo de vigilância faz uma curva ainda mais aguda rumo à dominação do que seu código-fonte neoliberal prediria, ao reivindicar seu direito à liberdade e ao conhecimento e ao mesmo tempo focar numa visão coletivista que reclama a totalidade da sociedade. Embora ainda soe como Hayek, e até mesmo Smith, suas ambições coletivistas antidemocráticas o mostram como uma criança insaciável devorando os pais idosos (p. 609).

Ela argumenta que o neoliberalismo promoveu o crescimento do capitalismo de vigilância de duas maneiras. Primeiro, substituiu o contrato social entre as empresas e seus trabalhadores por um impulso para buscar agressivamente a riqueza dos acionistas. Isso permitiu que empresas como Google e Facebook buscassem margens de lucro crescentes e construíssem rapidamente um capitalismo de vigilância sem a supervisão do governo.

Em segundo lugar, ela argumenta que os desenvolvimentos econômicos neoliberais aumentaram as vulnerabilidades econômicas e sociais dos indivíduos da “segunda modernidade”, tornando-os mais suscetíveis à influência de “um capitalismo digital voltado para a defesa”. Google e Facebook se apresentaram como uma solução para a insegurança e imprevisibilidade da vida neoliberal, colocando informações e interações pessoais ao seu alcance. No artigo “Economia Psíquica dos Algoritmos e Laboratório de Plataforma: Mercado, Ciência e Modulação do Comportamento”, de Bruno et al., (2019), é afirmado que:

No cotidiano de plataformas digitais online, são coletados inúmeros tipos de informações de diferentes fontes. Nesta colheita, qualquer tipo de informação é relevante: desde “curtidas” do Facebook, passando pelas buscas no Google, e-mails, textos, fotos, músicas e vídeos, localizações, padrões de interações, redes, compras, movimentos, todos os cliques, até palavras com erros ortográficos, mensagens escritas e apagadas, velocidade de digitação, visualizações de páginas, e muito mais. Ainda que a escala da “big data” seja constituída por uma captura constante e ininterrupta de todo tipo de “small data” (p. 7).

Outra crítica mais comum levantada contra o neoliberalismo é que suas políticas promovem a desigualdade econômica baseada em classes enquanto permitem ou mesmo exacerbam a pobreza global. Segundo os neoliberais, enquanto os pobres perdem o poder de compra, os ricos se fortalecem e têm maior propensão a poupar, evitando que o dinheiro “esgote” para as classes populares (MARTINS e SOARES, 2018).

O neoliberalismo também exibe uma falta de preocupação com o bem-estar humano. Essa crítica, que está ligada às críticas à desigualdade socioeconômica, afirma que, ao enfatizar a privatização e os lucros cada vez maiores, o neoliberalismo restringe comportamentos que podem melhorar a condição humana, mas podem potencialmente reduzir os lucros.

Por exemplo, o neoliberalismo pode restringir operações mais sustentáveis e ecológicas por serem mais caras, culminando em um desastre ambiental após o outro (que, por sua vez, são sentidos mais fortemente pelas classes mais pobres e trabalhadoras). Também pode encorajar atos que aumentam os lucros, mesmo que prejudiquem pessoas reais, como aumentar o preço de medicamentos ou equipamentos que salvam vidas durante um momento de demanda.

Wendy Brown (2019) argumenta em seu livro “Nas Ruínas do Neoliberalismo” que a nova direita tem se mostrado de forma destrutiva e agressiva contra a ciência, a razão, o secularismo e as instituições democráticas. Nesse quadro, Brown busca compreender como a lógica neoliberal preparou o cenário para a mobilização e legitimação de forças antidemocráticas ao longo da segunda década do século XXI. Uma narrativa comum da esquerda, segundo a autora, sugere que a política econômica neoliberal no norte global devastou

áreas rurais e suburbanas, negando-lhes empregos decentes, pensões, escolas, serviços e infraestrutura, enquanto os gastos sociais diminuíram e o capital minguava para o sul global em busca de mão de obra barata e paraísos fiscais.

Segundo Brown (2019), os ataques neoliberais à esfera social resultaram em uma forma de “empreendedorismo” e “capitalização humana dos sujeitos” desde o final do século XX, influenciando formas de produção e reprodução como economia compartilhada, terceirização e privatização do cuidado dentro da família. Essa abordagem limitou o conceito de liberdade a uma espécie de “licença pessoal” que protege a expressão irrestrita da branquitude e da masculinidade. A incapacidade de ver o futuro é outra consequência da desagregação social abordada pela autora.

Além disso, a ênfase do neoliberalismo na eficiência econômica promoveu a globalização, que os oponentes consideram privar as nações soberanas de seu direito à autodeterminação³. Os detratores do neoliberalismo também afirmam que seu esforço para substituir empresas estatais por empresas privadas reduzirá a eficiência. Apesar do fato de que a privatização pode aumentar a produtividade, as vantagens podem não ser duradouras devido à região geográfica global restrita (HARVEY, 2005).

Por fim, o neoliberalismo pode ter facilitado um período em que o dinheiro flui entre os Estados de forma, relativamente, livre e rápida. Isso beneficiou muitos indivíduos, especialmente aqueles em países em desenvolvimento. No entanto, gera instabilidade ao permitir que esses ativos saiam tão rapidamente quanto entraram. Da mesma forma, quaisquer problemas financeiros podem ter um impacto dominó na economia global.

³ MARTINS, Débora Maria; SOARES, Jacqueline Alves. Do liberalismo clássico ao neoliberalismo. *Encontros de Iniciação Científica UNI7*, v. 8, n. 1, 2018.

1.1. DESPOLITIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

A correlação entre neoliberalismo e despolitização⁴ tem sido objeto de estudo e debate na literatura acadêmica. O neoliberalismo, como uma ideologia econômica e política que busca a limitação do Estado e a expansão do mercado, tem impactos significativos na esfera política e social.

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2020), o neoliberalismo tem como uma de suas características centrais a redução do político e a valorização do econômico. Os autores argumentam que o neoliberalismo busca despolitizar as questões sociais e reduzir o papel do Estado na regulação dos conflitos, promovendo a primazia do mercado como mecanismo central de organização da vida em sociedade.

Em sua tese de doutorado em Ciências Sociais, intitulado “Desigualdade e competição: Duas faces da governamentalidade neoliberal”, Pedro Malina (2021) destaca como o neoliberalismo, ao promover uma lógica competitiva exacerbada, tende a individualizar as relações sociais e despolitizar os conflitos coletivos. O autor argumenta que a competição constante estimulada pelo neoliberalismo cria um ambiente no qual as pessoas se preocupam principalmente com suas carreiras individuais e buscam maximizar seu sucesso pessoal, deixando de lado questões políticas e coletivas.

Wendy Brown (2015), em seu livro *Undoing the Demos, Neoliberalism's Stealth Revolution*, também aborda a relação entre neoliberalismo e despolitização. A autora argumenta que o neoliberalismo promove uma transformação silenciosa e gradual da democracia, minando a participação política e enfraquecendo as instituições democráticas. Brown explica que a lógica do mercado e a busca pelo interesse próprio predominantes no neoliberalismo enfraquecem a esfera política, reduzindo o espaço para ação política coletiva. E complementa que a despolitização é um mecanismo do neoliberalismo para neutralizar a resistência política e minar as possibilidades de transformação social.

Portanto, a partir das obras citadas, podemos observar que o neoliberalismo se utiliza da despolitização, uma vez que promove a redução do político em favor do econômico, individualiza as relações sociais e mina a participação política. Essa correlação entre

⁴ A despolitização pode ser entendida como um processo pelo qual a política é reduzida a uma mera gestão técnica, desprovida de conflitos e debates ideológicos. Como argumenta Chantal Mouffe (2018), a lógica neoliberal busca neutralizar a política transformando-a em uma questão de eficiência e competência técnicas que os leva a uma redução do espaço para a contestação e para a diversidade de perspectivas, enfraquecendo a esfera política e limitando a capacidade dos cidadãos de participar ativamente nas decisões que afetam suas vidas.

neoliberalismo e despolitização tem implicações significativas para a democracia e para a forma como as sociedades contemporâneas são governadas.

1.1.1. NEOLIBERALISMO E DESPOLITIZAÇÃO: IMPACTOS NA ESFERA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA

Para além disso, tanto neoliberalismo quanto a despolitização têm tido impactos significativos na esfera democrática contemporânea. Essa lógica neoliberal tem levado a uma série de transformações na esfera democrática, afetando a participação política e a tomada de decisões coletivas.

Um dos principais efeitos do neoliberalismo na esfera democrática é a redução do espaço para a política e a despolitização dos debates públicos. Como argumenta Wendy Brown (2015), a lógica neoliberal reduz toda a vida social à economia, transformando os indivíduos em meros investidores e consumidores. Isso leva a uma visão de mundo em que as relações sociais são mediadas pelo mercado e a política é vista como uma interferência indesejada e ineficiente.

Essa despolitização é reforçada pela hegemonia ideológica neoliberal, que busca naturalizar as relações de poder e deslegitimar qualquer forma de contestação ou resistência. Nancy Fraser (2019) destaca que o neoliberalismo progressista, por exemplo, promove uma política de reconhecimento baseada em identidades subalternas, mas mantém intacta a política econômica neoliberal. Isso cria uma ilusão de inclusão e diversidade, enquanto a política redistributiva é negligenciada.

A despolitização também é alimentada pelo discurso populista, que se apresenta como uma alternativa antipolítica ao *establishment*. Ernesto Laclau (2005) afirma que o populismo é uma resposta à vagueza e indeterminação da realidade social, mas também pode ser uma estratégia retórica que simplifica os problemas complexos e promove soluções simplistas.

Esses processos têm consequências diretas na esfera democrática contemporânea. A redução do espaço para a política e a deslegitimação da participação cidadã enfraquecem a democracia representativa e abrem espaço para discursos autoritários e extremistas. A crise da democracia liberal se manifesta não apenas na presença de líderes populistas, mas também na erosão do debate público, no crescimento de discursos fundamentalistas e xenófobos, e na desconfiança generalizada nas instituições democráticas.

Segundo Dardot e Laval (2020), o neoliberalismo busca limitar o escopo da política e reduzir o papel do Estado, priorizando o mercado como regulador principal das relações sociais. Esse enfoque neoliberal resulta em um processo de despolitização, pois enfraquece o espaço público e desencoraja a participação política ativa dos cidadãos. Os autores argumentam que o

neoliberalismo promove uma visão de mundo em que a lógica do mercado substitui a esfera política, reduzindo assim o potencial de transformação coletiva.

Brown (2015) ainda destaca a forma como o neoliberalismo mina a política democrática. Ela argumenta que a lógica neoliberal, baseada na maximização do interesse próprio e na competição de mercado, leva à despolitização dos cidadãos, pois incentiva a visão de que as escolhas individuais são suficientes para a vida social, deixando de lado questões coletivas e estruturais. Para a autora, a despolitização é uma estratégia do neoliberalismo para neutralizar a resistência política e enfraquecer a democracia.

A despolitização também é alimentada pela transformação da esfera pública em uma esfera mediática, onde a opinião pública é moldada por interesses comerciais e pela lógica do entretenimento. Jürgen Habermas (1984) argumenta que a esfera pública ideal é um espaço de debate racional e inclusivo, mas a transformação em uma esfera mediática tem levado à superficialização do debate público e à redução da participação cidadã.

Esses processos de neoliberalismo e despolitização têm impactos significativos na esfera pública contemporânea. A redução do espaço para a política e a deslegitimação da participação cidadã enfraquecem a democracia e limitam a capacidade dos cidadãos de influenciar as políticas públicas. Além disso, a transformação da esfera pública em uma esfera mediática contribui para a superficialização do debate e para a manipulação da opinião pública.

1.1.2. INDIVIDUALISMO E DESPOLITIZAÇÃO

De acordo com Dardot Laval (2020), o neoliberalismo promove uma visão de mundo centrada no indivíduo, enfatizando a autonomia, a liberdade de escolha e a maximização do interesse próprio. Essa ideologia neoliberal contribui para o fortalecimento do individualismo na sociedade que, por sua vez, leva à despolitização. Os autores explicam que o individualismo neoliberal enfraquece a dimensão coletiva da política, substituindo-a por uma lógica mercadológica na qual os cidadãos são incentivados a agir como consumidores e empreendedores de si mesmos.

Brown (2015), destaca como o neoliberalismo influencia a despolitização da sociedade ao promover uma mentalidade orientada para o mercado, na qual os valores econômicos e a maximização do interesse próprio se sobrepõem à esfera política. A autora argumenta que o individualismo neoliberal desvia a atenção dos problemas coletivos, enfraquecendo a capacidade de ação política e a solidariedade social. A despolitização resultante desse contexto limita o potencial de transformação social e a busca por soluções coletivas.

O legado do neoliberalismo na sociedade é marcado pela consolidação de um individualismo exacerbado e pela despolitização dos cidadãos. Esses fenômenos são reflexos da ênfase no mercado como regulador das relações sociais, em detrimento da esfera política. O individualismo neoliberal tem como consequência a atomização social, a competição exacerbada e a desvalorização do bem comum.

1.2. INDIVIDUALISMO E NEOLIBERALISMO

Não é por acaso que a tensão entre o indivíduo e a sociedade é um problema eminentemente moderno⁵ e atrelado ao neoliberalismo. Afinal, o início da Modernidade geralmente se refere, em geral ao seu curioso esquema de isolamento racional. A sensibilidade encontrada nos indivíduos implica convivência entre a naturalidade e a constante transição para a vida social e também na forma como os seres humanos se localizam na esfera da produção da vida material, bem como em sua individualidade perante os aspectos da vida humana em sua sensibilidade e sua genericidade. Marx (2010) adentra esse aspecto da genericidade quando afirma, nos “Manuscritos de Paris”, que o ser genérico, bem como outros animais vivem em primeira instância da natureza, enquanto “meio de vida imediato”, estão imersos nessa natureza⁶.

Mais que isso, o ser humano é parte integradora da natureza. Ela “é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer”⁷. O ser humano faz da natureza seu corpo inorgânico precisamente a partir de duas perspectivas, a saber, como meio de vida instantâneo, buscando nela a supressão de suas carências mais imediatas tais como “alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc.” e também a partir da perspectiva de que a natureza “é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital”⁸. Igualmente, o corpo e a consciência do indivíduo estão em uma relação direta e constante com a natureza, numa dependência imediata à sobrevivência física. E ainda que o ser humano amplie seu conhecimento e seu domínio sobre a natureza, esta permanece palco efetivo para as realizações humanas na constituição do mundo objetivo.

O indivíduo é um ser consciente de sua atividade produtiva exatamente porque compreende sua vida também como um objeto, ratifica assim sua genericidade e, por isso, “a sua atividade é atividade livre”. Mas, vale dizer que “a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada

⁵ O que são essas modernidades e que importância elas têm para a nossa história? A princípio, o advento do indivíduo como locus de escolha e atuação moral ocorreu no Ocidente, onde as condições para tal surgimento se instalaram primeiro. Antes de tudo, vamos estabelecer que o conceito de “individualização” não deve ser confundido com a ideologia neoliberal do “individualismo”, que transfere toda a responsabilidade de sucesso ou fracasso para um indivíduo mítico, atomizado e isolado, condenado a uma vida de perpétua competição e desconectado de relacionamentos, comunidade e sociedade. Tampouco se refere ao processo psicológico de “indivíduoação” que está associado com a exploração do autodesenvolvimento por uma pessoa ao longo de sua vida. Em vez disso, individualização é uma consequência de processos de modernização de longo prazo (ZUBOFF, 2021, p.50).

⁶ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 84

⁷ Ibidem

⁸ Ibidem

consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”⁹.

Pelo trabalho, se evidencia que o indivíduo e o ser genérico se constituem e dialogam sob as mesmas forças essenciais, são duas facetas que se retroalimentam e coexistem numa completude, formando uma unidade, a saber, o ser humano. É o indivíduo que se realiza enquanto ser universal pela consolidação de sua atividade produtiva no desenrolar da história. Nas palavras de Fromm (1970), “no tipo de atividade da vida reside todo o caráter da espécie, seu caráter como espécie; e a atividade livre e consciente é o caráter da espécie dos seres humanos”¹⁰.

Ademais, observada a relação fulcral que há entre o ser genérico e o indivíduo, bem como sua atividade produtiva, tem-se, agora, a possibilidade de observar também os desdobramentos desta atividade não só no indivíduo, mas ao mesmo tempo no ser social. Sem embargo, tal relação, para Oliveira (2015), “que é ao mesmo tempo social e individual, torna possível o desenvolvimento das faculdades humanas individuais”¹¹. E assim, à medida que se fundamenta o trabalho “enquanto categoria central do gênero humano”¹², o indivíduo objetifica sua individualidade como característica do ser genérico através da atividade produtiva, pois ela é, paralelamente, sua vida genérica.

Para Fazio (2018), a própria atividade livre e consciente do homem é assim degradada a um mero meio de reprodução física, e tanto seu corpo inorgânico – natureza – quanto seu espírito – vida genérica – são transformados em seres estranhos, relegados ao caráter de meios simples para a existência individual. A alienação é, assim, uma desumanização tal que a proposta de Adam Smith de pesar os efeitos negativos da divisão do trabalho – a educação do povo – acaba sendo insuficiente dentro do esquema marxista.

A alienação “animaliza” a própria atividade vital do homem: o trabalho. Embora comer, beber e gerar sejam funções autenticamente humanas, a redução da vida a eles pressupõe uma separação abstrata do que é propriamente humano. Enquanto a atividade vital do resto dos animais segue o caminho da evolução natural, coincidindo, imediatamente, com a satisfação das necessidades biológicas, o homem é o produtor de seus próprios meios e, deve-se acrescentar, também de suas necessidades. É uma “entidade genérica” à qual um campo em constante crescimento de fenômenos naturais corresponderá como espécie. Nesse

⁹ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 84

¹⁰ FROMM, Erich. Conceito Marxista do Homem - 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 42.

¹¹ OLIVEIRA, Manoela Hoffman. O Indivíduo em Marx. São Paulo, Alameda, 2015., p. 22.

¹² MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 24.

sentido, que a atividade vital é o trabalho significa que a natureza humana será construída através da produção. O que ele produz e como ele o produz definirá o que o homem é. O que vai acontecer em uma dupla relação: como sendo genérica, na relação do homem com a natureza; como ser social, na relação dos homens uns com os outros (KELLER, 2018).

As capacidades potenciais do ser humano representam o seu feitiço geral, o seu movimento tanto corporal quanto espiritual para desenvolver-se plenamente em termos individuais e enquanto espécie. Todavia, as condições da realidade social imprimem o solo único para a transfiguração do ser humano. Ao passo em que o indivíduo transforma a natureza, ele se modifica também. A sensibilidade perpassa por essa modificação. Sendo assim, Marx (2010) aponta que “a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui.”¹³.

A propriedade privada com o seu “poder histórico-mundial” incide sobre o ser humano uma força que impacta na formação do ser social, aprofundando inclusive o estranhamento-de-si. De modo que o indivíduo não se constitui à margem da história nem fora dos seus efeitos. Num movimento de reciprocidade, o indivíduo e os objetos de sua contemporaneidade – sejam objetos materializados no “processo vital real” ou “o desenvolvimento dos reflexos ideológicos”¹⁴– incidem um sobre o outro ações concretas que os moldam. E certamente o indivíduo luta, historicamente, para não perder sua autonomia.

O indivíduo localiza-se neste sentido, cultural e socialmente, ligado às suas origens e sem perder a perspectiva histórica que o rodeia. Sem escapar à sua contemporaneidade, o ser humano se apresenta enquanto ser social estritamente vinculado às condições sociais, concretas e reais expressas na constituição do mundo objetivo. Isso porque, de acordo com Shaff (1967), o indivíduo “recebe da comunidade num determinado grupo social, através da educação, a linguagem, uma forma de encarar o mundo, de pensar, um sistema de valores e os hábitos correspondentes, os costumes e a respectiva moral”¹⁵. Nesse contexto, a propriedade privada, enquanto experiência histórica e em sua universalidade, constitui para o indivíduo, precisamente, uma percepção de mundo que deve ser mirada.

O movimento da história exhibe a força que a propriedade privada assumiu sobre o ser humano. Historicamente, formou e moldou os sentidos humanos sempre à percepção de que esta força, exercida pela presença da propriedade privada, nada mais consta que a propensão

¹³ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 110

¹⁴ SCHAFF, Adam. O marxismo e o indivíduo. Tradução de Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. p. 55.

¹⁵ Ibidem, p. 6.

de uma humanidade voltada, supostamente, à concorrência, mas que, na realidade, revela o estabelecimento da cobiça ocultada pela “inveja universal”¹⁶. Vê-se, dessa maneira, tal qual é a força histórica da propriedade privada e como de fato ela tem exercido seu pleno “poder histórico-mundial.”¹⁷

A ideia de que a propriedade privada deve ser compreendida enquanto um aspecto natural do ser humano para uma evolução social acarreta a necessidade da percepção apartada do indivíduo sobre a generalidade humana. O ser genérico é dilacerado pelo processo que a propriedade privada impõe na relação que o ser humano tem consigo mesmo e com o outro em sua individualidade, e, por fim, em sua generalidade. A unilateralidade do ser social, impressa pela propriedade privada e pelos sentidos estranhados, implica em uma sensibilidade que toma o indivíduo enquanto objeto e não enquanto humano ativo e com o pleno domínio sobre si mesmo.

Para Lukács (2013¹⁸), a objetivação do homem representa um duplo movimento em que a objetividade do objeto e a subjetividade do sujeito se transformam simultaneamente, sendo que este último é capaz de transformar sua própria objetividade. A esse respeito, Lukács assim o expressa: “Qualquer prática social sempre revela ao mesmo tempo as atividades dos sujeitos sociais que – precisamente em suas atividades – agem não apenas sobre o mundo objetivo que os objetiva, mas ao mesmo tempo transforma o mundo sujeito da objetivação da própria existência”. Essa transformação é possível porque “todo ato de objetivação do objeto prático é ao mesmo tempo um ato de alienação do sujeito”¹⁹.

Assim, na abordagem do autor, a categoria da alienação assume o significado do momento subjetivo da objetivação, e todos os significados individuais que ela pode assumir no processo de reificação. A alienação, por sua vez, emerge na terminologia de Lukács, onde individualidade e gênero se desenvolvem sem significados opostos. Isto é, quando a objetivação se move na direção oposta da alienação. Em suas próprias palavras:

“O desenvolvimento das forças produtivas deve ser também o desenvolvimento das aptidões humanas, mas - aqui o problema da alienação emerge plasticamente - o desenvolvimento das aptidões humanas não produz necessariamente a personalidade humana. Pelo contrário: é precisamente através A intensificação das capacidades psíquicas pode desfigurar, degradar etc.” (p. 562).

¹⁶ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p.104.

¹⁷ Ibidem. p.102.

¹⁸ LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 401.

¹⁹ Ibidem. p. 402.

Pode-se observar que Lukács (2013), nesta sua definição do estranhamento, sugere uma emanção direta da personalidade humana do interior do processo produtivo em si. Melhor ainda, sua própria compreensão da alienação como momento subjetivo da objetivação prevê, justamente, que a base do estranhamento é o ato produtivo em si. No entanto, a investigação dos Manuscritos de 1844 demonstrou que, ao contrário do que acredita o autor, não é o desenvolvimento das capacidades humanas que produz direta e imediatamente a personalidade, mas a forma social na qual a produção e reprodução da vida se realiza. Ou seja, o fenômeno do estranhamento deriva de determinadas relações sociais que se estabelecem entre os homens no engendramento de sua existência e não do ato da produção em si.

Entende-se aqui, nesta assertiva, que o trabalhador, por ter a sua autoatividade sabotada, afasta-se de si e tem assim a sua individualidade bem como sua generidade afetadas pelo estranhamento. Este é oriundo das relações pautadas na divisão social do trabalho e pelo amparo da propriedade privada que regula e orienta essas relações. Nesse sentido, o trabalhador não acessa o produto do seu trabalho, não pertence a ele. O ser social se encontra, desta feita, sob os parâmetros da propriedade privada, imerso em uma polarização entre a venalidade do indivíduo *versus* uma humanidade estranhada.

1.3. A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

O neoliberalismo é um paradigma socioeconômico da década de 1930, caracterizado pela proteção da propriedade privada e pela competição irrestrita no mercado. Além disso, é uma ideologia voltada para a produção do homem empreendedor e um sujeito individualista que busca, constantemente, o autoaperfeiçoamento com o objetivo de participar ativamente do mercado competitivo da produção para lucrar, consumir e, então, buscar novas oportunidades para o lucro. Assim, desde o início, o neoliberalismo promoveu alterações de subjetividades, além de reformas políticas e econômicas (SOUSA et al., 2021).

Quando esse regime entrou em sua idade de ouro política na década de 1990, com a inflação amplamente sob controle e o capital se tornando mais móvel, um modelo mais centrista de neoliberalismo tornou-se hegemônico nas democracias ocidentais, com um Estado ativo buscando incutir inovação e flexibilidade na esfera social em para aumentar a “competitividade” nacional e atrair investimentos domésticos.

Enquanto isso, de acordo com Merlin (2019), o aumento da dívida privada impulsionou os gastos, a casa própria e o ensino superior. Como esta fase do neoliberalismo foi muitas vezes governada por administrações de centro-esquerda, e não de direita, também foi caracterizada por esforços para reformar e reviver o domínio 'social' de uma perspectiva empresarial.

No entanto, esse mesmo período de neoliberalismo (que surgiu após o fim do socialismo de Estado) validou a tese de Foucault de que o neoliberalismo é um estilo de subjetividade agindo por meio de redes de poder capilar dentro e fora do Estado, enraizando-se em organizações tecnocráticas paraestatais como bancos centrais, terceiros e agências internacionais. É um modo de vida moral e social que, dificilmente, será mudado ou substituído por uma mudança no consenso político (ROSA, 2019). Algumas das responsabilidades do governo estão centradas em aumentar a responsabilidade do mercado, desde a preservação da qualidade e integridade do dinheiro até a defesa militar, que protege a propriedade privada (propriedade física e mental), até a criação de novos mercados (como oceanos, sustentabilidade etc.).

Além disso, o neoliberalismo é, inicialmente, uma teoria de práticas econômicas políticas que, conforme traz Rosa (2019), propõe que liberar as liberdades e habilidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio é o meio mais eficaz de promover o bem-estar humano.

O neoliberalismo e seu processo de emergência (neoliberalização) desafiaram a modernidade, as relações sociais, as estruturas de poder, as formas de pensar, as normas, as crenças éticas e o ambiente natural. Ou seja, o neoliberalismo é caracterizado por subjetividades que resultaram em estados aflitos e desviantes. Laval e Dardot (2016) afirmaram que:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” (p. 14).

Os autores também defendem que a razão neoliberal, com todas as suas demandas de reorganização social, produz um novo sujeito, que denominam de “Sujeito Neoliberal” ou “Sujeito Empreendedor”. “O homem benthamiano era o homem calculista do mercado e o homem produtor das organizações industriais. O homem neoliberal é um homem competitivo que está totalmente engajado na competição global”²⁰. Trata-se agora de engajar a subjetividade do sujeito como ser ativo e, como novidade no processo, como ser desejante, em oposição à coerção e ao adestramento corporal (UTUMI, 2022).

Segundo a lógica neoliberal, o sujeito em um contexto neoliberal é subjetivado, ou integrado com as formas, normas e comportamentos que adquiriu ao longo de sua experiência. A racionalidade do neoliberalismo atua na criação da subjetividade do sujeito, fornecendo funções psicológicas que promovem o egoísmo e fragmentam a subjetividade como consequência dos procedimentos de subjetivação. (KOSVOSKI et al., 2020).

Além disso, o neoliberalismo transformou o processo de formação da identidade humana ao reestruturar as normas sociais, priorizando valores como competitividade e redistribuindo a divisão do trabalho. Para Silva e Alexandre (2019), isso deu origem a tendências como a globalização e a ampla interconexão. Isso requiriu um desenvolvimento tecnológico mais rápido e maiores capacidades de armazenamento. A globalização e o progresso tecnológico podem ser vistos como os elementos impulsionadores dos esforços neoliberais. Tudo o que se origina em um local se espalha muito mais rapidamente pelo mundo e une pessoas afins para uma série de objetivos.

Em economia e finanças, as barreiras do mercado local estão sendo eliminadas em um passo mais acelerado do que no passado e os mercados estão logo se tornando globais

²⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p. 317

(MERLIN, 2019). Isso acelera muito a expansão dos negócios e estimula o crescimento econômico. A internet permite que até mesmo as menores empresas tenham acesso ao mercado global e aos benefícios do fornecimento e produção globais. Nesta abordagem, uma rede industrial global pode ser construída.

Os sistemas *peer-to-peer*²¹ não podem ser evitados: nos últimos anos, plataformas *peer-to-peer*, expandiram globalmente e agora têm uma participação de mercado considerável em seus respectivos setores, apesar de não possuírem nenhuma acomodação ou veículo como seus concorrentes, ao contrário de seus concorrentes, e depender apenas de *peer-to-peer*.

²¹ Uma rede *peer-to-peer* conecta computadores aproximadamente equivalentes em uma base igual, sem a mediação de um terceiro computador. O *peer-to-peer* difere das redes cliente/servidor, onde muitos computadores se conectam a um único servidor maior que direciona a comunicação dentro da rede. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-p2p-peer-to-peer/>. Acesso em: 20/07/2023.

1.4. A MODELAGEM DA SOCIEDADE PELA EMPRESA

Segundo Ferreira (2019), o sujeito ocidental “moderno” pertenceu a diferentes e conflitantes regimes normativos e registros políticos: o domínio das práticas religiosas e consuetudinárias das antigas civilizações, o campo da soberania política e a arena da troca de mercadorias. Assim, esse sujeito ocidental vivia em três espaços distintos: os serviços e crenças de uma sociedade cristã ainda rural, os Estados-nação e a comunidade política, e o mercado de trabalho e dinheiro da produção.

Essa divisão foi fluida desde o início e definir e ajustar seus limites foi crucial para as relações de poder e a estratégia política. O sistema político foi mostrado de forma, particularmente, focada como resultado dos intensos conflitos em torno de seu núcleo. A alteração gradual das conexões humanas é mais crucial, mas difícil de entender.

Nas democracias liberais, crescimento e conflito existem em oposição. Estes podem ser vistos como regimes que, dentro de parâmetros específicos, aceitaram e reconheceram o funcionamento misto do sujeito, garantindo tanto a separação quanto a articulação dos vários reinos da existência. Justen Filho (1998) explica que sua diversidade era representada pela relativa autonomia das organizações, leis e normas morais, religiosas, políticas, econômicas, artísticas e intelectuais.

Isso não significa que o caráter dinâmico que inspirou o equilíbrio e a “tolerância” tenha se esgotado. A democracia política e o capitalismo tiveram um tremendo crescimento, simultaneamente. O humano moderno se dividia em duas categorias distintas: o cidadão dotado de direitos inalienáveis e o ator econômico movido pelo interesse próprio; o humano como “fim” e “instrumento”. A história da “modernidade” sancionou uma preferência pelo segundo polo.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o capitalismo é, essencialmente, um sistema de normas sociais, uma coleção de instituições que varia por nação e região. De acordo com essa visão, que pode ser pensada como a posição real dos autores de *La Nouvelle Raison du Monde* (em contraste com a definição do capitalismo como um sistema autoreprodutor, que é apresentado como uma restituição da posição de Marx), a emancipação se apresenta como uma forma de jogar com as relações de poder que formam o tecido do mundo social.

Além disso, afirma-se que o neoliberalismo se baseia na dupla percepção de que, por um lado, o capitalismo inaugurou uma era de contínuo desenvolvimento do sistema econômico. Os homens não podem se adaptar, espontaneamente, a um sistema de mercado tão fluido, pois nasceram de maneira diferente. Portanto, é necessária uma política centrada na vida individual,

social e geral. No entanto, mudar a ordem social para a divisão do trabalho é uma tarefa monumental que consiste em criar um modo de vida para toda a humanidade.

Ademais, a mercantilização estendida adotou a forma normal de contratualização nas relações humanas. Assim, os contratos livres entre pessoas livres, sempre garantidos pelo corpo soberano, deslocaram as formas institucionais de aliança e filiação, bem como as formas anteriores de reciprocidade simbólica em geral. Segundo Justen Filho (1998), mais do que nunca, o contrato tornou-se o padrão para todas as relações humanas. Como resultado, o indivíduo, gradualmente, reconheceu sua total liberdade de envolvimento voluntário em suas conexões com os outros e passou a ver a “sociedade” como um sistema de interações associativas entre pessoas dotadas de direitos sagrados.

Assim, o sujeito produtivo foi o tema motor do imenso trabalho da sociedade industrial. Tratava-se de mais do que simplesmente expandir a produção de material. O poder deve ser reformulado como basicamente produtivo, como estimulante da produção, com seus limites determinados, apenas, pela influência de sua ação sobre a produção (FERREIRA, 2019).

O sujeito produtor, não apenas o trabalhador, mas o sujeito que gera bem-estar, alegria e felicidade em todos os aspectos de sua vida, era o correlato desse poder inerentemente produtivo. A economia política foi, rapidamente, apoiada pela psicologia científica, que definiu uma economia mental compatível com ela. A união da mecânica econômica com a psicofisiologia dos sentimentos começou no século XVII. Esse era o ponto central que definiria a nova economia humana regida pelo prazer e pelo sofrimento.

Adiante, antigas disciplinas que empregavam a compulsão para educar corpos e moldar mentes para torná-los mais submissos vão ficando em segundo plano, uma vez que objetivo agora é o de exercer controle sobre seres convocados cuja subjetividade deve estar engajada na atividade para a qual são chamados. Várias técnicas contribuem para o surgimento do sujeito unitário, muitas vezes conhecido como “sujeito empreendedor”, “sujeito neoliberal” ou simplesmente “neosujeito”. No livro “A nova razão do mundo”, Laval e Dardot (2016) fazem as seguintes definições sobre o sujeito unitário:

O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como

se está lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (p. 322).

A finalidade do novo poder para o “sujeito empreendedor” é o desejo de se atualizar, o objetivo pretendido e a motivação que impulsiona o “colaborador” da corporação. O ser desejante é o relé da tecnologia para direcionar os condutos, não apenas o local onde esse poder é aplicado. O objetivo das novas abordagens de produção e gestão é eliminar qualquer sentimento de alienação e até distância entre os indivíduos e as empresas que os empregam (MINHOTO, AMATO e CAMARGOS, 2022).

Cada um deve trabalhar pela sua própria eficiência, aumentando o seu próprio esforço, como se essa autoconduta brotasse dele, como se fosse guiado por dentro pelo comando irresistível do seu próprio desejo. Assim como a música suave acompanhou a introdução de novas tecnologias de poder no século XVII, as afirmações humanistas e hedonistas da gestão humana atual acompanham a aplicação de tecnologias destinadas a construir novas e mais efetivas formas de subordinação. Apesar de sua novidade, estes últimos caracterizam-se pelo tipo mais evidente e clássico de violência social típica do capitalismo: a tentativa de converter o trabalhador em simples mercadoria.

Isso não quer dizer que a “neogestão” seja desprovida de inovação ou que o capitalismo tenha permanecido fundamentalmente intacto. Em contraste, segundo Ferreira (2019), sua maior inovação é o processo pelo qual os indivíduos se tornam cada vez mais capazes de aceitar as novas condições que se criam para eles, ainda que suas próprias ações contribuam para tornar essas circunstâncias mais severas e prolongadas.

A singularidade reside na criação de uma “reação em cadeia” que produz “sujeitos empreendedores”, que, posteriormente, reproduzem, expandem e estimulam interações competitivas entre si. Assim, de acordo com a lógica da profecia autorrealizável, é necessário que os indivíduos se ajustem subjetivamente às condições mais duras que eles mesmos criaram.

Além disso, o novo governo sujeito pensa que a empresa é principalmente uma ferramenta e um local de competição, em oposição a um local de satisfação humana. Acima de tudo, é representado como o local ideal para a invenção, progresso contínuo e adaptação contínua às demandas do mercado em constante mudança, todos buscando a perfeição e “zero defeitos”. O indivíduo é obrigado a integrar esta imagem através de auto trabalho contínuo ou autoaperfeiçoamento.

Seu próprio especialista, empregador, inventor e empresário: a lógica neoliberal encoraja o ego a agir de uma maneira que se aprimore para prosperar em um ambiente competitivo (MINHOTO, AMATO e CAMARGOS, 2022). Cada uma de suas atividades deve

ser avaliada em relação a uma técnica de produção, um investimento e um custo estimado. A economia se desenvolve e se torna um assunto pessoal.

Atualmente, os vínculos de autocontrole e comunicação parecem estar em risco em um contexto global incontrolável. Se não existe mais o controle mundial sobre os processos econômicos e tecnológicos, a conduta das pessoas não é mais predeterminada; não é mais totalmente determinável e prescritivo. Apresenta-se que o autocontrole é uma espécie de compensação pela incapacidade de controlar o cosmos. As pessoas são os “rastreadores” mais eficazes da complexidade e os agentes mais eficazes da incerteza.

1.5. NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO HUMANO

Desde a década de 1970, o neoliberalismo, a nova forma de capitalismo, trouxe mudanças sociais substanciais. Novas formas de controle e gestão da força de trabalho infligem uma competição letal aos empregados, colocando em risco sua própria sobrevivência e tornando-os vítimas e perpetradores de novos tipos de sofrimento (OLIVEIRA, 2022).

Segundo Dardot e Laval (2016), o novo *ethos* do capitalismo é a racionalidade neoliberal. Vários indivíduos percebem o neoliberalismo como uma filosofia econômica. No entanto, o neoliberalismo pode ser entendido como uma lógica apoiada em discursos e atos que constroem formas de existência, em vez de apenas manter as regras do mercado e lutar para limitar a intervenção governamental. Uma racionalidade é uma maneira de pensar sobre o que existe; é mais do que apenas um guia para julgamento e compreensão. Porém, é também o que funciona como normatividade, buscando estabelecer um modo de vida totalmente padronizado baseado na seleção de padrões de sociabilidade praticáveis e reconhecíveis.

O neoliberalismo está associado aos esforços das nações em organizar seus negócios de acordo com os ideais do livre mercado. De acordo com essa teoria, o Estado ou qualquer outro ator externo deve interferir o menos possível no mercado, pois ele se corrige espontaneamente. De maneira semelhante, o neoliberalismo tem sido usado para ordenar a sociedade definindo o prazer em termos de negócios e objetivos monetários. Este conceito de desenvolvimento social e econômico é baseado na noção de que as pessoas não são confiáveis.

Assim, uma nova medida mais precisa é necessária para avaliar o progresso e definir o sucesso, o que é vital ao aplicar as forças de mercado como uma métrica para estabelecer metas e estratégias socioeconômicas. A esse respeito, as ideias neoliberais mobilizam empreendimento humanos que vão desde as operações do setor público até as buscas de amor pessoal e privado, além dos princípios fundamentais de utilidade e os conceitos de livre mercado.

Como consequência, o neoliberalismo busca estabelecer uma “máquina de liberdade” que avalia as ações humanas, principalmente através de lentes econômicas, colocando todas as outras considerações em segundo plano. Nessa visão, a “pessoa” é um empreendimento empresarial, com o corpo funcionando como uma espécie de capital humano que pode ser explorado para gerar dinheiro (TOMÉ, 2020). As normas são apenas manifestações específicas de normas culturais, como a língua, a origem familiar, os signos, as convenções, a cultura etc. A matriz de produção do sujeito é construída em torno dessas normas para rejeitá-las, modificá-

las ou aceitá-las. A rejeição dos padrões muitas vezes causa sofrimento psicológico (LIMA, 2022).

Além disso, propõe-se que o neoliberalismo, como racionalidade colonizadora, envolve uma nova gramática de reconhecimento da pessoa pelos outros e dentro de si, bem como uma nova semântica para a dor, que lhe confere um novo significado no contexto em que se opera. O psicanalista Christian Dunker (2011) afirmou o seguinte:

O sofrimento se transforma na função direta da gramática que o reconhece. Nesse sentido, todo sofrimento contém uma demanda de reconhecimento e responde a uma política de identificação. Cada época define politicamente quanto e qual sofrimento pode ser suportado e qual deve ser incluído na esfera do patológica (p. 219).

O neoliberalismo é também um dos impactos mais significativos na educação, pois altera a vida das pessoas e, portanto, como elas pensam e agem. Além disso, permeou muitas áreas desse sistema, resultando em uma mudança de paradigma na organização da aprendizagem.

No setor educacional, o neoliberalismo ganhou credibilidade tendo a “realidade última” como resultado dessas descobertas. Além de seus efeitos no crescimento econômico global por meio da criação do paradigma educacional baseado no conhecimento, o neoliberalismo teve um impacto significativo na vida humana. A relação entre neoliberalismo, educação e sofrimento humano é ainda mais complicada por seus vínculos com a pobreza, uma das métricas de desenvolvimento humano mais usadas (OLIVEIRA, 2022).

Dardot e Laval (2016) argumentam que a coesão do liberalismo foi desafiada e enfatizada desde o início. Por um lado, os dogmas da lei natural, liberdade de comércio, propriedade privada e as vantagens do equilíbrio do mercado exemplificam a ideologia liberal dominante do século XIX. Por outro lado, o extremo individualismo de suas reivindicações e resultados é contestado. Como consequência, instaura-se uma crise e surgem duas formas de liberalismo: uma associada a um ideal de bem comum, presumindo avanços sociais futuros; e outra que vê a liberdade individual como o objetivo final e não pode ser constrangida por dificuldades como desigualdade ou empobrecimento extremo

Baseado na conexão entre o sucesso educacional e o desenvolvimento humano, o neoliberalismo afeta vários níveis de miséria humana. O acesso à saúde é um critério adicional para avaliar o impacto dos valores neoliberais nessa miséria. Dardot e Laval (2016) citam também a seguinte afirmativa:

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais

difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo (p. 9).

Assim como a educação, o acesso à saúde é uma das medidas mais significativas e amplamente utilizadas da miséria humana, já que quem a tem tende a viver melhor do que quem não possui acesso (OLIVEIRA, 2022). Como também, o acesso aos serviços de saúde pode implicar inúmeros benefícios para as pessoas que podem pagar um plano de saúde, incluindo a disponibilidade do serviço, a variedade de recursos médicos e a aplicabilidade dos serviços a determinados grupos demográficos.

Nesse sentido, o neoliberalismo tem um efeito substancial no setor de saúde, pois incentiva as instituições a prestarem serviços médicos a quem pode pagar e não a quem realmente precisa (TOMÉ, 2020). Devido ao fato de que as famílias de baixa renda têm necessidades de saúde desproporcionalmente maiores do que as famílias de renda mais alta, esse modelo de prestação de cuidados de saúde exacerba o sofrimento humano.

O reengajamento do Estado no estabelecimento de uma ordem que o coloque sob novas limitações leva, entre outras coisas, à redução dos investimentos públicos e à erradicação de direitos anteriormente conquistados. Segundo Dardot e Laval (2016), a seguridade social governamental inviabilizaria o desenvolvimento do potencial individual sob o neoliberalismo, prejudicando o funcionamento do capitalismo. De acordo com essa teoria, quanto maior a situação de vulnerabilidade, ou seja, quanto maior a falta de proteção governamental, maior o desejo dos indivíduos de salvar sua própria segurança. Para justificar o repasse de dinheiro público aos mercados, o Estado degrada os serviços públicos e desqualifica sua capacidade de gestão perante a sociedade.

1.6. NOVA RAZÃO DO MUNDO E NEOLIBERALISMO COMO GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE DARDOT E LAVAL

Notadamente, com o desenvolvimento do neoliberalismo nas décadas de 1970 e 1980, a psiquiatria alterou radicalmente sua classificação das psicopatologias, vendo o sofrimento psíquico como conjuntos de sintomas visíveis que devem ser reconhecidos e erradicados antes que o doente possa retornar à sociedade. Essa nova forma de analisar e tratar a saúde mental está alinhada com os princípios neoliberais de que a doença mental é vista como um impedimento à produtividade e o tratamento requer adaptação ao mercado (SOUSA et al., 2021).

Ademais, a chamada crise do capitalismo global, ruptura do neoliberalismo como estilo de governo, se desenvolve em 2008, emergindo todo o cenário cabal. Estabelecida, definitivamente, a partir do colapso do sistema financeiro mundial, em grande parte em decorrência da crise financeira que desponta no mercado *subprimes* norte-americano, a crise se alastrou, causando diversas adversidades ao desestabilizar economias e arranjos políticos, inclusive avançando o autoritarismo em algumas regiões do mundo. Dardot e Laval (2016) consideraram essa ocorrência o resultado de uma “nova razão do mundo”.

Os autores examinaram os efeitos subjetivos de buscar maximizar o potencial econômico de cada pessoa em uma lógica competitiva. Uma lógica que protege a imprevisibilidade, a flexibilidade e a criatividade, ao mesmo tempo em que substitui as relações sociais por “contatos” de negócios. O sujeito corporativo, fundamentalmente individual e solitário, promove a perda de direitos e a aceitação generalizada de um mundo de precariedade e trabalho temporário sob a premissa de que cada um deve assumir seus próprios riscos. Neste enquadramento fundamental, o insucesso será encarado como falta de investimento em capital humano e cada ação será avaliada com base na sua relação custo-benefício. Assim, os autores entendem que esse “neosujeito” deverá ser um:

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (p. 325).

Este indivíduo assume total responsabilidade por suas atividades, assumindo o risco de fracasso ou sucesso e trabalhando para melhorar a si mesmo. Adoção de uma ética de excelência profissional que valoriza o *self-made men*. Para atingir o alto desempenho, o sujeito-empresa

busca novas formas de atuação “ascéticas”, nas quais os gurus são os *Coaches* que, por meio de técnicas que vão da meditação à programação neurolinguística, da psicologia e da hipnose às palestras motivacionais, visam proporcionar ao indivíduo autossuficiência, maior domínio de si mesmo e de suas emoções, conquistando autoconfiança e maior eficácia na execução de objetivos pessoais e nas relações interpessoais (BORGES, 2018).

Essa mentalidade alinha os interesses individuais aos da empresa, motivando os funcionários, modulando suas paixões, desejos, crenças e emoções. Por outro lado, está indissociavelmente ligada aos novos diagnósticos clínicos do sujeito, às patologias mentais e ao enfraquecimento das instituições e estruturas simbólicas nas quais o sujeito estava inserido. A sociabilidade hiperindividualista não protege contra o estresse no local de trabalho, agravamento, assédio, solidão, depressão, ansiedade e ideação suicida. Proteger o desenvolvimento do capital emocional que tornaria o indivíduo resiliente ao sofrimento psíquico, por outro lado, exacerba a culpa individual, dificultando a superação do cansaço (BORGES, 2018).

Apesar das impossibilidades físicas, mentais e emocionais que se desenvolvem nos momentos de dor, as pessoas em geral vivenciam e sofrem com as expectativas de desempenho e resultado impostas por elas mesmas ou por terceiros. Tudo isso ocorre com uma grande tristeza ligada à ideia de reconhecer uma limitação, por causa de uma ligação a uma posição de fragilidade, de fracasso (UTUMI, 2022).

Além disso, alguns trabalhadores são obrigados a assumir total responsabilidade por seu sofrimento devido a um vazio intelectual sem rumo. O trabalhador torna-se seu próprio carrasco, sustentando um sentimento contínuo de impotência e inadequação em que as informações adquiridas em anos de trabalho árduo são consideradas inúteis e destruídas (WAINER, 2020).

Segundo a pesquisa “Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano” do psicoterapeuta Christian Dunker, o sofrimento era uma área que o capitalismo ainda não havia explorada. O neoliberalismo, em contraste com o liberalismo clássico, descobriu que, ao fazer o indivíduo sofrer, poderia arrancar ainda mais dele. Se a dor era uma preocupação no passado, seja entre cidadãos ou funcionários, não é mais (ANGEL, 2020).

E a organização estuda não só a dor dos sujeitos, mas também seus mecanismos de proteção. Por exemplo, operadoras de telefonia, tornam-se robóticas, automatizadas, e assim aumentam a produtividade quando reagem ao sofrimento (UTUMI, 2022). Assim, quando se aborda a questão da importância das operações das corporações multinacionais, ocorre uma mudança considerável nos fundamentos subjacentes. Esse fator é essencial, pois essas empresas

se estabelecem em outras culturas, ao mesmo tempo em que aderem às instruções e culturas de negócios de sua matriz. Sendo o sofrimento psíquico uma nova forma de lucro, torna-se uma nova ferramenta de controle operário e de despolitização dos conflitos trabalhistas (LIMA, 2022).

Segundo Laval e Dardot (2016), o principal pré-requisito clínico para descrever a dor psicológica é a incapacidade de organizar os componentes da existência com base em um princípio geral de unidade, coerência e síntese, operadores da liberdade da racionalidade econômica. Consequentemente, o discurso neoliberal que exige do sujeito desempenho absoluto é também a mesma narrativa que atribui o fracasso aos indivíduos que não conseguem atender a essa demanda. Essa estratégia também oculta a realidade de que o sofrimento do sujeito revela falhas básicas no sistema. Os autores caracterizam os transtornos emocionais do sujeito neoliberal como “diagnósticos clínicos” do “neosujeito”, do capital humano. Afecções que, mesmo não sendo doenças, muitas vezes resultam na atribuição de diagnósticos mentais questionáveis a partir de sintomas que desconsideram as circunstâncias sociais que levaram ao sofrimento.

É importante notar que o sujeito produtivo das sociedades liberais, apesar de ser atravessado por uma norma subjetiva que o compelia a produzir como meio de acesso ao bem-estar em vários domínios da vida, exibia uma subjetividade plural no sentido em que era influenciado por muitos discursos e instituições diferentes. Esse imperativo de produção utilitária já era atendido por meio de um casamento que o neoliberalismo tornaria ainda mais restritivo (SOUZA, 2021).

No livro *A Nova Razão do Mundo*, os autores Dardot e Laval (2016) mencionam que:

Desde cedo, a economia política teve como fiadora uma psicologia científica que descrevia uma economia psíquica homogênea a ela. Já no século XVIII, iniciam-se as bodas da mecânica econômica com a psicofisiologia das sensações. Esse é, sem dúvida, o cruzamento decisivo que vai definir a nova economia do homem governado pelos prazeres e pelas dores. Governado e governável pelas sensações: se o indivíduo deve ser considerado em sua liberdade, ele também é um rematado patife, um “delinquente em potencial”, um ser movido antes de tudo por seu próprio interesse. A nova política inaugura-se com o monumento panóptico erguido em glória da vigilância de todos por cada um e de cada um por todos (p. 320).

Assim, o sofrimento é intensificado pelos valores neoliberais. O neoliberalismo encoraja o individualismo ao tirar a ênfase da importância da sociedade e das conexões sociais para o sucesso. Como a singularidade é vista como um atributo moral positivo, é desaprovado aceitar ajuda, principalmente financeira. Indivíduos que não alcançam sucesso financeiro são culpados por seus infortúnios, resultando em tristeza e sensação de fracasso, apesar da grande fé na

capacidade do livre mercado de atender a todos aqueles que optam por trabalhar. Nesta investigação, Dardot e Laval (2016) negam a classificação mental da *American Psychiatric Association* e afirmam que:

A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial. “O indivíduo é confrontado mais com uma patologia da insuficiência do que com uma doença da falta, mais com o universo da disfunção do que com o da lei: o depressivo é um homem em pane”. O sintoma depressivo já faz parte da normatividade como elemento negativo desta última, o sujeito que não aguenta a concorrência pela qual pode entrar em contato com os outros é um ser fraco, dependente, que se suspeita não estar “à altura do desafio”. O discurso da “realização de si mesmo” e do “sucesso de vida” leva a uma estigmatização dos “fracassados”, dos “perdidos” e dos infelizes, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social de felicidade. O “fracasso social” é visto, em última instância, como uma patologia” (p. 356).

Segundo os autores, esse amplo fomento à competitividade tem grandes repercussões éticas e políticas, além das importantíssimas preocupações de agonia psicológica e desespero. Isso ocorre porque espera-se que o indivíduo crie resultados em vez de aderir a procedimentos e padrões. Como efeito da apropriação da dor pela razão neoliberal, produz-se uma “mercantilização do sofrimento” e uma “medicalização das subjetividades”. Esses termos se referem ao processo de tornar as ocorrências e condições específicas suscetíveis de diagnóstico, tratamento e prevenção, tradicionalmente considerados essenciais e aceitáveis para a sobrevivência humana (ROSSI et al., 2018).

2. A CULTURA DA VIGILÂNCIA E O CAPITALISMO

Com o sucesso do modelo de personalização de produtos da Apple na virada do século, a ampla aceitação da tecnologia digital se tornou uma pré-condição necessária para o surgimento do capitalismo de vigilância. No final do século XX, foram lançadas as bases para uma terceira modernidade orientada para a realização de valores e ambições pessoais. O neoliberalismo se opõe a essas perspectivas porque enfatiza os desejos dos indivíduos enquanto impede sua capacidade de realizá-los, deixando-os abertos às recompensas e perigos do mundo digital (KOERNER, 2021).

Com a utilização do computador como meio de transação econômica e a adoção de novas estratégias de marketing na era digital, pode-se falar em uma nova etapa ou fase do capitalismo. A cultura da vigilância normaliza o comportamento abusivo desta nova política econômica, dificultando o conhecimento das pessoas sobre as transgressões praticadas pelas plataformas de mídia digital, principalmente a extração e análise de dados sem consentimento e sem transparência adequada, o que resulta em graves violações de direitos fundamentais (ZUBOFF, 2021). O capitalismo de vigilância se utiliza da venda de dados obtidos por meio do monitoramento dos comportamentos e atividades online e offline dos indivíduos. O uso mais comum do monitoramento do consumidor é a publicidade e o marketing direcionados.

Em outra perspectiva, o capitalismo de vigilância se vale da monetização dos dados capturados por meio do monitoramento dos movimentos e comportamentos das pessoas online e no mundo físico. A vigilância do consumidor é mais comumente usada para marketing e publicidade direcionados. Com isso, o capitalismo de vigilância descreve um processo impulsionado pelo mercado em que a mercadoria à venda são seus dados pessoais e a captura e produção desses dados depende da vigilância em massa da internet (ZUBOFF, 2021).

Esta atividade é muitas vezes realizada por empresas que fornecem serviços online gratuitos, como motores de busca (Google) e plataformas de redes sociais (Facebook). Essas empresas coletam e examinam os comportamentos online (curtir, não gostar, pesquisas, redes sociais, compras) para produzir dados que podem ser usados, posteriormente, para fins comerciais. E, muitas vezes, isso é feito sem que os usuários entendam toda a extensão da vigilância.

Dessa forma, o sistema do capitalismo de vigilância se expandiu na década anterior para abraçar novas políticas e processos sociais que não foram bem descritos ou compreendidos. A big data tem suas raízes em uma operação de extração de dados baseada na apatia institucional pelos indivíduos que servem como fonte e benfeitor final (CARDOSO, 2018).

O termo está mais intimamente associado a uma teoria econômica produzida pela professora Emerita Shoshana Zuboff, da Harvard Business School, em setembro de 2014. Ela enfatizou a comercialização generalizada de dados pessoais brutos de indivíduos na tentativa de prever e alterar o comportamento. De acordo com essa suposição, ela faz uma análise metódica da lógica econômica que sustenta esse novo tipo de capitalismo, as estratégias usadas para trazê-lo à vida e os possíveis problemas que ele cria.

Em seu livro de 2019 intitulado *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, Zuboff define o capitalismo de vigilância como uma nova estrutura econômica que recupera a experiência humana como matéria-prima gratuita para atividades comerciais. Vendas, extração e previsão são componentes do processo. Segundo Zuboff (2021), a internet já foi um ambiente bonito e otimista. No entanto, agora é um lugar onde o capitalismo pervertido e opressor está se expandindo, coletando dados e comprometendo a liberdade e a privacidade.

A instalação contínua do poder instrumental teria um efeito sobre as atitudes e estilos de vida ao corroer a confiança nos outros, dissolver reciprocidades e diminuir a capacidade dos usuários de assumir compromissos e estabelecer visões de futuro compartilhadas, diminuindo assim a autonomia ou o livre arbítrio. Isso é feito por meio do enfraquecimento da confiança, da reciprocidade e da capacidade de cumprir as obrigações. Distingue-se do totalitarismo pelo fato de ser controlado por empresas, envolver métodos suaves de modificação de comportamento e ter finalidade comercial (KOERNER, 2021).

Dessa forma, a cultura de vigilância normaliza os comportamentos abusivos deste novo modelo de negócio, tornando mais difícil para o público em geral identificar os abusos causados pelas plataformas online, nomeadamente, a recolha e a análise de informação pessoal dos utilizadores sem ou com consentimento. Assim, no cenário do chamado “capitalismo vigilante” e das novas tecnologias, o objetivo é identificar medidas aceitáveis para salvaguardar os direitos fundamentais à liberdade de expressão e privacidade sem impor censura (ZUBOFF, 2021).

Segundo Zuboff (2021), os rastros digitais que as pessoas deixam na internet passaram a ser vistos como uma forma de aumentar os lucros das empresas, pois começaram a ter um valor monetário e foram adquiridos como matéria-prima para análise e produção de algoritmos que pudessem vender e direcionar a publicidade através de um modelo único de leilão. Foi desenvolvida a “publicidade direcionada”, em que é possível determinar quais itens os usuários, provavelmente, estarão interessados em comprar, simplesmente sugerindo-os e direcionando-os para a propaganda do anunciante “apropriado” com base nos dados que eles abandonam.

O capitalismo de vigilância, impulsionado pela tecnologia digital, contorna as altas normas sociais e anula os direitos básicos associados a uma espécie social que apoia a liberdade individual. A experiência humana, então, se torna uma quarta²² mercadoria ficcional para o capitalismo de vigilância, que trabalha lado a lado com a tecnologia digital. Segundo Zuboff (2021):

Os atuais proprietários do capital de vigilância declararam uma quarta mercadoria ficcional expropriada das realidades vividas pelos seres humanos cujos corpos, pensamentos e sentimentos são tão virgens e imaculados quanto os campos e as orestas antes de caírem vítimas da dinâmica do mercado. Nessa nova lógica, a experiência humana é subjugada aos mecanismos de mercado do capitalismo de vigilância e renasce como “comportamento”. Este é transformado em dado, pronto para se juntar a uma *la inndável* que alimenta as máquinas para fabricação de predições e eventual transação nos novos mercados futuros comportamentais. A transformação em mercadoria sob o capitalismo de vigilância nos vira na direção de um futuro social no qual o poder do mercado é protegido por fossos de sigilo, indecifrábilidade e expertise (p. 129).

Desta forma, a autora definiu o capitalismo de vigilância como a captura unilateral da experiência humana privada como matéria-prima não compensada para tradução de dados comportamentais. Essas informações são então analisadas, empacotadas e vendidas para mercados futuros comportamentais, cujos clientes têm interesse econômico.

Srnicek (2017) concorda que as plataformas não são apenas “áreas vazias para as pessoas interagirem”, mas também “realmente simbolizam uma política”. Em vez de reorganizar o próprio trabalho imaterial ou invisível, ele considera as plataformas de coleta de dados um subproduto do comportamento do usuário. Redes de publicidade, por exemplo, “apropriam-se de dados como matéria-prima” em vez de “explorar o trabalho gratuito”. Os dados são considerados como matéria-prima devido ao valor que entregam às organizações. As empresas estão sempre pesquisando estratégias de mineração de dados.

Neste caso, a internet hospeda dois atores fundamentais: o provedor de conteúdo e o consumidor de conteúdo. As pessoas estão, rapidamente, se tornando um componente crítico da estratégia de publicidade de algumas empresas, aparecendo não apenas por trás das campanhas, durante todo o processo de concepção e durante a produção, mas também como

²² Na grandiosa narrativa de 1944 do historiador Karl Polanyi sobre “a grande transformação” para uma economia de mercado autorreguladora, ele descreveu as origens desse processo de conversão em três assombrosas e cruciais invenções mentais que ele chamou de “commodity fictions” (ficções de mercadoria). A primeira era que a vida humana podia ser subordinada à dinâmica do mercado e renascer como “trabalho” a ser comprado e vendido. A segunda era que a natureza podia ser convertida ao mercado e renascer como “latifúndio” ou propriedade rural”. A terceira era que a troca podia renascer como “dinheiro”. Quase oitenta anos antes, Karl Marx descrevera a apropriação de terras e recursos naturais como o “big bang” original que deflagrou a moderna formação de capital, chamando-o de “acumulação primitiva” (ZUBOFF, 2021, p.128).

uma ferramenta inteligente para envolver as partes interessadas nas mídias sociais (JABORANDY, 2018).

Por isso, as redes de publicidade têm uma influência poderosa na cultura do consumo, que tem o potencial de imortalizar os desejos das pessoas. Estes desejos são consequência da publicidade onipresente, e serem incapazes de escapar de sua influência até que resistam ativamente a ela. A publicidade promove os desejos do cliente. Um novo produto de consumo não pode atrair compradores, a menos que tenha uma poderosa campanha publicitária.

Por conta disso, há uma chance cada vez maior de se adaptar a novas formas de falar com os clientes. Esse método, por outro lado, faz com que as pessoas esperem certas coisas, como uma resposta constante dos clientes que usam os canais digitais de um produto ou serviço (JABORANDY, 2018).

Seguindo, Zuboff (2021), frequentemente, compara o instrumentalismo do capitalismo de vigilância à ditadura retratada por Hannah Arendt em “As origens do totalitarismo” e em seus livros posteriores. A autora relaciona o mapeamento do ciberespaço pelos capitalistas de vigilância ao argumento de Arendt de que o imperialismo britânico precedeu o totalitarismo.

Ela ainda argumenta que a concentração da liberdade de ação e conhecimento nas mãos de grandes empresas de vigilância, de um lado, e a separação entre elas e a sociedade, de outro, contribuem para a ascensão de um regime totalitário dirigido não pelo Estado, como nos regimes nazifascista e comunista do século XX, mas pelo mercado. Ou, mais propriamente, por um mercado administrado por um número ínfimo de empresas com total desdém pela vida humana. Essa alienação social é descrita pela autora como uma forma de instrumentalismo. Ela adverte que o objetivo do instrumentalismo não é apenas apropriar-se (ou apropriar-se indevidamente) do paradigma de previsão, mas também automatizar a tradução de experiências humanas em excesso comportamental, um recurso excedente gerador de lucro.

Grandes corporações digitais utilizam o capitalismo de vigilância para coletar informações pessoais dos clientes. Esses dados incluem históricos de pesquisa, postagens de mídia social, localizações geográficas e palavras-chave de produtos coletados por microfones em smartphones e dispositivos da Internet das Coisas. Os dados são então empacotados em produtos de previsão e vendidos a corporações para uso em marketing direcionado e comportamental (ARBIX, 2020).

Com essas técnicas de previsão, as empresas podem comercializar e anunciar para as pessoas com maior probabilidade de comprar seus produtos ou serviços. Segundo Zuboff (2021), aqueles cujos dados são coletados e monetizados dessa forma, muitas vezes são

ignorantes ou não têm a opção de consentir em sua coleta e divulgação sem perder o funcionamento de seus dispositivos.

Nas empresas, quando há competição, os empresários percebem que o escopo da economia atual é inadequado e que a oferta e a demanda não têm as mesmas características. Como resultado, percebem que a maneira mais garantida para os capitalistas astutos manterem os ganhos é prever o comportamento e intervir em sua fonte. Da mesma forma, os capitalistas da vigilância pesquisam e criam música com base nas informações obtidas daqueles que as ouvem. Eles fornecem informações aos seus consumidores para ajudá-los a gerar demanda entre seu público-alvo (PEREIRA et al., 2020).

Zuboff (2021) credita o capitalismo de vigilância ao Google e ao *Google AdWords*, em 2001, quando o negócio começou a vender dados extras de consumidores para anunciantes sem notificar os usuários. Isso levou à formação de uma classe de ativos de dados de matéria-prima sem taxas de margem adicionais. Para outras empresas técnicas, essa tática evoluiu para o modelo de negócios capitalista de vigilância.

Segundo a autora, o Google reconheceu desde o início que era improvável que os clientes concordassem com essa afirmação unilateral sobre sua experiência e sua tradução em dados comportamentais. Foi acordado que esses métodos deveriam ser indetectáveis. Assim, a lógica sempre foi um espelho unidirecional das relações sociais. A empresa foi capaz de detectá-lo e capturá-lo de tal forma que os usuários não conseguiram contestá-lo, pois não conseguiam discernir o que estava ocorrendo.

Zuboff (2021) afirma que o usuário não consegue ver o efeito de todo esse monitoramento por vários motivos. O caráter flagrante e sem precedentes das estratégias e operações do capitalismo de vigilância tornou difícil para os usuários notarem-nas, avaliá-las e reagir a elas. Outra razão é que o pioneirismo do Google, em 2001, no capitalismo de vigilância rendeu grandes retornos históricos. Uma explicação é que surgiu em meio ao consenso neoliberal de que empresas e mercados autorregulados são preferíveis.

A regulamentação imposta pelo Estado era vista como um impedimento à livre iniciativa. Em 2001, ano do 11 de setembro, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância representou uma segunda conquista histórica. Nos dias anteriores ao acidente, o Congresso estava debatendo novas regras de privacidade, algumas das quais podem ter impedido as atividades padrão do capitalismo de vigilância.

Outra razão é que esses métodos visam ocultar informações do público. O discurso dos capitalistas pioneiros da vigilância, e de quase todos que os seguiram, era um livro de engano, ambiguidade e obscuridade. Os indivíduos foram convencidos por um argumento falacioso de

que novos comportamentos econômicos são uma consequência inevitável da tecnologia digital (PARRA, 2018).

Era comumente considerado, nos EUA e no resto do mundo ocidental, que limitar o progresso tecnológico era indesejável. Então, se esses comportamentos disruptivos são uma consequência inevitável da nova tecnologia, os indivíduos provavelmente serão obrigados a tolerá-los. O digital pode existir sem o capitalismo de vigilância, mas o capitalismo de vigilância não pode viver sem o digital. A tecnologia digital modificou quase todos os aspectos da vida moderna. Viagens, trabalho, compras, entretenimento e comunicações são apenas algumas das áreas que foram transformadas nas últimas décadas. Atualmente, é raro encontrar um dispositivo eletrônico ou uma peça de maquinário que não consolide a tecnologia digital de alguma forma (POTER e SOUTO, 2019).

A última razão se refere à dependência e à exclusão alternativa. Hoje em dia, as pessoas dependem, exclusivamente, da internet para realizar suas atividades diárias sem problemas. Todas as ações realizadas pelos usuários para atender aos requisitos mais básicos para o engajamento social são executadas pelas mesmas redes de abastecimento do capitalismo de vigilância.

Além disso, a disponibilidade de novas fontes de dados aumentou consideravelmente a quantidade e variedade de dados que podem ser acessados. *Earables*, dispositivos domésticos inteligentes, drones, brinquedos em rede e transporte automatizado são todos componentes da sociedade baseada em sensores em desenvolvimento. Os sensores incluem microfones, câmeras, acelerômetros e sensores de temperatura e movimento adicionados a um *pool* de dados cada vez maior que pode ser coletado e monetizado.

Nas operações regulares de assistência médica, os dispositivos vestíveis, como *smartwatches* e rastreadores de condicionamento físico, estão se tornando mais comuns (GUIDOLINI e NIPPES, 2020). Os comportamentos e a biometria dos usuários podem ser monitorados e avaliados para determinar seus níveis de condicionamento físico. Brinquedos conectados também são um subsetor de rápido crescimento ligado ao capitalismo de vigilância.

Em suma, o capitalismo de dados é caracterizado por um desequilíbrio significativo de poder, conhecimento de processo e autonomia de decisão. Em troca de fornecer serviços que vão desde e-mail até entrega de comida e programas que facilitam encontros amorosos, as empresas tecnológicas capturam dados de seus consumidores de forma transparente e opaca (RODRIGUES, 2021).

Em outras palavras, o capitalismo de dados, comumente conhecido como capitalismo de vigilância, é a reivindicação unilateral da experiência humana privada como matéria-prima

gratuita para tradução em dados comportamentais. É um sistema econômico em que os dados pessoais são vistos e concebidos como fonte de lucro. O capitalismo de vigilância surgiu, e teve seu auge, quando as empresas de publicidade entenderam as possibilidades de usar dados pessoais para atingir os consumidores de forma mais eficaz.

Dessa maneira, a coleta de dados caracterizou o nascimento da auto-otimização, que é o processo de ajuste autônomo dos parâmetros da rede para que o desempenho da rede volte a ser quase ideal, bem como a otimização social e de serviços. A função do capitalismo foi estreitada, expandindo a proporção da vida social na coleta e processamento de dados, o que impactou, principalmente, a eficiência no controle da sociedade e da privacidade dos cidadãos (GUIDOLINI e NIPPES, 2020).

Apple, Google, Amazon e Facebook são os atuais “*Big Other*”. Eles colaboram para coletar e gerenciar enormes volumes de dados comportamentais, que são, posteriormente, transformados em commodities e serviços. Como resultado, os negócios dessas empresas se expandiram em um ritmo incrível. Amazon, Microsoft, Alphabet (Google), Apple e Facebook estão, por valor de mercado, agora, entre as seis maiores empresas do mundo (MACHADO et al., 2019).

2.1. DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Sob o capitalismo de vigilância, as empresas privadas pegam, unilateralmente, as experiências vividas pelas pessoas e as transformam em fluxos de dados proprietários. Alguns desses dados são usados para melhorar produtos e serviços. O restante é referido como “excedente comportamental” e é avaliado por seu valor preditivo. Esses dados preditivos são enviados para fábricas de inteligência de máquina de última geração, onde são transformados em produtos de predição extremamente valiosos que antecipam as escolhas atuais e futuras dos clientes.

A dinâmica competitiva desses novos mercados reflete os imperativos econômicos do capitalismo de vigilância. Primeiro, a inteligência artificial requer grandes quantidades de dados: economias de escala. Em segundo lugar, as estimativas mais precisas precisam de dados diversos: economias de escopo.

Para Szwarcfiter (1997), os mercados do mundo industrializado têm sido cada vez mais fragmentados e segmentados nas últimas duas décadas, notadamente na esfera dos bens de consumo duráveis. O uso de tecnologia altamente especializada e a produção em massa de commodities padronizadas tornou mais difícil explorar as eficiências tradicionais em larga escala. O tema das economias de escopo tem recebido muita atenção.

Semelhante à forma como o capitalismo industrial multiplicou os meios de produção, o capitalismo de vigilância está aumentando os meios de modificação comportamental. O sistema capitalista de vigilância destrói o sonho digital inicial da internet como uma força libertadora e democrática.

O capitalismo de vigilância é inteiramente parasitário, refletindo a descrição de Karl Marx do capitalismo como um vampiro que se alimenta do trabalho, só que agora o trabalho foi substituído pela experiência humana privada. As corporações do capitalismo de vigilância afirmam ter uma cultura corporativa única na qual os objetivos e necessidades da empresa têm prioridade sobre os direitos individuais e o bem comum.

Os dados dos indivíduos são o objetivo do modelo de negócios do capitalismo de vigilância. Quanto mais informações as empresas conseguem obter, maiores serão os lucros. Essa circunstância permeia diversas relações sociopolíticas e econômicas. As empresas ganham com a publicidade online direcionada, enquanto as agências de crédito examinam os dados para estimar o risco financeiro de um consumidor. Eles são vistos por consultores políticos como uma fonte de conhecimento que pode ser explorada para influenciar e controlar indivíduos por meio do emprego de materiais customizados, conforme explica Zuboff (2021). A autora foi a

primeira a desenvolver o assunto e já o explorou em diversos artigos e publicações. Embora o uso do termo “capitalismo de vigilância” tenha aparecido pela primeira vez em 2014, em sua obra, as críticas a ele remontam há muito mais tempo.

Ao final dos anos 1970, ela começou a explorar o impacto da tecnologia da informação no local de trabalho, um empreendimento de quarenta anos que resultou em muitos livros e artigos, bem como em um dilúvio de esperanças utópicas e decepções devastadoras. A disparidade entre o possível e o real criou o ambiente conceitual no qual Zuboff, que antes era cautelosamente otimista em relação ao capitalismo e à tecnologia, desenvolveu sua teoria do capitalismo de vigilância, sua ferramenta mais sombria e distópica até hoje.

Em 2009, ela afirmou que empresas como Amazon, eBay e Apple geraram enormes quantidades de valor, fornecendo aos consumidores o que eles desejam em seus próprios termos e em seu próprio local. Ela foi uma das várias pensadoras que previram que uma nova era, chamada de “pós-industrial” por alguns e “pós-fordista” por outros, estava no horizonte. A autora chegou à sua previsão esperançosa depois de concluir uma avaliação abrangente de como a tecnologia da informação estava transformando a sociedade.

A crítica atual do capitalismo de vigilância por Zuboff é resultado deste estudo e do otimismo inicial que ele gerou. Comparando o passado com o presente, ela destaca a evolução do sistema capitalista, desde seus primórdios nos desafios industriais até a chegada da cultura digital informatizada. Como consequência, novos modelos organizacionais, como empresas de soluções tecnológicas, que operam apenas por meio de uma rede mundial de redes de computadores, começam a moldar a economia global. O que garante a eles um novo método de construir dinheiro, incluindo uma variedade de perspectivas de moeda²³. No entanto, a autora não define com precisão o início do capitalismo de vigilância, mas o estudo da Microeconomia de Hal R. Varian formou a sua sistematização (CARIBÉ, 2019).

Em 5 de julho de 1994, Jeff Bezos fundou a Amazon como um site que vendia apenas livros. A Amazon utilizava, e ainda utiliza, as informações do consumidor para aumentar as vendas, personalizar *feeds* de produtos e implementar preços dinâmicos. A empresa obtém informações do consumidor, principalmente, de três fontes. Primeiro, as informações fornecidas pelo usuário durante o uso do serviço. Em segundo lugar, os dados que ela detecta automaticamente podem conter informações sobre o tipo de telefone, posição etc. Por último, ela coleta dados de outras partes. Exemplos incluem verificações de crédito, dados de compra e reembolsos.

²³ PRADO, Thiago Silva et al. Capitalismo de vigilância e as tecnologias digitais no ensino remoto emergencial. Anais do CIET: CIESUD: 2022, 2022.

O objetivo de toda essa coleta de dados é atingir mais consumidores. A Amazon utiliza as informações pessoais dos usuários para personalizar o fluxo de produtos. Essas informações são usadas em uma escala maior para obter uma visão das tendências de compra, produtos mais vendidos e comportamento do consumidor.

Desta forma, a ela pavimentou o terreno para o capitalismo de vigilância. Em outras palavras, a Amazon coletou dados de clientes, modelou-os em busca de tendências e criou conexões por meio da homofilia para “melhorar” a experiência do usuário. Dez anos depois, em 2007, a Amazon lançou o leitor de e-book *Kindle* e começou a coletar dados sobre os hábitos de leitura de seus clientes, incluindo seus interesses, duração da leitura, trechos destacados e compartilhamento de texto (CARIBÉ, 2019).

Além disso, o *PageRank* é um algoritmo de classificação de página desenvolvido na Universidade de Stanford por Larry Page e Sergey Brin, cofundadores do Google. O Google foi fundado em 1998, mas aderiu ao sistema em 1999. *PageRank* é um algoritmo usado pela Pesquisa Google para classificar sites nos resultados de seus mecanismos de pesquisa.

Essa métrica é determinada pela quantidade e qualidade dos links de entrada para um site. O *PageRank* pode ser calculado para coleções de documentos de qualquer tamanho. Vários trabalhos acadêmicos presumem que a distribuição é distribuída uniformemente entre todos os documentos da coleção no início da operação computacional. Muitas “interações” são necessárias para cálculos de *PageRank*, para modificar os valores aproximados para que se aproximem mais do valor real teórico. Todos esses atributos são desconstruídos e demonstrados em uma escala de dez a zero, sendo que dez representa o maior nível de autoridade e relevância. Métricas e suco de link, que é a porcentagem de aumento de classificação que um determinado link fornece para a página de destino, têm um relacionamento significativo (FAGIOLI, 2021).

O algoritmo *PageRank* gera uma distribuição de probabilidade que reflete a possibilidade de um usuário clicar aleatoriamente em links e chegar a uma determinada página. Não é o único algoritmo usado pelo Google para ordenar os resultados do mecanismo de pesquisa, mas é o primeiro e mais famoso algoritmo desenvolvido pela empresa. Ademais, em 2000, o Google lançou o AdWords, a primeira solução de publicidade online de autoatendimento do mundo.

Em março de 2003, o Google realizou testes de seu mecanismo de publicidade direcionado a conteúdo antes de apresentá-lo publicamente como AdSense, em 18 de junho de 2003. O Google AdWords poderia ser usado por editores para oferecer anúncios de texto direcionados a conteúdo. O principal objetivo do Google AdSense era melhorar toda a

experiência do usuário da internet, substituindo anúncios distraídos e desnecessários, como pop-ups e animações, por anúncios de texto relevantes e discretos.

Com o lançamento do Orkut e do Gmail em 2004, o Google passou a coletar dados cadastrais dos usuários, possibilitando a confirmação afirmativa e anexando identificadores anônimos a esses dados. Além de coletar informações cadastrais e identificar o usuário, esses dois novos produtos permitiram a extração de dados de interesse e rede de relacionamento do usuário. O Orkut, site de rede social, permitia a extração dinâmica e em tempo real de perfis, mapas de relacionamento, interesses e tendências (CARIBÉ, 2019).

Em relação ao Gmail, o Google modificou seus métodos de verificação de e-mail, notificando os consumidores de que os e-mails recebidos e enviados são verificados por algoritmos automatizados, como parte de uma revisão de seus termos de serviço. De acordo com as avaliações, a tecnologia do Google examina o conteúdo dos e-mails armazenados em seus servidores, bem como aqueles enviados e recebidos por qualquer conta de e-mail da empresa (CARIBÉ, 2019).

Como em muitos outros provedores de e-mail, o serviço de “caixa de entrada prioritária” do Google e a publicidade direcionada identificam spam e vírus no conteúdo do e-mail usando métodos automatizados. Os anúncios do Google combinam informações do endereço de e-mail de um usuário com dados de seu perfil geral, como resultados de pesquisa, solicitações de mapas e visualizações do YouTube, para exibir o que consideram anúncios relevantes na esperança de que o usuário clique neles, aumentando assim a receita de publicidade da empresa.

A rede social Facebook também foi criada em 2004. Além do Google, o Facebook é talvez a única empresa com dados totais de clientes. Quanto mais usuários o Facebook tiver, mais dados ele coletará. Além de analisar os dados do usuário, o Facebook emprega outras formas de medir o comportamento do usuário. Ela utiliza cookies de rastreamento para monitorar a atividade de navegação dos usuários. Se um usuário estiver, simultaneamente, conectado ao Facebook e navegando em outros sites, o Facebook poderá rastrear quais sites o usuário visita. O mais recente investimento feito pelo Facebook foi em tecnologia de reconhecimento facial e processamento de imagens. O Facebook pode monitorar seus usuários em toda a internet e outras contas da empresa, analisando os dados de imagem oferecidos pelo compartilhamento do usuário (CARIBÉ, 2019).

Adiante, em 2005, o Google fez mudanças substanciais para melhorar a experiência do usuário. Os profissionais de marketing inteligentes conseguiram contornar o sistema do AdWords ao segmentar várias palavras-chave que são extremamente competitivas. Como consequência, a maior parte da publicidade se conectaria à mesma empresa quando os

compradores pesquisassem essa frase. Para apresentar mais opções aos compradores em potencial, o Google atualizou sua política do AdWords para mostrar apenas um anúncio por site e consulta de pesquisa.

A empresa anunciou, em outubro de 2006, em seu blog oficial, que os usuários poderiam criar seus próprios mecanismos de pesquisa personalizados. As estratégias de mecanismos de pesquisa online consistiam em algoritmos essenciais para indexar e representar material, entender e modificar consultas, classificar por relevância e exibir resultados, além de vários outros procedimentos. Os métodos dos motores de busca, independentemente da forma como operam, são regulados internamente e não podem ser alterados por terceiros (PARRA et al., 2018).

Em outras palavras, os mecanismos de pesquisa são caixas pretas que aceitam e avaliam consultas usando algoritmos complexos e pré-programados e modelos baseados em relevância para mostrar e organizar os resultados da pesquisa. Mesmo quando os componentes do processo são conhecidos, o mecanismo de busca só funcionará usando técnicas e modelos estabelecidos. Usando esses mecanismos de pesquisa, é possível coletar as consultas de pesquisa de usuários individuais para analisar seus interesses com base na frequência de palavras em suas pesquisas e nos resultados de pesquisa que visualizam.

Em 2007, o Google comprou a *DoubleClick*. A empresa lida e entrega anúncios gráficos complicados em uma variedade de sites. A ferramenta fornece a tecnologia para “veiculação de anúncios”, que permite aos anunciantes segmentarem clientes em potencial e medir a eficácia de seus anúncios (PARRA et al., 2018).

Seus serviços são vantajosos para proprietários de sites que utilizam a publicidade de marca fornecida pela *DoubleClick* para preencher o espaço vago em seus sites. Os anúncios dos clientes são roteados por meio de uma das várias redes de anúncios, como o Google AdSense, que atuam como leiloeiros, conectando compradores e vendedores de anúncios e espaços publicitários (CARIBÉ, 2019).

Os defensores da privacidade se opuseram à aliança *Google-DoubleClick* porque ela permitiria às empresas combinarem suas inúmeras táticas para coletar informações sobre as atividades dos usuários. Como uma espécie de poder de mercado, a capacidade de uma empresa de aumentar os preços ou prejudicar os concorrentes (LEE, 2020).

Ademais, a Amazon oferece aos artistas e editores a chance de ganhar comissões pelas compras que geram para a loja por meio de seu programa de afiliados. Quando um indivíduo ingressa no programa de afiliados, ele recebe um ID de referência exclusivo para anexar aos URLs da Amazon compartilhados publicamente. Isso é usado para identificá-lo, para que o

sistema de afiliados possa rastrear o número de vendas que são gerados e o valor que deve ser compensado.

Os códigos inseridos funcionam como “janelas” para Google e Amazon, permitindo que eles acessem os próprios cookies, além de fornecer informações adicionais sobre o site que o usuário está visitando. Essas “janelas” são conhecidas como “cookies rastreadores” ou, abreviadamente, “rastreador”. Mesmo que o cliente não efetue uma compra ou clique em um anúncio, o rastreador pode coletar informações do site visitado e correlacionar com o consumidor (CARIBÉ, 2019).

Os cookies facilitam as visitas ao site armazenando e informações do usuário, as tecnologias de preenchimento automático, aceleram o preenchimento do formulário e os sistemas de filtragem gerenciam grandes quantidades de conteúdo, apesar do fato de que os dados necessários para fornecer esses benefícios ao usuário são utilizados para gerar lucros da plataforma.

Um cookie comum contém detalhes do que um visitante fez em um determinado site, como as páginas que visitou, o conteúdo de seus carrinhos eletrônicos e assim por diante (TOBBIN e CARDIN, 2021). Um site que usa cookies irá salvá-lo no computador ou dispositivo do visitante e, em seguida, recuperá-lo quando o mesmo visitante retornar mais tarde, para que possa “recriar” a experiência anterior que o visitante teve e fornecer uma experiência perfeita.

Partindo disso, os cookies de rastreamento são um tipo especializado de cookie que pode ser compartilhado por mais de um site ou serviço. Eles são, comumente, usados para fins legítimos de marketing e publicidade, mas como contêm um histórico das ações do usuário em vários sites, podem ser explorados ou mal utilizados para rastrear o comportamento do usuário (TUMELERO, 2021). Quando usado para marketing, um site pode compartilhar o cookie de rastreamento com um serviço de análise de terceiros, que examina como os visitantes se comportam para que possam melhorar os designs ou ofertas do site.

Também é comum que um serviço de publicidade de terceiros ofereça conteúdo de publicidade e um cookie de rastreamento que pode ser compartilhado entre sites, de modo que, sempre que um visitante passar de um site para outro, possa ver uma nova publicidade em vez do mesmo conteúdo que eles tinham visto anteriormente (TOBBIN e CARDIN, 2021). Os serviços de publicidade e marketing geralmente anonimizam e coletam dados de milhares ou mesmo milhões de usuários, tornando altamente improvável que os hábitos de qualquer indivíduo sejam examinados de perto. Muitos usuários, no entanto, ainda expressam desconforto com a ideia de seus hábitos de navegação na web serem rastreados.

Um rastreador pode recuperar informações como: conteúdo do site, tempo de permanência, rolagem de tela, links visitados e itens investigados. Ao visitar vários sites com rastreadores, o usuário permite, sem querer, que Amazon, Google, Twitter e Facebook coletem informações sobre a navegação dos usuários (CARIBÉ, 2019).

Assim, devido ao uso de serviços e plataformas de internet, tudo, até mesmo as regiões mais íntimas da experiência humana, pode se transformar em dados, que, posteriormente, podem ser transformados em algo de maior valor. Além de processar o capital econômico, o valor derivado dos dados pode se materializar na formação de redes e vínculos de reconhecimento mútuo ou capital social (RODRIGUES, 2022).

Além disso, vinte anos depois, princípios de movimento semelhantes podem ser vistos em qualquer direção. Google Home e Amazon Alexa são exemplos dos chamados assistentes digitais que representam o capital econômico atual. Zuboff (2021), menciona o seguinte:

A Amazon investiu pesado em abrir a Alexa para desenvolvedores terceirizados para expandir a gama de “habilidades” do assistente, como ler uma receita ou pedir uma pizza. Também abriu sua plataforma para fabricantes de dispositivos de smartphones, desde sistemas de iluminação até lava-louças, transformando a Alexa numa voz única para controlar os sistemas e utensílios domésticos. Em 2015, a Amazon anunciou que a Alexa seria vendida como serviço, conhecido como “Amazon Lex”, possibilitando a qualquer companhia integrar o cérebro da Alexa em seus produtos.

[...]

Em 2018, a Amazon havia fechado acordos com construtoras, instalando os alto-falantes Dot direto no teto de todos os recintos das novas casas, além dos dispositivos Echo e as fechaduras, os interruptores, os sistemas de segurança, as campainhas e os termostatos comandados pela Alexa. Conforme um relatório, “a Amazon pode conseguir dados mais abrangentes sobre os hábitos da vida das pessoas [...]”. A companhia quer vender serviços no mundo real tais como de faxina, de encanadores e de entrega de restaurantes, mas, segundo algumas pessoas bem-informadas, a visão da companhia é muito mais totalizante: é a de uma voz onisciente que conhece toda a experiência e antecipa toda a ação. As atuais patentes da Amazon já se concentram no futuro e incluem o desenvolvimento de um “algoritmo farejador de voz” integrado a qualquer dispositivo e capaz de responder a palavras-chave como “comprei”, “não gosto” ou “amo” com ofertas de produtos e serviços. (p. 324)

Segundo a autora, as grandes empresas conseguem fazer tudo isso porque detêm o monopólio de como são vistas. Eles escondem suas táticas por meio de acordos de sigilo e estrutura vertical, roubando de acadêmicos das universidades com a finalidade de melhorarem suas plataformas. Os usuários da plataforma vendem dados em troca de um serviço (personalizado) como a melhor e, às vezes, única opção.

Ela ainda diz que as empresas desse mercado conseguem concentrar os direitos de privacidade e a capacidade de selecionar o que deve ou não ser privado, ao mesmo tempo em

que eliminam esse direito de seus clientes por meio da proliferação generalizada de suas ferramentas. Essa concentração de privilégios protege o sigilo das operações de vigilância e gera novas informações e disparidades de poder (CRUZ, 2019). Zuboff (2018) ainda complementa:

[...] a *Google* sabe muito mais sobre sua população de usuários do que estes sabem sobre si mesmos. De fato, não há meios pelos quais as populações possam atravessar essa divisão, dados os obstáculos materiais, intelectuais e proprietários necessários para a análise de dados e a ausência de feedback loops. Outra assimetria assenta no fato de que o usuário típico tem pouco ou nenhum conhecimento sobre as operações comerciais da *Google*, sobre a ampla gama de dados pessoais com que contribui para os servidores da *Google* ou sobre a retenção desses dados ou, ainda, como eles são instrumentalizados e monetizados. Já é bem sabido que os usuários têm poucas opções significativas para a autogestão de privacidade. O capitalismo de vigilância prospera na ignorância do público (p. 50)

Os trabalhos de autora (de 2018 e 2021), também revelam que as promessas dos “capitalistas de vigilância” são tão sedutoras quanto seu lobby implacável. Sob o pretexto de interromper tudo para o bem maior, as empresas de TI desenvolveram uma variedade de estratégias linguísticas e políticas para se proteger de qualquer crítica. Os CEOs de grandes empresas de vigilância, às vezes, possuem participações quase controladoras, permitindo-lhes administrar suas empresas como bem entenderem. Como resultado dessas divisões, apenas os capitalistas de vigilância são capazes de fazer pronunciamentos públicos sobre suas atividades.

2.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Segundo Zuboff (2021), as empresas que usam o modelo de capitalismo de vigilância passam por três estágios. Elas começam coletando informações sobre o uso individual de dispositivos digitais, sites e aplicativos. Isso se refere a dados que não estão diretamente relacionados ao uso de um dispositivo ou serviço digital por um indivíduo, mas são criados como consequência desse uso. Pode incluir informações como a localização real de um usuário, histórico de pesquisa e hábitos como a hora do dia em que se exercita.

Em segundo lugar, os dados são alimentados em processos complexos de fabricação de inteligência de máquina que empregam tecnologias de inteligência artificial para desenvolver itens de previsão capazes de prever o que um indivíduo fará agora, no futuro próximo e no futuro mais distante. Em última análise, as empresas vendem esses produtos no que Zuboff (2021) chama de “mercados futuros comportamentais”, um novo tipo de mercado para projeções comportamentais.

Os negócios nesses mercados incluem: seguros, varejo, bancos e um próspero setor econômico de e-business. Várias empresas usam software de previsão para adaptar seus produtos e serviços a futuros clientes e modificar seu comportamento. A modificação do comportamental tenta influenciar o comportamento de um indivíduo por meio do uso de pistas sutis. Algumas seguradoras, por exemplo, usam a subscrição comportamental para aumentar as taxas de seguro automaticamente, dependendo do comportamento do motorista.

De acordo com Zuboff (2021), nenhuma parte da tecnologia da informação viola a privacidade dos dados por padrão. O capitalismo de vigilância não é um resultado inevitável da adoção da tecnologia digital; em vez disso, é uma meta de negócios. Os capitalistas de vigilância, por exemplo, às vezes restringem o acesso do cliente a seus equipamentos, serviços e atualizações de software àqueles que concordam em coletar e compartilhar dados do usuário com terceiros anônimos. Zuboff (2021) escreveu:

Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde (p. 22).

Isso indica que qualquer informação pessoal obtida por uma empresa por meio da participação de um usuário em seu serviço pertence à empresa e não ao usuário. A autora também utiliza o Google como uma ilustração da lógica econômica e dos mecanismos do

capitalismo de vigilância. Além disso, a lógica ou filosofia subjacente ao capitalismo de vigilância é comparável à do capitalismo industrial. Semelhante a como o capitalismo industrial usa matérias-primas da natureza para produzir bens, o capitalismo de vigilância usa a natureza humana para produzir novos bens.

Os usuários não são mais os principais consumidores, mas sim “objetos de colheita de matéria-prima”, pois anúncios e outras empresas compram commodities projetadas de capitalistas de vigilância. Isso, segundo a autora, leva à tradução da vida dos usuários em dados comportamentais com o objetivo de aumentar o controle dos outros sobre eles.

Ademais, os meios de produção dos capitalistas de vigilância são algoritmos que preveem o comportamento de um usuário com base em todos os fatos conhecidos sobre ele. Quanto mais dados esses algoritmos de aprendizado de máquina tiverem acesso, mais precisas e lucrativas serão suas previsões, resultando em um escopo de vigilância em expansão.

Os produtos de previsão do capitalismo de vigilância são baseados em dados coletados. De acordo com Zuboff (2021), corporações como o Google afirmam que não vendem dados de usuários alegando que oferecem, apenas, ferramentas de previsão e não os dados brutos. Além disso, os primeiros compradores no mercado de futuros comportamentais foram a publicidade.

No entanto, a clientela agora inclui qualquer ator interessado em adquirir conhecimento probabilístico sobre o comportamento ou influenciar o comportamento futuro. Isso inclui seguradoras, organizações de consultoria política e qualquer outro grupo interessado em projetar a provável conduta de uma pessoa.

2.3. O EFEITO DOS MERCADOS DE DADOS NO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

O “capitalismo de plataforma”, de Nick Srnicek, e o “capitalismo de vigilância”, de Shoshana Zuboff, são duas interpretações proeminentes dos efeitos sociais da nova tecnologia. Segundo os autores, a era atual do capitalismo é caracterizada, por um lado, pela predominância de plataformas digitais e, por outro, pelo uso de tais plataformas para fins de vigilância. Srnicek (2017), em seu livro *Platform Capitalism*, afirma que:

O capitalismo, quando ocorre uma crise, tende a se reestruturar. Novas tecnologias, novas formas organizacionais, novos modos de exploração, novos tipos de empregos e novos mercados surgem para criar uma nova forma de acumular capital. Como nós viu com a crise de excesso de capacidade na década de 1970, a manufatura tentou recuperar atacando o trabalho e voltando-se para negócios cada vez mais modelos enxutos. Na esteira do colapso da década de 1990, as empresas baseadas na Internet mudaram para modelos de negócios que monetizaram os recursos gratuitos disponíveis para eles. Enquanto a crise das pontocom colocou uma sombra sobre o entusiasmo dos investidores por serviços baseados na internet empresas, na década seguinte as empresas de tecnologia progrediram significativamente em termos da quantidade de poder e capital à sua disposição (p. 27).

Enquanto Srnicek (2017) vincula corretamente a singularidade do capitalismo de plataforma a tendências e mudanças socioeconômicas de longo prazo, Zuboff (2021) considera o “capitalismo de vigilância” não apenas único, mas também inovador. Ambos os autores, por outro lado, sentem que tanto o capitalismo de plataforma quanto o capitalismo de vigilância estão centrados no indivíduo.

Segundo Srnicek (2017), as plataformas funcionam como intermediárias entre os usuários, sendo o comportamento visto como independente da própria plataforma, como indivíduos autônomos engajados em atividades não tecnológicas. De acordo com essa perspectiva, as plataformas estão situadas entre usuários que realizam suas próprias atividades e são apenas a paisagem em que suas atividades ocorrem.

Por exemplo, a Uber é uma plataforma que conecta motoristas e passageiros, mas não é vista como controladora dessa relação. O Facebook é uma plataforma que sustenta as interações sociais entre os usuários, mas as interações sociais têm sido consistentes desde a era pré-digital. O potencial de monitorar, avaliar e monetizar as interações sociais é quase accidental. Da mesma forma, Zuboff (2021) considera o comportamento dos usuários da plataforma de mídia social independente da capacidade de quantificar tal atividade.

Em conclusão, o capitalismo de vigilância não é inevitável, mas incomum. Ele opera por meio da instrumentação da mídia digital, contando com a institucionalização generalizada

de instrumentos digitais para alimentar e, até mesmo, alterar todos os aspectos da experiência de cada ser humano.

O capitalismo de vigilância é compelido a se envolver nessas atividades por imperativos econômicos e “leis de movimento” que produzem informações substanciais e disparidades de poder. Juntos, o novo capitalismo, e sua peculiar produção de poder, são tão irrestritos por lei quanto o capitalismo e o poder econômico da Era Dourada, e suas repercussões, embora bastante diferentes, são tão terríveis.

O capitalismo de vigilância e o “governo por dados” são impulsionados pelo crescimento de sistemas e commodities alimentados por Inteligência Artificial e pela crescente dependência deles. Definido de maneira simples, o capitalismo de vigilância se baseia na expropriação e venda de informações privadas. De acordo com Zuboff, a competição nos mercados de dados do capitalismo de vigilância ou nos mercados de futuros comportamentais depende da previsão precisa do comportamento das pessoas.

Com o tempo, as empresas deixaram de tentar apenas prever o comportamento individual para buscar ativamente modificá-lo como resultado do aumento da concorrência e das crescentes tecnologias de coleta de dados. Esta é uma mudança fundamental para o capitalismo. Em seu livro “A Era do Capitalismo de Vigilância”, Zuboff (2021) escreve:

Enquanto o capitalismo de vigilância e seus mercados futuros comportamentais tiverem permissão de prosperar, a propriedade desses novos meios de modificação comportamental irá ofuscar a propriedade dos meios de produção como o manancial da riqueza e do poder capitalistas no século XXI (p. 26).

A modificação de comportamento já inclui a mudança de conduta política. Como exemplo, a autora fez referência ao caso *Facebook-Cambridge Analytica* de 2016, no qual o *Facebook* vendeu dados de usuários para a empresa britânica *Cambridge Analytica*. A *Cambridge Analytica* usou os resultados das avaliações de personalidade dos usuários do *Facebook* para personalizar a publicidade política para os usuários do *Facebook*.

Brittany N. Kaiser, ex-diretora de desenvolvimento de negócios da *Cambridge Analytica*, afirmou que os modelos psicológicos dos eleitores americanos foram derivados das respostas dos usuários aos questionários do *Facebook*. Além disso, os perfis dos participantes dos testes e de seus associados foram acessados sem o seu conhecimento. Os dados coletados foram analisados e usados para direcionar anúncios para pessoas “persuadíveis”, especificamente aquelas que eram suscetíveis à persuasão ou incertas. O objetivo da *Cambridge*

Analytica era criar conteúdo personalizado, como blogs, artigos de sites, vídeos e anúncios, para que as pessoas votassem no político que financiou a operação (ZUBOFF, 2021).

2.4. FUTURO DA COLETA DE DADOS

Devido à falta de regras, o capitalismo de vigilância está violando cada vez mais a privacidade das pessoas, obrigando-as a entregar sem reservas mais de seus dados comportamentais em troca de migalhas para a maioria. O capitalismo selvagem no século XXI se tornou um problema global que exige uma solução, como uma declaração de direitos humanos em espaços digitais que proteja as pessoas de posições dominantes e abusos de comerciantes de dados.

Zuboff (2018 e 2021), projetou que a coleta de dados continuará a se expandir à medida que o mercado for impulsionado por dados e a tecnologia for integrada à vida cotidiana. Ela disse que o uso de dispositivos da Internet das Coisas, como rastreadores de condições físicas, está aumentando, assim como as oportunidades de compartilhar dados com profissionais de marketing e anunciantes.

Segundo a autora, as empresas mais antigas confiavam no pecado original da 'acumulação primitiva', enquanto empresas de vigilância como o Facebook e o Google confiam no processo contínuo de 'desapropriação digital'. Essas empresas crescem mais lucrativas e perceptíveis a cada usuário. Ela teme que as empresas de vigilância possam utilizar o livre-arbítrio humano como um meio para atingir um fim, e não como uma contramedida ao monitoramento do governo.

Zuboff (2021) também cita uma patente da Microsoft, de 2016, para um software que identifica os estados mentais dos usuários. Este programa violaria a privacidade em um grau sem precedentes, acionando sensores para gravar voz e fala, filmes e imagens, bem como movimentos corporais.

Para a autora, devido às dificuldades em se manter a privacidade, as pessoas renunciam a ela, tornando-se, de fato, instrumentos a serviço dos capitalistas da vigilância, indício maior de que a preservação da intimidade está se tornando um luxo e de que o aumento desse tipo de desigualdade política dá lugar à tirania: um regime autoritário em que os que estão no poder desconhecem laços de semelhança com a maioria da população (ARBIX, 2020).

Os clientes aceitam o capitalismo de vigilância porque, muitas vezes, desconhecem a quantidade de dados que vários provedores de tecnologia coletam, o que varia de acordo com as ferramentas digitais utilizadas. No entanto, de acordo com Zuboff (2021), esses avanços podem ter ramificações significativas para o futuro digital:

- A erradicação do direito à privacidade como norma da sociedade;

- Restringir a capacidade dos indivíduos de governar suas vidas digitais;
- Minar a autonomia humana e talvez a democracia.

De acordo com Zuboff (2018), as empresas geralmente reúnem informações do cliente sem seu conhecimento ou consentimento. Além disso, elas invadem esferas pessoais e psicológicas para esse fim. A partir desse ponto de vista, a autora alerta sobre uma economia de vigilância e empresas de tecnologia que violam a privacidade, acessando regiões sensíveis e analisando metadados em busca de informações muito específicas. Ainda mais ameaçador à privacidade, é o fato de que essas empresas compartilham informações confidenciais com as agências policiais sem o conhecimento ou consentimento das pessoas e sem as ordens necessárias.

Além disso, a autora argumenta que, quando as empresas tentam governar a conduta das pessoas, às vezes, sem sua consciência, elas diminuem o direito à autonomia individual. As empresas não apenas se envolvem em ações para restringir a capacidade do público de resistir à invasão de privacidade e aumentar a dependência pública de seus serviços, mas também interferem sem consentimento nas emoções e escolhas públicas. De maneira semelhante, Morozov (2018) afirmou em seu livro *“Big Tech”*:

A tecnologia digital da atualidade, ficou evidente, não é apenas ciência aplicada, como ainda sustentam as filosofias mais vulgares da tecnologia. Ela é, na verdade, um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumidores desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos (p. 7).

E assim, de acordo com Zuboff (2021), tudo isso é um ataque sem precedentes à democracia, pois o capitalismo vigilante tenta possuir pessoas em toda a sua privacidade legalmente protegida. Ela afirma que a autonomia, ou autodeterminação, é o fundamento da civilização e que agora está sob grande ameaça.

3. SUBJETIVIDADE

A subjetividade, conforme proposta por Deleuze e Guattari (2010, 1996) e Guattari (1992), envolve a produção e posicionamento dos sujeitos pelos agenciamentos coletivos de enunciação que governam os termos de percepção e conhecimento. Deleuze (1992) destaca que as antigas sociedades de soberania manipulavam máquinas simples, como alavancas e roldanas, enquanto as sociedades disciplinares mais recentes empregavam máquinas energéticas, sujeitas ao perigo da entropia e sabotagem. No entanto, ele afirma que as sociedades de controle operam com uma terceira espécie de máquina: máquinas de informática e computadores, com riscos passivos de interferência e ativos de pirataria e introdução de vírus.

Essa evolução tecnológica está intrinsecamente ligada a uma mutação do capitalismo. Deleuze (1992) descreve como o capitalismo do século XIX se baseava na concentração de produção e propriedade, onde a fábrica era o local de confinamento e o capitalista era o proprietário dos meios de produção. No entanto, o capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma mudança de foco para a venda e o mercado. A fábrica deu lugar à empresa e os espaços tradicionais, como família, escola, exército e fábrica, se tornaram figuras cifradas e transformáveis de uma mesma empresa gerenciada por múltiplos gerentes.

Nesse contexto, o controle social é exercido, principalmente, por meio do marketing, que se torna o instrumento central de controle. O controle é descrito como contínuo, ilimitado, de curto prazo e de rotação rápida, em contraste com a disciplina, que era de longa duração, infinita e descontínua. Além disso, Deleuze (1992) observa que o homem não é mais visto como o homem confinado, mas como o homem endividado, destacando a relação entre o controle e a dívida.

Embora os sujeitos possam ser capturados e funcionalizados pelos circuitos do capital e submetidos ao controle biopolítico do Estado neoliberal (DELEUZE, 1992), ainda existem possibilidades de resistência, reconfiguração e criação que podem emergir das práticas de produção de desejo. Nesse sentido, é fundamental compreender a relação entre subjetivação e agência, considerando a interação entre o corpo, o afeto, a percepção e o conhecimento, e a capacidade de agir estrategicamente e de forma “autopoética”.

A subjetivação sintética é um processo que ocorre por meio de três sínteses ontogenéticas de “produção-de-desejo”. A primeira síntese refere-se ao investimento direto do desejo em um meio sociotécnico, no qual as conexões moleculares são estabelecidas além da distinção entre o humano e a tecnologia. Nesse sentido, é necessário reinterpretar a síntese conectiva de Deleuze e Guattari (2010), considerando um arranjo composto por elementos orgânicos e

técnicos. A segunda síntese, relacionada à inscrição ou registro, deve ser repensada a partir da teoria da mídia, levando em conta as tecnologias de registro e suas transformações ao longo da história. Já a terceira síntese deve considerar as condições tecnológicas do desenvolvimento humano, analisando como a composição natural-social-técnica influencia as possibilidades de subjetivação.

Assim, a subjetivação sintética ocorre em arranjos compostos por elementos heterogêneos, incluindo corpos orgânicos, técnicos e sociais. Nesse processo, a mediação tecnológica desempenha um papel fundamental na formação dos sujeitos, influenciando suas relações com o mundo e com os outros. Através da análise crítica das dinâmicas de poder e controle, é possível explorar as potencialidades de transformação e criação que surgem das práticas de produção de desejo (LAZZARATO, 2017). Dessa forma, a subjetivação sintética se torna um conceito-chave para compreender a formação dos sujeitos em contextos sociotécnicos e os desafios e possibilidades que surgem nesses arranjos. Como locais de subjetivação sintética, os espaços de fabricação têm o potencial de serem abertos à formação de grupos subjetivos nômades e “polivocais”, compostos por diferentes vozes e perspectivas, que se apropriam e modificam de forma “autopoética” seus próprios meios de produção de subjetividade (GUATTARI, 1992).

No entanto, é importante reconhecer que as lógicas de capital, as lógicas institucionais do ensino superior, as lógicas patriarcais e as lógicas do Estado tendem a hierarquizar o espaço, privilegiando empreendimentos e projetos que se enquadram nas lógicas dominantes em detrimento de projetos mais experimentais e abertos. Essas lógicas e os mecanismos de captura maquínica limitam e moldam as condições de possibilidade para os processos de subjetivação, direcionando o desejo para caminhos específicos e restringindo as potencialidades criativas. A ludicidade e a experimentação aberta são, frequentemente, codificadas como servis a literacias canalizadas para fluxos capitalistas. Diante dessa realidade, surge a pergunta: em um espaço de fabricação tão codificado, quais subjetivações podem emergir que não estejam vinculadas às lógicas dominantes?

Para explorar essa questão, é necessário repensar cada uma das três sínteses propostas por Deleuze e Guattari (2010) e considerar os efeitos ontogenéticos das máquinas sociotécnicas. O espaço de fabricação pode ser um local de estudo para rastrear essas sínteses e identificar as subjetivações potenciais. A produção-de-desejo, segundo Deleuze (1988), é a força produtiva fundamental do universo, sendo a natureza em constante processo de se fazer. Deleuze e Guattari (2010) discutem a produção-de-desejo em “Anti-Édipo”, focando no investimento da

libido e do trabalho humano no campo social. No entanto, eles deixam claro que esse processo é universal, abrangendo as máquinas de desejo produtivas e reprodutivas presentes no universo.

A síntese conectiva, conforme definida pelos autores, envolve três momentos: a fabricação e quebra de conexões, fluxos e cortes; o enxerto da produção em um produto; e o confronto entre as conexões produtivas e o corpo considerado inerte e não produtivo, resultando no “corpo sem órgãos”. Esse confronto gera uma mudança afetiva que é registrada no corpo sem órgãos como a inscrição da segunda síntese. É importante destacar que a produção-de-desejo é um processo molecular que ocorre antes da formação de indivíduos molares ou máquinas técnicas discretas. As conexões moleculares da produção-de-desejo estão subordinadas aos agregados molares, como organismos, instituições ou objetos técnicos. Embora essas organizações molares possam capturar ou canalizar os fluxos moleculares, elas mantêm sua fluidez ontológica e sua “metassabilidade”.

Ao repensar as sínteses propostas por Deleuze e Guattari (2010) à luz dos efeitos ontogenéticos das máquinas sociotécnicas, é possível explorar as potencialidades de subjetivação que vão além das lógicas dominantes. Ao traçar os processos das sínteses, permite-se identificar as formas de resistência, reconfiguração e criação que podem surgir nos espaços de fabricação. Essa análise crítica das dinâmicas de poder e controle abre caminho para a compreensão das possibilidades de transformação e criação que emergem das práticas de produção de desejo nesses espaços. Assim, os espaços de fabricação podem se tornar locais onde diferentes formas de subjetivação são exploradas, desafiando as lógicas dominantes e abrindo caminho para novos modos de agir e pensar.

Em “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, Deleuze (1992) descreve como as sociedades disciplinares, baseadas em mecanismos de confinamento e organização espacial, estão sendo substituídas pelas sociedades de controle. Ele destaca que as disciplinas também enfrentaram uma crise e estão sendo gradualmente substituídas por novas formas de controle que surgiram após a Segunda Guerra Mundial.

Essa transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle está relacionada ao tema da subjetivação discutido anteriormente. Deleuze argumenta que a subjetivação não é limitada a um sujeito humano individual, mas é o resultado de arranjos coletivos maquínicos e composições sociais. Ele menciona a importância de apropriar os meios de produção da subjetivação como forma de ativar a agência e resistir aos mecanismos de controle.

Ao discutir a crise generalizada dos meios de confinamento, como prisões, hospitais, fábricas e escolas, Deleuze está abordando a mudança na forma como essas instituições operam e exercem poder sobre os indivíduos. Essa mudança está alinhada com a transição das

sociedades disciplinares para as sociedades de controle, em que os mecanismos de confinamento são substituídos por formas mais sutis e abrangentes de controle.

Como locais de subjetivação sintética, os espaços de fabricação podem estar abertos à formação de grupos subjetivos nômades e “polivocais” – a composições “agentais” que apropriam e alteram de forma “autopoética” seus próprios meios de produção de subjetividade (GUATTARI, 1992). Lógicas de capital, lógicas institucionais de ensino superior, lógicas patriarcais e lógicas do Estado tendem a hierarquizar o espaço – por exemplo, priorizando projetos de classe em detrimento de projetos vaidosos e experimentação aberta. Embora o jogo livre possa ser incentivado como um processo de adquirir e nutrir literacias técnicas, ele é codificado como ludicidade a serviço de literacias canalizadas para fluxos capitalistas.

Isso significa que esses espaços podem dar origem a composições de agentes, ou seja, coletivos de pessoas que se apropriam e transformam de maneira autônoma seus próprios meios de produção de subjetividade. Esses grupos subjetivos têm a capacidade de reorganizar as relações de poder e conhecimento nos espaços de fabricação, desafiando lógicas dominantes e criando possibilidades alternativas de subjetivação. Eles são capazes de se apropriar dos meios de produção de subjetividade existentes e transformá-los de acordo com suas necessidades e desejos, criando assim formas de ser e agir.

Esses discursos e aprisionamentos maquínicos assemióticos (ou seja, processos de controle que não dependem apenas de significados ou símbolos) permitem limitar e influenciar a forma como nos tornamos sujeitos. Coisas como o empreendedorismo, a busca pela estética e a necessidade de encontrar sentido em algo de acordo com lógicas dominantes são forças que moldam as relações de poder e conhecimento, e capturam o nosso desejo de maneiras específicas (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Considerando o ambiente de produção em massa, que é altamente controlado e regulamentado, é difícil imaginar que tipos de subjetivações poderiam surgir que não estejam ligadas às lógicas dominantes. No entanto, ao analisarmos os processos das três sínteses, podemos começar a identificar possíveis formas de subjetivação que desafiam essas lógicas dominantes e emergem no contexto da produção em massa.

A produção-de-desejo é a força produtiva fundamental do universo: a *Natura naturans*²⁴ de Spinoza, a natureza se fazendo (DELEUZE, 2010). Na discussão de Deleuze e Guattari sobre a

²⁴ A expressão “*Natura naturans*” é um conceito-chave na filosofia de Baruch Spinoza. Em latim, “*Natura naturans*” pode ser traduzido como “natureza que está dando à luz” ou “natureza que está se tornando”. Essa expressão se refere à essência ativa e criativa da natureza. Para Spinoza, a natureza é vista como uma força dinâmica e produtiva que está constantemente em processo de transformação e criação. A ideia de “*Natura naturans*” destaca a atividade intrínseca da natureza, sua capacidade de gerar e se expressar.

produção-de-desejo, eles deixam claro que o processo é geral: é o “universo das máquinas de desejo produtivas e reprodutivas, a produção primária universal como 'a realidade essencial do homem e da natureza’”²⁵. Deleuze e Guattari (2010) definem a síntese conectiva em termos de três momentos, conforme visto anteriormente. Esse confronto da produção com a anti-produção produz uma mudança afetiva e essa mudança é registrada no corpo sem órgãos como a inscrição da segunda síntese.

A maioria dos regimes de subjetivação captura o desejo e o canaliza para máquinas sociotécnicas molares que funcionalizam corpos/sujeitos, reforçam a dominação e extraem valor excedente. Para Deleuze e Guattari (2010), as máquinas técnicas transformam fluxos de código em valor excedente, mas o axioma capitalista determina, em última instância, se e quando uma máquina técnica específica é adotada.

No entanto, também existem formas de subjetivação que conduzem ativamente o desejo de maneiras que aumentam o poder e a alegria desse corpo/sujeito. O “conhecimento adequado” de Spinoza e os “grupos subjetivos” de Guattari são formas de nomear tais subjetivações. Isso levanta as questões: de quem é o desejo inscrito? Quais inscrições se tornam a base da síntese conjuntiva? Quando um sujeito é sintetizado, a que corpo ele corresponde? Não é o desejo humano nem o desejo técnico, mas sim o desejo maquínico, o desejo de arranjos naturais/sociotécnicos compostos de elementos moleculares, antes da formação dos agregados molares “humano” ou “tecnologia”.

Em outras palavras, se a agência é entendida como o poder de uma composição natural/sociotécnica, então, os agenciamentos coletivos de enunciação são agenciamentos natural/sociotécnicos de enunciação. Isso abre caminho para a produção-desejante pós-humana e até mesmo não-humana de máquinas sociotécnicas. Assim, a subjetivação não é apenas resultado de indivíduos humanos ou tecnologia isolada, mas sim do coletivo em um sentido maquínico e molecular. A forma como nos tornamos sujeitos depende da composição ou arranjo em que estamos inseridos.

Os resultados da terceira síntese, que é o estágio final da subjetivação, são influenciados pela nossa capacidade de analisar e refletir sobre as inscrições e signos da segunda síntese. Isso envolve reconhecer as múltiplas opções de significado e interpretação que essas inscrições oferecem, bem como a importância de estabelecer diferentes conexões (ou até mesmo desconexões) entre elas. É por meio desse processo reflexivo e da consideração das múltiplas possibilidades que a subjetivação se desenvolve.

²⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010. p. 5.

De acordo com Guattari (1992), o ponto não é que não haja um sujeito humano, mas sim que o sujeito humano é um efeito historicamente situado de composições naturais/sociotécnicas. A agência, então, é a capacidade de apropriar os meios de produção de conexões, inscrições e subjetivação em si; não é definida pelas posições de sujeito que as sínteses produziram.

A teoria dos grupos subjetivos de Guattari delineia um modo revolucionário de subjetivação que leva em conta, parcialmente, os desenvolvimentos do final do século XX em mídia. Mas, a síntese conjuntiva, assim como a síntese conectiva e a síntese disjuntiva, deve ser repensada a partir de uma perspectiva completamente pós-humana, além do residual antropocentrismo da teoria da produção-desejante desenvolvida em “Anti-Édipo” e na obra de Guattari como autor único.

Desde que “Anti-Édipo” foi escrito, em 1972, os desenvolvimentos em tecnologias de mídia têm alterado radicalmente as condições de conexão e inscrição, bem como os modos de “reconhecimento” que podem processar recursivamente as marcas dessas sínteses, alterando radicalmente e multiplicando os modos potenciais de subjetivação sintética. Ao mesmo tempo, novas infraestruturas de mídia digital expandem massivamente as formas pelas quais as subjetivações podem capturar a produção-desejante e conectá-la a operações automatizadas baseadas em dados do semiocapitalismo (LAZZARATO, 2017).

Conforme argumentado por Guattari (1992), para compor ativamente a subjetividade e a agência, devemos apropriar os meios de produção da subjetivação. No entanto, este é um campo em constante evolução e, portanto, apresentaremos apenas algumas reflexões preliminares com base nas perspectivas existentes.

Em primeiro lugar, estão ocorrendo mudanças importantes que alteram o local de aplicação da repressão/representação, deslocando o *locus* da subjetivação. Devemos questionar a centralidade da família edipiana como local de aplicação e subjetivação e, em vez disso, examinar as maneiras pelas quais os sujeitos são sintetizados em conjunção direta com o semiocapitalismo perverso (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Em segundo lugar, é importante refletir sobre o impacto das conexões e inscrições que estão se tornando cada vez mais complexas e que não são facilmente compreendidas pelo *sensorium* humano. Nesse contexto, surge a questão de entender até que ponto essas conexões e inscrições podem ser consideradas uma forma de subjetivação pós-humana, em que o conceito tradicional de “homem” é cada vez menos relevante (LAZZARATO, 2017).

Essas novas formas de conexão e inscrição estão além da capacidade humana de percebê-las e interpretá-las de forma direta. Elas envolvem processos complexos que ocorrem em níveis

tecnológicos e sociais que ultrapassam a compreensão humana convencional. Isso nos leva a questionar se a figura tradicional do “homem” continua a desempenhar um papel significativo nesse contexto.

À medida que a tecnologia avança e se integra cada vez mais em nossas vidas, as formas de subjetivação também evoluem. A figura na areia que representava o “homem” pode se tornar cada vez mais obsoleta diante das novas possibilidades e potenciais oferecidos pelas conexões e inscrições pós-humanas. Essa transformação nos desafia a repensar nossa compreensão do que significa ser um sujeito e como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. As implicações éticas, sociais e filosóficas desse avanço tecnológico requerem uma reflexão mais aprofundada sobre a natureza da subjetividade e sua relação com as novas formas de conexão e inscrição que emergem em um contexto pós-humano.

Em terceiro lugar, a automação da subjetivação e sua não-legibilidade levanta o desafio de conceituar a terceira síntese em termos não-humanos. Como entendemos o momento de reconhecimento ou consumação quando a síntese conjuntiva não envolve componentes humanos? Devemos investigar se as máquinas técnicas podem ir “além” da conexão, inscrição e valor excedente do código para “consumir” ou “consumar” as conexões e disjunções em uma terceira síntese de ordem superior (DELEUZE, 1992).

Por fim, observamos um problema mencionado no início: o paradoxo de tentar pensar em uma epistemologia emergente da mídia a partir da perspectiva de um arranjo passado. Se o conteúdo de cada mídia é uma mídia mais antiga, então estamos epistemologicamente posicionados para pensar apenas em mídias passadas. Os leitores desta dissertação são muito provavelmente sujeitos sintéticos da rede de discurso de 1900, cujo pensamento não é digital, mas tipográfico. E, embora possamos compreender, apenas vagamente, a episteme emergente, podemos ser os últimos sujeitos capazes de compreender qualquer episteme, à medida que a água sobe e a figura na areia está quase desaparecendo.

3.1. CAPITALISMO E SUBJETIVIDADE

O conceito de que uma cultura consumista permeou o tecido da sociedade não é novo. De acordo com alguns acadêmicos, o capitalismo reforça o pensamento orientado para o mercado em todas as partes da vida, afetando significativamente a maneira como os indivíduos veem a si mesmos e aos outros.

As transformações da sociedade capitalista contemporânea, principalmente com a implantação dos domínios industrial, cultural, e outros sociais e produtivos, desviam os modos de produção do centro do processo de geração de capital e colocam o consumo no centro desse sistema, intensificando a cultura de consumo e a transformação do ser, corpo ou cidadão em mero consumidor, em ser consumidor. Assim, a criação da subjetividade se torna uma dinâmica fundamental para o lucro capitalista e as formas de controle sobre a cognição, as mãos firmes que conduzem as marionetes às manifestações consumistas de desejos persistentes e insaciáveis (JUNIOR, 2021).

O mundo do capital é feito de diferentes fetichismo-formas, com destaque para o fetichismo do dinheiro, que deixa claro o mistério do fetichismo das mercadorias, assim como o fetichismo do Estado ou, ainda, o fetichismo da tecnologia. Os valores-fetice que dirigem as individualidades de classe em suas escolhas existenciais saturam a sociedade burguesa ou a cultura das mercadorias. É por meio delas que são geradas as implicações subjetivas ou inovações sócio-metabólicas. As inovações sócio-metabólicas difundem valores-fetice próprios para a produção de novos consentimentos ficcionais. Ou seja, a “captura” da subjetividade não se dá, apenas, por meio da linguagem, ferramenta do sistema pré-consciência, mas também por meio das representações das coisas (ALVES, 2008).

Certamente, o capitalismo agora influencia a experiência subjetiva. Nessa abordagem, Lazzarato (2014) sugeriu pesquisar as mudanças na relação entre a subjetividade e o que é conhecido na tradição marxista como “modo de produção”. Além disso, o autor avalia as tentativas anteriores de uma orientação comparável que, a seu ver, fica aquém das principais características dessas revisões. Essa visão geral é colorida pela noção de que a relação entre produção e subjetividade que ele havia identificado anteriormente se tornou disfuncional na medida em que “a fraqueza do capitalismo agora está na construção da subjetividade”.

A dupla estrutura de criação da subjetividade sob o capitalismo explica tal instabilidade. Como Deleuze e Guattari (1993), Lazzarato (2014) diferencia dois dispositivos: a subordinação social e a escravização maquínica. Os sujeitos individuais se caracterizam pela forma como conferem uma identidade (gênero, corpo, profissão, nação etc.) através da subordinação social.

Além disso, o indivíduo passa por um processo de “dessubjetivação”, que ocorre tanto no nível pré-individual, quanto no supraindividual e desarticula o sujeito individual. Lazzarato (2014) chama isso de “servidão maquínica” e se refere a uma configuração na qual dois ou mais dispositivos são integrados de modo que tenha um controle de maneira unidirecional sobre os outros.

O autor define “servidão maquínica” como uma relação em que uma pessoa se torna “escrava” de uma máquina. Ele argumenta que o capitalismo revela dois tipos de cinismo: a alienação e o cinismo “desumanizador” de fundir indivíduos em um agenciamento que não mais distingue humanos e não humanos, sujeito e objeto ou palavras e coisas. Em contraste com as distorções ideológicas da realidade, as palavras “sujeição social” e “servidão maquínica” se referem a processos tangíveis.

Ademais, por meio da obra de Foucault, Guattari e da prática marxista e leninista, Lazzarato (2014) desenvolve um tipo de subjetivação resistente às relações de poder e saber. Esse tipo de subjetivação é referido por Foucault e Guattari, respectivamente, como “cuidado de si”, “auto posicionamento e afirmação existencial”. Esses processos foram ocultados pela revolução logocêntrica e linguística forjada pela filosofia analítica e teóricos contemporâneos como Alain Badiou, Judith Butler, Jacques Rancière, Paolo Virno e Slavoj Žižek.

Em contraste com sua confiança na estrutura linguística, o autor privilegia o ato de enunciação, que ele imbui de características quase divinas. A enunciação, como qualquer outro ato de criação, surge como potência de autoposicionamento, autoprodução e capacidade de esconder os próprios referentes. A enunciação pode ser vista no coro cristológico ou leninista (ritournelle), que diz respeito à produção coletiva da subjetividade. A palavra “ocupar Wall Street” não é uma descrição nem uma performance. Ao contrário, é uma demanda pela construção de uma subjetividade comunitária que, em contraste com a ação política convencionalmente libertadora, carece de consciência.

Assim, Lazzarato (2014) nega a preeminência da linguagem ou da semiótica significante. Segundo ele, existe uma ampla gama de performances expressivas, das quais os signos sinalizadores são apenas um subconjunto. Por exemplo, civilizações pré-históricas apresentavam níveis expressivos ordenados não hierarquicamente.

Numerosos tipos adicionais de expressão interagem com a fala democraticamente. Com sistemas semióticos cada vez mais complexos, a fala se torna uma espécie de equivalente geral dos vários sistemas semióticos. Isso é especialmente evidente nas sociedades capitalistas, quando a variedade de sistemas semióticos é consumida pela lógica do capital.

Lazzarato (2014), seguindo Guattari, diferencia “signos impotentes”, que devem sua eficácia ao seu trânsito pela representação e pela consciência, e “signos de poder”, que não devem seu impacto à mediação pela representação. Quando um cartão de crédito é passado em um terminal de pagamento, o processo de decodificação de sinais codificados e seus efeitos na realidade parecem negligenciar denotação, representação e significado.

Portanto, a “semiótica atributiva” pode ser usada para o estudo das máquinas e do maquinismo. Atualmente, as máquinas não são consideradas “coisas”, as máquinas agora são “montagens” semióticas de pessoas, equipamentos mecânicos ou elétricos e forças incorpóreas. Uma fábrica é um exemplo desse tipo de “máquina”. Quando a eletrônica se torna mais capaz de mexer ativamente com a realidade, os seres que interagem com essa tecnologia desenvolvem o poder de agir diretamente.

Em seu livro, Lazzarato (2014) desenvolve a noção de “semiótica mista”. Assim, a distinção entre significar e atribuir semiótica é analítica, apesar do fato de que os modos contemporâneos de comunicação incluem ambos. O objetivo é mostrar, por um lado, o deslocamento do sujeito individuado para uma subjetivação realizada pelo maquinismo do capitalismo e, por outro lado, que a teoria guattariana é uma descrição precisa da realidade da subjetivação da máquina capitalista. A semiótica mista permite apreender fenômenos tão diversos quanto a subjetividade infantil, a bolsa de valores, o cinema, a estrutura da indústria de serviços trabalhistas, entre outros.

A representação de Lazzarato (2014) do mercado de ações se concentra no papel do comerciante, que é amado e insultado nas imagens populares do capitalismo contemporâneo. O autor investiga as diferentes realidades semióticas na sala de negociação, incluindo informações econômicas, dados atuais do mercado, simulações de várias circunstâncias etc.

Por fim, em seu livro o autor também afirma que a crise atual é resultado da incapacidade do capitalismo e da classe trabalhadora em combinar fluxos técnicos, sociais e econômicos com processos de subjetivação (sentido existencial). Esse tipo de articulação não é uma forma de conhecimento; ele se desenvolve a partir daí. Além disso, Lazzarato (2014) argumenta que o capitalismo tardio busca cultivar indivíduos virtuosos com senso de dever e a crença de que eles controlam seus próprios destinos, e que nenhuma ação ou intenção individual pode efetivamente afetar ou interromper a circulação cibernética do capital.

Embora o autor não forneça uma explicação abrangente do papel da religião no capitalismo tardio, ele reconhece o cristianismo como a fonte de ideias e ideologias-chave, bem como a relevância social e política das igrejas. A religião e as igrejas, segundo o autor, estão ligadas ao capitalismo e às práticas de subjugação capitalistas. (ROSE, 2016).

Os métodos para administrar a si mesmo e aos outros, que são a base do Estado de bem-estar, se originaram na igreja. As funções do capital industrial, comercial e financeiro são comparáveis à ideia teológica cristã da Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. O ciclo interminável da dívida é apoiado pelo argumento teológico cristão de um Deus que paga as dívidas com um ato eterno de auto sacrifício que nunca pode ser pago.

A Igreja é a primeira a se engajar na “capitalização e expropriação” dos camponeses, bem como na destruição da cultura camponesa em toda a Europa. Enquanto o neoliberalismo corrói continuamente os laços sociais nos quais se baseia, ele se baseia cada vez mais em “território e valores pré-capitalistas, em moralidade e fés há muito estabelecidas e em subjetivações contemporâneas de nacionalismo, racismo e fascismo em um esforço para manter o equilíbrio social”. Constantemente, o capitalismo se deteriora. Segundo Lazzarato (2014), o cristianismo e as igrejas cristãs estão do lado da escravidão simbólica.

3.2. NEOLIBERALISMO E O HOMEM ENDIVIDADO

A ascensão do neoliberalismo como fase à parte na história recente do capitalismo, com suas características econômicas e geopolíticas particulares, leva Lazzarato a identificar o dinheiro como o principal instrumento da governamentalidade contemporânea. A entrada do Estado-providência em declínio na proporção inversa ao aumento da desregulamentação do mercado financeiro produziu o efeito mão e luva: milhões de pessoas obrigadas a financiar individualmente um custo de vida que não foi acompanhado por um aumento do poder de compra real da massa salarial que têm maior chance de obter crédito (CAMPOS RIBEIRO, 2023).

O crédito ou a dívida em sua relação credor-devedor, segundo Lazzarato, cria uma dinâmica de poder diferente que configura uma nova variação do *home aeconomicus* de Foucault, o “homem endividado”, que vincula as inúmeras modalidades de poder do neoliberalismo. Assim, a começar pelo endividamento, o neoliberalismo tem um poder de “inclusão” enorme e penetrante, abrangendo até mesmo pessoas que não possuem dívida privada devido à existência mais proeminente de dívida pública em muitos países (MENDES, 2012).

Além disso, o autor explica, por meio de uma série de exemplos bem-organizados, como, desde a crise do petróleo no final da década de 1970, a mudança na forma como os gastos com o bem-estar nacional é suportada resultou em déficits nacionais cada vez maiores. O endividamento não foi uma consequência inadvertida ou imprevista das políticas neoliberais de Lazzarato (2014); ao contrário, era seu objetivo final.

A crescente privatização da dívida nacional, que está ligada à crescente dependência dos governos de financiamento de mercado e crédito securitizado (dívida reempacotada e revendida em termos de títulos negociáveis), resulta em endividamento permanente em oposição a obrigações gerenciadas ou controláveis, e a situação só está piorando. Segundo Lazzarato (2012), a dívida é o próprio motor da política neoliberal, que, longe de ter uma lógica econômica simples, é mais fundamentalmente de poder. Especificamente, a polarização radical entre grandes credores e devedores, de modo que o princípio da assimetria, como oposto ao conceito econômico de troca ou equivalência, domina as relações sociais e políticas neoliberais. Nesse sentido, no livro “O governo do homem endividado”, Lazzarato (2014) afirmou:

A dívida constitui uma nova técnica de poder. O poder de controle e de coerção sobre o devedor não vem do exterior, como as sociedades disciplinares, mas do devedor ele mesmo.

[...]

A dívida lança uma ponte entre o presente e o futuro: ela antecipa e exerce um direito de preempção sobre o porvir. A dívida de cada estudante hipoteca simultaneamente seus comportamentos, seus salários e seus rendimentos futuros. Ela constitui o paradigma da liberdade liberal que, como se constata, de liberdade só tem o nome. O crédito produz uma modalidade específica de subjetivação. O endividado é individualmente o único responsável diante do sistema bancário (p. 67).

A concessão da “chamada independência” aos bancos centrais, que na verdade garante um recurso cada vez maior aos credores privados, torna quase impossível a gestão monetária da dívida pública. Isso, por sua vez, aumenta a confiança do Estado no mercado, já que os governos são consistentemente vistos não apenas como se abrindo às instituições financeiras, mas também, conforme traz Pirola (2020), desempenhando um papel fundamental no estabelecimento das organizações e estruturas necessárias para seu sucesso, garantindo a desregulamentação financeira em geral e contribuindo, em particular, para ampliar a gama e o volume de títulos do setor público, tornados atraentes para os investidores privados.

Neste ambiente, as mais recentes medidas de austeridade são, claramente, uma faca de dois gumes. Por um lado, parece que eles estão limitando os gastos com assistência social para reduzir a dívida do Estado. No entanto, ao aumentar a privatização dos serviços de bem-estar social como uma medida ostensiva de corte de custos, eles posicionam a provisão de bem-estar como parte da mesma 'venda' que precipitou a crise que as medidas de austeridade pretendem aliviar.

Portanto, as medidas de austeridade associadas à crise da dívida soberana não são tanto uma resposta desafiadora à economia da dívida global, mas sim um componente dela. De acordo com Corrêa e Vieira (2019), da mesma forma, resgates lastreados em recursos do Estado-nação recorrem a fundos, virtuais ou não, circulam ou surgem na mesma estrutura de financeirização, baseados em dívida securitizada e negociável, e não representam uma reafirmação do poder do Estado sobre o capital transnacional. Pelo contrário, representam um método adicional de desviar fundos públicos para apoiar um sistema de interesses amplamente privatizado.

Neste momento, quando todo o dinheiro é apenas dívida, a soberania monetária não tem valor e foi, consideravelmente, corroída nas últimas décadas pela aliança neoliberal de interesses estatais e corporativos e suas políticas associadas. Lazzarato (2014), sustenta, baseado no trabalho de Deleuze e Guattari (1993), que a economia da dívida necessita de uma teoria do dinheiro como, acima de tudo, dinheiro-dívida.

De acordo com tal visão, o dinheiro não existe com base nos laços comerciais necessários para a circulação de mercadorias, nem como reflexo da mais-valia criada a partir

do trabalho. O dinheiro, por outro lado, deve ser entendido, principalmente, como uma expressão da extrema disparidade de poder. Dessa forma, Lazzarato (2014) argumenta que o dinheiro é, antes de tudo, dinheiro-dívida, criado *ex nihilo*, não tendo outro valor real senão sua capacidade de destruir ou desenvolver laços sociais e, em particular, formas de subjetivação.

Em outras palavras, o dinheiro-dívida confina, dirige e controla tanto o presente quanto o futuro. E o faz, segundo Lazzarato (2014), não apenas para os governos ou sociedades em geral, mas também para os indivíduos em suas formas psicológicas e existenciais, consubstanciadas na presença subjetiva do 'homem endividado'. Também faz um reforço na dívida sem fim e irremediável, que deve e não pode ser paga simultaneamente, o “homem endividado” surge como uma figura universal e pessoal.

Em uma alusão indireta a Nietzsche, Lazzarato (2014) argumenta que um homem deve primeiro prometer ou garantir algo para si mesmo no futuro, mas ele limita a relevância de tal promessa (promessa de valor futuro) a uma proclamada obrigação de retornar. Em outras palavras, a única pessoa que pode servir de garantia para si mesma é aquela que pode pagar sua dívida. Este termo resume a teoria muito mais complexa de Nietzsche sobre o surgimento da “pessoa soberana” entre as interseções emaranhadas da moralidade servil reativa e da vida ativa. No livro “O governo do homem endividado”, Lazzarato (2014) faz as seguintes afirmativas sobre Nietzsche:

Os antropólogos esnobam a “Segunda dissertação” desse livro, pois eles consideram que seu conteúdo não corresponde ao que sua disciplina soube ver nas sociedades arcaicas. Tomemos como exemplo David Graeber, que escreveu recentemente um livro volumoso sobre a dívida. Segundo esse autor, Nietzsche aceitaria as premissas de Adam Smith, segundo o qual a vida é “troca” e o homem um “ser racional”, mas a diferença do iniciador da economia política, ele daria a imagem do que o mundo se torna quando ele é interpretado “em termos comerciais”. A partir da tese de Adam Smith, Nietzsche não teria feito outra coisa senão confirmar a teoria da dívida original, da dívida primordial e da dívida de vida, que vimos na obra de economistas heterodoxos (p. 79).

O autor cita, principalmente, o pensamento nietzschiano para apoiar sua afirmação de que o capitalismo moderno parece ter descoberto, de maneira independente, a abordagem de Nietzsche de cultivar uma pessoa que é capaz de prometer e, portanto, de responsabilidade. Devido ao fato de que tal dívida deve ser entendida em seu início como, fundamentalmente, não econômica, isto é, baseada em assimetria irreduzível de poder ao invés de equivalências transacionais de troca, tal promessa acarreta uma obrigação que nenhum futuro jamais poderia resgatar, mas que só vai piorar no futuro próximo.

O dinheiro, segundo Lazzarato (2014), é um poderoso instrumento de manipulação da temporalidade da ação, negando alternativas, o “presente móvel”, a “ambiguidade trêmula” e “a linha onde o passado e o futuro se encontram”. O autor restringe as alternativas dentro de uma estrutura predeterminada, ao mesmo tempo em que prevê seu desenvolvimento futuro. Para o dinheiro, o futuro é apenas uma projeção da dominação e exploração que agora existe. Esse argumento é um tanto cúmplice da 'força' ou 'poder' que procura denunciar, na medida em que deixa de lado duas questões com as quais os escritos de Nietzsche lutam.

Primeiro, a questão das origens, maltratada e, possivelmente, negligenciada de forma reveladora, na medida em que Lazzarato (2014) alude à descoberta mais ou menos acidental da “técnica” da dívida pelo “capitalismo moderno”. Em segundo lugar, A Criação do Homem Endividado é visto como o potencial auto idêntico de maestria se espalhando por um horizonte infinito, desprovido de diferenciação ou resíduo. Este futuro está livre de qualquer ambiguidade ou volatilidade temporal. Segundo Lazzarato (2011), esse é o verdadeiro objetivo do neoliberalismo.

Segundo a obra do autor, o Estado tem um papel essencial no crescimento da economia da dívida. Os Estados não apenas falharam em administrar os mercados financeiros, mas apoiaram ativamente seu crescimento. Eles não garantiram que as instituições financeiras internacionais fossem democráticas e justas e, ainda, as construíram de forma que os fundos dos credores e investidores estivessem salvaguardados.

O aumento da dívida como motor fundamental do poder e das relações sociais sob o neoliberalismo é uma narrativa de crise mais precisa. A dívida pública pós Segunda Guerra Mundial nos países desenvolvidos abriu caminho para o regime da dívida, permitindo que as instituições financeiras encontrassem uma solução: depender dos mercados financeiros. Os governos socialistas de Mitterand, na França, lançaram essa abordagem, como apontou Lazzarato (2011).

O autor ainda ilustra que, quando os governos tentam diminuir a dívida, eles incorrem em mais dívidas. Além disso, o reforço direto da agenda neoliberal via cortes orçamentários públicos, privatizações e liberalizações. O bloco de poder da economia da dívida usou a atual crise financeira para ampliar e aprofundar a lógica da política neoliberal. Assim, o neoliberalismo é insuperável em sua capacidade de destruir as conquistas dos movimentos sociais. Isso é destruição criativa no sentido marxista tradicional e é a adaptabilidade do capitalismo que torna sua desconstrução tão desafiadora.

3.3. SUJEIÇÃO SOCIAL E ESCRAVIZAÇÃO MAQUÍNICA

A questão da subjetivação e sua relação com as instituições são dominadas pela investigação antropológica. A subjetivação, que se refere à cocriação simultânea de um sentimento de identidade e ao desenvolvimento de uma relação específica de dominação, é concebida como um reino contingente, em constante evolução em resposta ao seu contexto social e político. A subjetivação está tão enraizada nas circunstâncias materiais da existência quanto na evolução de novas formas de governo e a persistência dos remanescentes de formas anteriores.

A subjetividade é consequência da produção em massa multinacional sob o capitalismo contemporâneo. Este é o tipo de produção capitalista mais antigo e fundamental, pois condiciona e contribui para a criação de todas as outras coisas.

A subjetividade é uma 'mercadoria chave', desenvolvida, fabricada e gerada da mesma maneira que um carro, eletricidade ou máquina de lavar. Assim, compreende-se que o capitalismo pós 1970, segundo o livro “Signos, Máquinas, Subjetividades”, de Lazzarato (2014), se caracteriza por seu duplo investimento na atividade subjetiva: a sujeição social e a escravização maquínica. Para ele, a produção (seja ela mesma ou a formação da riqueza) opera na interseção desses dois investimentos de poder distintos, mas complementares.

Enquanto a sujeição social é responsável por produzir e distribuir os lugares e papéis sociais dos atores na escravização maquínica, o ser humano é considerado parte de uma grande engrenagem que vai além e, com o maquinário tecnológico, são verdadeiros sistemas homem-máquina que agem em níveis pré-individuais e supraindividuais, deformando assim o “indivíduo” (SIQUEIRA, 2011). Nessa configuração de escravização maquínica, o contato entre humano e máquina ocorre não por meio do uso ou da ação, mas por meio da comunicação interna.

O esforço individual e a produção não são proporcionais e, como há uma conexão de comunicação entre vários sistemas, há uma liberação de potência imensurável em comparação com, por exemplo, emprego e trabalho humano. O capital, portanto, não apenas exige o aumento da jornada de trabalho, mas também é responsável por estabelecer um sistema que investiga a diferença entre sujeição e escravidão, ou seja, o elemento “imensurável”.

Assim, o autor caracteriza o capitalismo como uma máquina social, uma megamáquina que liga o humano e o não humano, homem e máquina, organismo e tecnologia, ao invés de separação, comunicação, repetição e reversibilidade. Ao construir todo um ambiente maquínico, o capital facilita não apenas as sedução da publicidade e a internalização de coisas

particulares e ideais da sociedade de consumo, mas também as dimensões pré-pessoal, pré-verbal, superpessoal e infrapessoal. No trabalho “Sujeito algorítmicos, subjetividades paranoicas: capitalismo de dados, influência, (in)dividualidades”, Filho (2019) apresenta a seguinte perspectiva de Lazzarato:

Ou seja, uma dupla escala de produção de conhecimento que articula e comporta ao mesmo tempo, no vocabulário de Lazzarato (2014), os processos de sujeição social, a atribuição a nós de características individuais como um corpo, uma sexualidade, uma profissão, uma nacionalidade, e servidão maquínica, a operação e agenciamento maquínica de subjetividades em níveis pré-individual e supraindividual (p. 12).

Ademais, a originalidade, o mistério e o poder do capitalismo são baseados na servidão maquínica, mas a sujeição social é um método de regulação da subjetividade que o capitalismo tirou de formas sociais anteriores e modificou para seus próprios fins. As técnicas de governo perpassam e ativam representações (políticas e linguísticas), domínios de conhecimento, ações visuais discursivas etc., gerando, assim, “sujeitos de direitos” e sujeitos políticos. Os seres humanos como sujeitos individuais recebem uma identidade, um gênero, uma profissão, uma nação (entre outras coisas) via sujeição social (LAZZARATO, 2010). É visto como uma armadilha semiótica grave e inevitável. No capitalismo contemporâneo, esses processos e procedimentos são implementados no “capital humano”, o que torna cada indivíduo um sujeito responsável por suas próprias ações e padrões de comportamento.

Além disso, a dívida é um dos mecanismos de sujeição social e Lazzarato a posiciona como um instrumento subjetivado, estabelecendo assim a subjetividade do devedor. Os indivíduos contraem dívidas, agora, não apenas para atender a necessidades anteriores, mas também para satisfazer desejos que excedem sua capacidade de gastos correntes, que devem ser decididos por sua capacidade de ganhar. Sua capacidade de endividamento, não seu trabalho, restringirá seus gastos. As pessoas estão sempre endividadas. Todos têm acesso à oferta de crédito disponível, que estabelece um cenário em que o empréstimo será pago (SILVA, 2018).

Em contraste, a servidão maquínica se refere a métodos não representativos, operacionais e diagramáticos que examinam subjetividades parciais, modulares e subindividuais. As pessoas não estão mais caracterizadas como sujeito (capital humano ou autoempreendedor). Em contraste, são vistas como um componente da agência “empresarial”, agência do “sistema financeiro”, agência de mídia, agência do “Estado de bem-estar” e seus “equipamentos de subjetivação coletiva” (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet etc.). As pessoas “trabalham” e são vulneráveis à agência, semelhante a componentes técnicos

de máquinas, processos organizacionais, sistemas de sinalização, entre outros (LAZZARATO, 2010).

Na obra “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”, o autor Deleuze (1992) faz as seguintes afirmações sobre as máquinas:

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las. As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e o ativo a pirataria e a introdução de vírus. Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo. É uma mutação já bem conhecida que pode ser resumida assim: o capitalismo do século XIX é de concentração, para a produção, e de propriedade (p. 3).

A expansão e proliferação de dispositivos tecnológicos intensificam e expandem a servidão maquínica, aumentando assim o domínio mundial de titãs da tecnologia como Google e Facebook. A recepção de dados de usuários conectados ajuda na lucratividade dessas organizações e, quanto mais dados elas obtêm, mais ricas elas se tornam. Com tanta informação disponível, preparam-se as bases para o pleno desenvolvimento da inteligência artificial, vista como uma forma mais sofisticada de capitalismo.

O capitalismo é a restauração contínua desse sistema de escravidão em que os seres humanos funcionam como peças mecânicas, gerando componentes 'humanos' e elementos de mecanização (CANGIANO, 2022). Para corporações especializadas em redes sociais (Facebook) e buscadores (Google), assim como institutos de pesquisa, bancos de dados, estudos de mercado e empresas de marketing, o ser humano é visto como fonte de troca e processamento de informações, em oposição a um assunto.

Os autores de “A Sociedade de Controle: Manipulação e Modulação nas Redes Digitais” afirmam que, à medida que a tecnologia de informação e comunicação evoluiu, as relações sociais passaram a desempenhar um papel maior nos ambientes digitais. No início do século XXI, esses vestígios se tornam determinantes para o controle e as disputas econômicas, políticas e culturais. O fenômeno é fundamental para a transição de um sistema socioeconômico predominantemente manufatureiro para outro voltado para a geração de bens intangíveis. Por meio de tecnologias cibernéticas, ou seja, processos de comunicação e controle, eles identificaram ferramentas cruciais para o desenvolvimento do que foi chamado de “capitalismo informacional” (SOUZA et al., 2018).

Como também, Deleuze e Guattari argumentam, em seu livro “Sociedade de Controle”, que, sob o capitalismo pós-industrial, os homens são componentes do sistema e não apenas consumidores. Eles fazem parte de um mecanismo de circulação de informações e extração de conhecimento. Computadores e dispositivos de tecnologia da informação não são apenas avanços tecnológicos; eles também facilitam uma mudança no capitalismo. Na cultura do controle, subjetividades que promovem corpos disciplinados são negligenciadas em favor de subjetividades que enfatizam flexibilidade criativa, inteligência e habilidades de comunicação (TÓTORA, 2006).

Guattari argumenta que a servidão surge como resultado da decodificação e desterritorialização dos fluxos (de trabalho, dinheiro, finanças etc.). Assim, “semióticas asignificantes” que “não têm um sujeito como referente” estão implícitas em outros regimes de signos. Embora a “semiótica significante” da sujeição social cumpra uma função política ao produzir sentidos dominantes necessários para legitimar e negar os componentes não linguísticos para manter o controle, ao dar sentido à servidão maquínica, que não tinha sentido prévio, a “semiótica significante” da sujeição social, serve a uma função social (WEINHARDT, 2017).

As funções humanas, como as dos componentes técnicos, se restringem a operar o sistema e fornecer dados brutos. Em teoria, as representações, a psicologia, a consciência, a interioridade não são necessárias. A servidão social é fundada na dualidade sujeito-objeto, enquanto a servidão maquínica não distingue entre organismo e máquina, sujeito e objeto ou humano e tecnologia.

No capítulo 9 do livro “Deleuze, os movimentos aberrantes”, David Lapoujade coloca a questão de qual sujeito é passível de ação, visto que grande parte sempre esteve sujeita aos aparatos do Estado e subserviente às máquinas das novas tecnologias que integram as populações humanas como bases de dados e fluxos de informação. O ser humano, segundo o autor, está sujeito tanto à subordinação social quanto à escravização maquínica. Essa era se caracteriza pela sujeição de todos os processos de subjetivação a máquinas mecanizadas, computacionais-informativas (LAPOUJADE, 2015).

A história de alienação e desumanização que faz do indivíduo um componente da máquina parece ser acompanhado de uma subserviência maquínica. A cisão técnica e política entre servidão e subjetividade se reflete na contradição entre instrumento e máquina. A tecnologia simboliza tanto a culminação quanto a morte da pessoa.

O primeiro é o conceito de uma pessoa manipulando a natureza com uma ferramenta. Aceita-se que o instrumento seja subserviente à pessoa. O segundo é o da máquina, componente

de um sistema tecnológico, sistema que desconsidera o domínio do indivíduo ao incorporar pessoas e suas ferramentas em seu funcionamento geral. O instrumento afirma a autonomia da pessoa, mas a máquina a ameaça. Assim, a tecnologia é apenas uma questão para a máquina.

Lazzarato (2014), seguindo os passos de Deleuze e Guattari, opera com base na premissa de que toda realidade é expressiva por meio de uma montagem ontológica do cosmos como entidades maquinica. Segundo o autor, o universo é composto por máquinas como uma árvore, um escritório, uma declaração, uma personalidade, um partido político e uma tempestade.

Para construir uma expressividade semiótica realista que abranja todas essas entidades variadas, uma mudança ontológica é necessária. E se tudo é fabricado por máquinas, então as máquinas também são fabricadas por máquinas. Reunida em unidades efêmeras e funcionais, a realidade é uma coleção de máquinas cada vez menores, cada uma com sua própria expressão (ARAUJO, 2021).

Lazzarato também enfatiza o papel da escravização maquinica na produção da subjetividade capitalista, observando que vários teóricos sociais contemporâneos, como Alain Badiou, Jacques Rancière, Judith Butler e Slavoj Žižek, ignoram esse aspecto em favor de focar em questões de ordem social. Contra esses pensadores, Lazzarato afirma que, ao contrário do feudalismo, as relações de poder sob o capitalismo são impessoais e baseadas na construção de máquinas (O ‘SHAUGHNESSY, 2019).

O capital, segundo o autor, não é apenas uma conexão de humano para humano nem é redutível a uma relação intersubjetiva. Os relacionamentos podem existir, mas são criados por máquinas sociais, que Lazzarato identifica como corporações, infraestruturas do Estado de bem-estar e redes de comunicação, e “apoiadas” por máquinas tecnológicas como a mídia e os algoritmos.

Em contraste com a sujeição, a servidão destrói o dualismo sujeito-objeto, substituindo-o por entidades híbridas “ontologicamente ambíguas”, ou o que ele chama de “entidades sujeito-objeto bifacetadas”. Os teóricos que enfatizam a sujeição, segundo Lazzarato, tendem a traçar a dicotomia sujeito-objeto com muita precisão. Esta abordagem, no entanto, deixa Lazzarato (2014) com ceticismo, particularmente quando parece ser o mesmo método pré-estabelecido.

Além disso, ao dividir o conjunto em sujeitos e objetos (por exemplo, direitos de propriedade), eles privam estes últimos (natureza, animais, máquinas, objetos, signos etc.) atribuem a sujeitos individuais cuja característica principal é ser um ‘proprietário’ ao enfatizar a montagem da servidão maquinica dessa maneira, Lazzarato parece colocar a hostilidade de classe em uma posição subordinada à máquina.

Seguindo, Lazzarato (2014), oferece além de uma semiótica significativa, uma “semiótica asinificante” sob a servidão maquínica. Em vez de representar ideias, a semiótica dá instruções para o software de computador realizar certas atividades. De acordo com Lazzarato, os uns e os zeros do código binário não são representações significativas da realidade fora do código; em vez disso, são regras para passar ou interromper correntes elétricas. O efeito não é a alteração indireta da realidade através da consciência humana, mas sim a transformação direta da existência através do uso de 'diagramas' apropriados que regulam a distribuição de fluxos como correntes elétricas.

Lazzarato (2014) usa o termo “diagrama” para se referir à interpretação de Foucault por Deleuze. Além do poder discursivo e do conhecimento, Foucault postula a existência de tecnologias de poder não discursivas, como o panóptico, segundo Deleuze. Estes organizam os súditos segundo desígnios específicos para subjugar-los aos fins da autoridade. No panóptico, por exemplo, o jogo do olhar e da invisibilidade organiza o espaço carcerário de forma a desenvolver corpos submissos e disciplinados.

A configuração espacial da prisão transforma um fluxo de criminosos desordeiros em uma fila de cidadãos obedientes sem que esses indivíduos percebam a influência do espaço em seu comportamento. Essas semióticas atribuidoras, segundo Lazzarato (2014), conduzem a subordinação maquínica ao encerrar os humanos em um agenciamento maquínica. Um motorista de carro, por exemplo, não escolhe seu comportamento intencionalmente. O veículo não exige a plena participação mental do motorista, mas apenas os componentes físicos necessários ao trabalho.

Os indicadores no painel acionam as respostas instintivas do motorista. O motorista e o carro se fundem em um único conjunto de peças mecânicas interconectadas. Assim, a oposição entre sujeito e objeto torna-se redundante (JUNIOR, 2011). Alguns componentes corporais do humano atuam como nós de entrada e saída para o funcionamento do homem-máquina. A pessoa não tem consciência desse processo.

O carro como homem-máquina é um conjunto de partes que comunicam diretivas entre si por meio de diversas semióticas de atribuição (correntes elétricas, luzes do painel, impulsos nervosos, movimentos musculares etc.). Todo o investimento intencional é desnecessário quando os nós do conjunto homem-máquina são efetivamente coordenados. Enquanto nada fora do comum quebrar a coordenação dos fluxos, a consciência não entra no processo de condução (CANGIANO, 2022).

Apesar de a semiótica significativa fornecer significado, significação e representação por meio da linguagem, o componente atribuidor da servidão maquínica gera operações que atuam

diretamente sobre as coisas. Taxas de câmbio, estatísticas de desemprego, diagramas e funções científicas, linguagens de computador etc., são exemplos de semióticas de atribuição em ação na reprodução do capitalismo contemporâneo, que não criam nem discursos nem narrativas, mas sim fluxos de dados abstratos e codificados. Segundo Lazzarato (2014), a semiótica “conecta um órgão, um sistema perceptivo, uma atividade intelectual, etc., diretamente a uma máquina, processos e sinais, eliminando assim as representações do sujeito”.

Empresas de internet como a Amazon são usadas como exemplos socialmente mais relevantes. A velocidade dos algoritmos preditivos excede a do sistema nervoso do consumidor. Isso significa que o computador prevê as demandas do cliente antes que ele o faça.

Um exemplo são as listas de livros recomendados onde a Amazon pode até antecipar e influenciar esse desejo. Assim, comprar livros pela internet não é a ação de um agente subjetivo sobre um objeto instrumental, pois este tem a mesma capacidade de moldar seus desejos que o comprador. Assim, a subjugação maquínica é um processo de subjetivação que desmonta o indivíduo em uma infinidade de máquinas que podem ser compatibilizadas com outras máquinas para regular fluxos que escapam à consciência.

3.4. MÁQUINA SOCIAL

Independentemente da metáfora, a máquina social é uma máquina no sentido de que possui um motor imóvel e realiza uma variedade de intervenções: os fluxos são divididos, os elos da cadeia são cortados e as tarefas pendentes são dispersas. Todas essas etapas são necessárias para codificar os fluxos (O ‘SHAUGHNESSY, 2019).

A codificação, tal como descrita por Deleuze e Guattari (1993), revela os componentes da subjetividade, suas dimensões pré-individuais, um código que não restringe as ações de uma pessoa, mas dita as muitas partes dos corpos, fluxos e desejos, que podem ou não ser conjugado. É maquínica porque subjuga esses componentes e seus fluxos de volta à máquina social.

As máquinas primordiais e a autocracia são caracterizadas pela máquina, código e sobre codificação, mas o capitalismo as altera. Deleuze e Guattari caracterizam o capital como “decodificação”, um despojamento dos componentes do corpo e suas posições dentro da máquina. A comercialização do desejo é um fenômeno social. Muitos fatores proletarizam essa decodificação.

A migração dos códigos dos corpos para as máquinas é condição necessária e consequência da decodificação, como descrevem Deleuze e Guattari. Isso não significa que o indivíduo e sua subjetividade sejam completamente eliminados da equação, livres de quaisquer limitações sociais. As funções capitais são representadas por axiomas em oposição a códigos, e esses axiomas são abstratos e quantitativos em oposição a concretos e qualitativos. Os axiomas estabelecem uma relação entre fluxo monetário, trabalho abstrato e fluxo de trabalho. O capital é reconstruído no nível do axioma, não no nível do código, e todo o sistema de desejos é privatizado como resultado. O capital desconsidera as complexidades do desejo (O ‘SHAUGHNESSY, 2019).

Combinando as noções de maior e menor de Deleuze e Guattari com as de servidão e subordinação, Lazzarato (2014) teoriza a expansão dessa luta. Para Deleuze e Guattari (1993), a diferença entre maior e menor tem menos a ver com avaliação quantitativa, ou mais ou menos, e mais com padrão e desviante. A maioria é considerada como o padrão. O pagamento é semiótico, um método de representação e uma renumeração do trabalho.

O trabalho é contabilizado apresentando-o como uma atividade socialmente necessária e benéfica. Ser recompensado é ter seu trabalho reconhecido como produtivo, social, disputado e adaptável; não ser compensado é ter o esforço tornado invisível. A sujeição é uma espécie de exclusão, um reconhecimento do trabalho e da participação, mas sempre baseada em uma potência geradora que a transcende e é capaz de escravizar o outro (SARTRE, 2015).

Desta forma, o capital não apenas coage uma extensão do tempo de trabalho (a diferença entre o tempo humano pago e o tempo humano gasto trabalhando), mas também inicia um processo que explora o contraste entre subjugação e servidão. O pagamento confronta ou desafia o trabalhador ao apresentar uma falsa representação de sua contribuição e produção para a sociedade.

3.5. SUBJETIVIDADES POLÍTICAS E DEMOCRACIA

Negri e Lazzarato argumentam que o trabalhador mais intelectualizado é necessário no novo modelo de produção pós-fordista para poder escolher e tomar decisões, pois a alma do trabalhador deve descer ao local de trabalho. Sua subjetividade e personalidade devem ser controladas e reguladas. A qualidade e a quantidade do trabalho são reformadas a partir de sua imaterialidade. Dessa forma, as velhas categorias marxistas perderiam seu uso explicativo para os cantores de ópera. Sob o moderno paradigma tecnológico de organização do trabalho, os autores não vislumbram novas formas de expropriação, mas enfatizam características como humanização, autonomia e independência (SANTOS, 2003).

Nas sociedades de controle, Lazzarato (2014) faz a identificação de clientes e cidadãos. O autor vê a separação entre economia e política, o mercado, como a ferramenta que articula as relações sociais, ao invés do Estado ou “sociedade civil”. A produção “neopolítica” de consumidores envolve a criação concomitante de cidadania. Sob o capitalismo pós-fordista, não há separação entre clientes e cidadãos.

Lazzarato (2014) baseia esse diagnóstico em duas categorias filosóficas definidas por Deleuze e Guattari: maior e menor ou maioria e minoria. Essas frases não se referem a uma “quantidade”, mas sim a um “padrão de medição”. Assim, a maioria não se refere ao número de pessoas que participam de determinada atividade, mas a um perfil de subjetividade estabelecido pelos métodos de marketing, a partir do qual todas as outras subjetividades são avaliadas.

Assim, perfis como “usuário de internet ou celular”, “jovem rebelde”, “mulher empreendedora”, “idosa aposentada”, “executivo” etc., pertencem a uma minoria na sociedade, mas são modelos majoritários fabricados pelo marketing como “grupos objetivos” que são avaliados para todos (ALVARADO, PATIÑO e LOAIZA, 2012). O capitalismo pós-fordista é fundado nesse tipo de modelo majoritário, que é composto por informações coletadas por meio de cartões de crédito e cartões de ponto em supermercados, pesquisas, promoções, telemarketing, pesquisas de opinião, centrais de atendimento, telefone, entre outras fontes.

A evolução dos modelos majoritários está associada à administração apolítica da vida nas sociedades de controle e à gestão diferenciada das desigualdades. O desenvolvimento de modelos majoritários, segundo Lazzarato (2014), é o ponto de partida para o funcionamento da política nas sociedades de controle. Isso fica claro não apenas em como as pesquisas podem mobilizar a opinião pública em uma direção por meio da mídia, mas também em como a

democracia é cada vez mais vista como um esforço para ampliar o número de pessoas que “acessam” os modelos majoritários.

Assumindo que uma parte considerável da população tenha acesso a cartões de crédito, telefones celulares, computadores pessoais, *ipods*, pacotes de férias, empréstimos bancários etc., a sociedade democrática será aquela em que os níveis de consumo das pessoas são os mais altos. Clientes e cidadãos são, portanto, intercambiáveis dentro dessa democracia articulada pelo mercado.

Nessa perspectiva, seria crucial distinguir entre democracia da diferença e democracia da multiplicidade. Uma democracia baseada na diversidade adere ao princípio multiculturalista de “inclusão do outro”. O “outro” é incluído como “diferença”, ou seja, como consumidor, participante de um paradigma majoritário e como novo membro de um “mundo” previamente construído. O outro pode ser distinto, mas apenas dentro de uma variedade de mundos criados pelo marketing desprovidos de individualidade (DE ALMEIDA e DE ALMEIDA, 2020).

Em uma democracia de pluralidade, não se trata de capturar mundos prospectivos dentro de quadros majoritários, mas sim da multiplicação de mundos imagináveis, onde cada mundo preserva sua singularidade. Nesse tipo de democracia, não é mais ser distinto, mas sim pertencer a um grande grupo, uma multidão. O objetivo das lutas democráticas não é a “inclusão do outro”, mas sim a eliminação dos pressupostos majoritários. Eles, então, lutam pelo status de minoria.

Nas economias pós-fordistas, o setor terciário é crucial para a acumulação de capital, portanto, a proporção de trabalhadores intermitentes nas nações capitalistas contemporâneas está crescendo em todos os domínios da produção, mas notadamente no setor terciário. Esse tipo de trabalhador prolifera no setor imaterial: indivíduos dotados de capital cognitivo adquirido por meio de terceirização e cujo emprego não é remunerado por tempo, que investem não na produção do que vendem, mas no próprio produto.

Artistas, músicos, designers gráficos, artesãos, cineastas, atores, professores universitários, gestores culturais e programadores estão entre os que atuam nesse campo. Pessoas que nem sempre têm emprego (porque viajam de projeto em projeto), mas que vivem sempre trabalhando (ALVARADO, PATIÑO e LOAIZA, 2012).

Nessa perspectiva, Lazzarato (2014) faz referência às atividades democráticas de trabalhadores precários do entretenimento. São artistas, comunicadores e membros da indústria audiovisual que trabalham como freelancers e não conseguem obter subsídios públicos em tempos de “inatividade” devido à crise do Estado de bem-estar social de uma nação.

Isso resulta em uma forte luta trabalhista, pois os trabalhadores intermitentes passam a se organizar não como um sindicato, mas como uma rede que busca o reconhecimento da utilidade social de seus esforços em períodos de desemprego, ou seja, de tarefas realizadas “fora do mercado de trabalho”. Trata-se justamente àquelas áreas que o capitalismo contemporâneo quer explorar sem remuneração pelo trabalho realizado “fora do horário de trabalho”.

3.6. TRABALHO IMATERIAL E A SUBJETIVIDADE

O capitalismo contemporâneo é, frequentemente, caracterizado como preocupado, principalmente, com trocas de informações, corroendo a primazia do produto real. Da mesma forma, a informação está se tornando mais vital no contexto de formas imateriais de comércio e acumulação capitalista, como o mercado de ações. Como mostra o comércio de ações, o novo sistema capitalista é baseado em uma rede cada vez mais complexa e descentralizada de escolhas que são mais difíceis de influenciar o sujeito individual e quase totalmente independentes da existência física do indivíduo (LAZZARATO, 2022).

Nem o trabalho de todos no mundo moderno é digital, imaterial ou profissional. Como demonstra a criação cultural, no entanto, as formas básicas de trabalho no pós-fordismo estão se tornando mais imateriais, o que parece ser uma das razões de seu pessimismo (ADAMS, 2021).

O conceito de trabalho imaterial pode ser definido como atividades que produzem um bem material ou imaterial, caracterizadas pela predominância da comunicação, conhecimento, cooperação e cultura na produção de um determinado bem. Além disso, é marcada por descontinuidades básicas e tem ramificações para ideias de tempo e espaço, tornando cada vez mais impossível a distinção entre horários e locais de trabalho e não trabalho.

O trabalho imaterial, voltado para a geração de informações, imagens e emoções, passa a ser exigido e operacionalizado no cotidiano, dando origem a uma nova configuração da subjetividade. Essa nova configuração produtiva busca extrair da vida habilidades que vão além da força física e integram componentes subjetivos que têm se mostrado essenciais para assegurar a preferência do cliente e o sucesso de longo prazo das organizações (MANSANO, 2009).

Segundo Lazzarato (2022), o “trabalho imaterial” é a prática da “nova subjetividade” que surge quando o capital é universalizado na sociedade. Essa “nova subjetividade” se opõe à “valorização do capital” e o substitui por sua própria “autovalorização” ao subsumir a totalidade social. Isso é possível porque a subsunção de todas as relações sociais ao capital significa que a verdadeira força produtiva é agora o conhecimento e a ciência, permitindo que a pressão política da “classe trabalhadora”, detentora desse “conhecimento”, aumente a venda, preço de sua força de trabalho acima de seu valor. De fato, o valor do trabalho seria eliminado e o espaço histórico seria disponibilizado para uma nova valoração, não do capital, mas da “inteligência da massa”. O entendimento conceitual necessário para lidar com essas dificuldades é fornecido

pelo trabalho imaterial. A identificação e rotulagem do trabalho é uma das contribuições mais importantes do trabalho imaterial para a educação, as ciências sociais e a tecnologia.

O trabalho imaterial produz, antes de tudo, uma relação social (inovação, produção, relação de consumo) e, somente na presença dessa reprodução sua atividade, tem valor econômico. A matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade e o meio ideológico em que essa subjetividade vive e se reproduz. Como o objetivo da sociedade pós-industrial é construir o consumidor, o desenvolvimento da subjetividade se torna produtivo. Nesse processo, a produção é ideológica e Lazzarato (2001) se refere a ela como criação estética, pois há interação entre autor, replicação e recepção.

O autor identificou o trabalho imaterial como parte de uma mudança pós 1970, no trabalho e nas relações de trabalho, caracterizada pela quebra de hierarquias, rotinas e expectativas outrora (aparentemente) estáveis e uma mudança em direção ao trabalho rizomático ou orientado horizontalmente que enfatizava o trabalho intelectual, móvel e autônomo. Esse mecanismo uniu de maneira única a manufatura, a família e o mercado. Atualmente, Lazzarato espera, agora, que os funcionários sejam muito mais independentes, de pensamento livre e emocionalmente investidos e criativos.

O capital requer uma situação em que o sujeito e o processo de comunicação tenham controle. Sem um supervisor, o empregado é responsável por seu próprio controle e motivação dentro do grupo de trabalho. Essa estratégia alcança o máximo esforço do trabalhador e a tomada de riscos com o mínimo de coerção aberta ou gastos comerciais (LAZZARATO e NEGRI, 2022).

Além disso, aponta-se que a matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade, que pode ser comercializada e colhida (via vigilância) como dados. Nos mercados digitais, o controle de novos recursos produtivos está concentrado nas mãos de poucos, permitindo-lhes tirar e lucrar com a atividade de muitos que devem ceder suas informações pessoais para ter acesso aos recursos produtivos e informacionais da era digital.

As plataformas digitais online recebem diariamente informações de diversas fontes. Essa coleta inclui qualquer tipo de dados, incluindo “curtidas” no Facebook, pesquisas no Google, e-mails, textos, fotos, músicas e vídeos, localizações, padrões de interação, redes, compras, movimentos, todos os cliques e até mesmo palavras com erros ortográficos, escritas e excluídas mensagens, velocidade de digitação e visualizações de página, entre muitos outros (BRUNO, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o debate que fora realizado previamente, podemos inferir que a subjetividade contemporânea se encontra influenciada pelos dispositivos tecnológicos informacionais que, por sua vez, agem como uma espécie de balizadores dos comportamentos, buscando manter o paradigma neoliberal sempre atualizado.

É importantíssimo ter em mente que esse processo de influência na subjetividade altera não só os indivíduos, mas também o seu entorno. Os usuários já não são capazes de discernir, muitas das vezes, se aquilo que desejam ou pensam são originários de sua própria vontade ou se foram, de forma paulatina, construídos pelos interesses das plataformas.

As plataformas só são capazes de operar da forma que atuam pela falta de legislação sobre elas. Por mais que tenhamos algumas iniciativas ao redor do globo, como a da União Europeia e a da Austrália, elas ainda são insuficientes para regular as big tech. É importante ter em mente que uma regulação efetiva dessas empresas apenas ocorrerá quando for amplamente discutida com a maioria dos países, uma vez que a privacidade é sempre uma questão coletiva.

Além disso, pode-se notar alguns dos efeitos nefastos que essa ausência de regulação sobre as plataformas pode causar, tais como, o aumento expressivo de discursos de ódio no ambiente virtual, os ataques sistemáticos à ideia de democracia ao redor do mundo e o aumento expressivos de doenças psíquicas, como a depressão e a ansiedade.

Mais ainda, o capitalismo de vigilância se alimenta dos dados de seus usuários para sua sobrevivência. No entanto, por mais que dados possam transmitir uma ideia fria e distante da realidade, é crucial que se tenha em mente que eles nada mais são do que a nossa experiência enquanto pessoas no mundo “datificado”. As empresas, algumas horas de forma sorrateira e outras ilegais, sequestram todas as nossas interações com o mundo digital com a intenção de se aproveitarem da nossa superexposição para aumentarem suas margens de lucro.

Ao ignorarem por completo o nosso direito à privacidade, elas acumulam dados e mais dados sobre nossas emoções, nossos sonhos e nossos medos. É justamente por possuírem uma base de dados tão extensa quanto a interação humana com o mundo pode ser, que essas empresas são cada vez mais capazes de nos orientar para os lugares que elas queiram que nós estejamos, seja uma viagem, o presente da sua pessoa amada ou um produto qualquer. Os capitalistas de vigilância sabem exatamente o que oferecer e como oferecer para seus usuários.

Como foi demonstrado anteriormente, não é só a nossa experiência com o mundo que se encontra maculada pelos tentáculos das plataformas, mas também o nosso próprio modo de

estar no mundo se encontra em ataque. Nossa subjetividade é paulatinamente cerceada pelos interesses econômicos e culturais de poucos capitalistas de vigilância que detêm o controle do mercado de dados. Para eles, pouco interessa um usuário que não siga as regras e normas que eles previamente definiram. Eles necessitam de consumidores que não questionem suas ações e que aceitem, de forma passiva, os seus mandos e desmandos.

Mais ainda, é justamente no terreno fértil do neoliberalismo, o qual prega a competição e o empreendedorismo de si acima de tudo, que as big tech encontram maneiras de explorar a vida quotidiana de seus usuários. Ao se super exporem em suas redes sociais, ao deixarem suas pegadas digitais por todos os sites de compras, anúncios clicados, vídeos assistidos, que os usuários das plataformas, tais como insetos que se debatem numa teia de aranha, selam o seu destino. À despeito de seu conhecimento, esses usuários, a cada clique, continuam a alimentar a máquina insaciável da big tech.

De forma final, é crucial que tenhamos em mente que essas empresas não buscam apenas saber sobre o que fizemos e o que fazemos, mas sim sobre o que iremos fazer. A coleta massiva de dados acontece no tempo presente, mas os olhos delas estão voltados para aquilo que virá. O sujeito que essas empresas buscam moldar é competitivo, isolado de seus pares, pouco participativo politicamente e entusiasta em consumir novas mercadorias.

Que esse trabalho possa a se somar a tantos outros para que lutemos por um futuro diferente do que aquele que as big tech almejam. Como a autora Zuboff (2021) brilhantemente defende:

“[...] cabe a nós usar o nosso conhecimento, recuperar nosso sentido de direção, incitar os outros a fazer o mesmo e fundar outro começo. Na conquista da natureza, as vítimas do capitalismo industrial eram mudas. Aqueles que tentarem conquistar a natureza humana verão suas pretendidas vítimas cheias de voz, prontas a dar nome ao perigo e derrotá-lo” (p. 615-616)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Erin; WURZBURG, Elizabeth; KERR, Stacey. **The tip of the iceberg**: Immaterial labor, technoskepticism and the teaching profession. *Contemporary Issues in Technology and Teacher Education*, v. 21, n. 1, p. 126-154, 2021.

ALVARADO, Sara Victoria; PATIÑO, Jhoana Alexandra; LOAIZA, Julián Andrés. **Sujeitos e subjetividades políticas**: O caso do movimento juvenil Álvaro Ulcué. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 10, n. 2, p. 855-869, 2012.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **A subjetividade às avessas**: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, v. 11, n. 2, p. 223-239, 2008.

ANGEL, C. O. **O neoliberalismo e a gestão do mal-estar contemporâneo**. Fundação Fenix, 2020

ARAÚJO, André. **Produção de subjetividade e semiótica maquínica segundo Maurizio Lazzarato**. *Semiótica Da Comunicação: estrutura e diferença*, p. 196. 2021

ARBIX, Glauco. **Ciência e tecnologia em um mundo de ponta-cabeça**. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 65-76, 2020.

BORGES, Samuel Silva. **Da crise do liberalismo à hegemonia neoliberal**: A constituição de uma razão-mundo competitiva e empresarial Plural - *Revista de Ciências Sociais*, vol. 25, núm. 1, 2018, janeiro-junho, pp. 178-185 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos, Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma**: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, v. 26, n. 3, p. e33095-e33095, 2019.

CANGIANO, Antônio Sérgio Borba. **A construção da subjetividade no neoliberalismo**: Deleuze e Guattari. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Metafísica) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CARDOSO, F. B. **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem / organização. [tradução Heloísa Cardoso Mourão [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, Kelly. **Estado, território e repressão**. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. abril, 2018.

CARIBÉ, João Carlos Rebello. **Uma perspectiva histórica e sistêmica do capitalismo de vigilância**. *Revista Inteligência Empresarial*, v. 41, p. 5-13, 2019.

- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Brasiliense, São Paulo, 1ª ed. 2017.
- CATINI, Carolina de Roig. **Para a crítica da educação neoliberal**: Entrevista com Christian Laval. ETD Educação Temática Digital, v. 22, n. 4, p. 1031-1040, 2020.
- CORRÊA, Murilo Duarte Costa; VIEIRA, Cainã Domit. **O social e o comum**: neoliberalismo, biopolítica e renda universal. Revista Katálysis, v. 22, p. 151-159, 2019.
- CRUZ, Leonardo Ribeiro da; SARAIVA, Filipe de Oliveira; AMIEL, Tel. **Coletando dados sobre o Capitalismo de Vigilância nas instituições públicas do ensino superior do Brasil**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6., 2019, Salvador. Anais [...]. Salvador: LAVITS, 2019.
- DA SILVA. **Resenha de a nova razão do mundo**: ensaio sobre o neoliberalismo de Pierre Dartot e Christian Laval. São Paulo: Boitempo, 2016. Revista Eletrônica de Filosofia Philosophy Electronic Journal. Vol. 14, nº. 2, julho-dezembro, 2017, p.278-283
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DARDOT, Pierre. **Neoliberalismo “clássico” e novo neoliberalismo**. Sens public, p. 1-22, 2021.
- DE ALMEIDA, Cleber Lúcio; DE ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo. **Neoliberalismo, subjetividades e mutação antropológica e política**. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.
- DE CAMPOS RIBEIRO, Felipe Figueiredo; COELHO, Bruna Martins. **Neoliberalismo como máquina de guerra (ou sobre a crise da Biopolítica)**: Lazzarato contra Foucault. ARGUMENTOS - Revista de Filosofia/UFC. Fortaleza, ano 15, no 29 - jan.-jun. 2023
- DE MOURA, R. A. **Consumo ou consumismo**: uma necessidade humana? Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo, v.24, n.1, 2018
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. São Paulo, Brasil: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G e GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** 2 ed. São Paulo: Editora34, 1993.
- DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**: conversações. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, p. 226, 1992.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista.** Tempo Social, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 115-136, jun. 2011

FAGIOLI, Andrea. **To exploit and dispossess: The twofold logic of platform capitalism;** Pluto Journals; Work Organisation, Labour & Globalisation; 15; 1; 8-2021; 126-137

FAZIO, A. Los conceptos de ser genérico y ser social en marx: sobre los fundamentos ontológicos de la emancipación. Eidos, n. 29, p. 40–67, dez. 2018.

FERREIRA, P. P. P. **A subsunção dos direitos humanos à nova razão do mundo.** Revista Direito e Práxis, v. 10, n. Rev. Direito Práx., 2019 10(2), p. 1583–1593, abr. 2019.

FILHO, Paulo Faltay. **Sujeitos algorítmicos, subjetividades paranoicas: capitalismo de dados, influência, (in) dividualidades**1 ALGORITHMIC SUBJECTS, PARANOID SUBJECTIVITIES: data capitalism, influence,(in) dividualities. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade de Corte: Investigações sobre o Neoliberalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2014.

FOUCAULT, Michel. **“Il faut défendre la société”** (Cours au Collège de France 1975-1976). Paris: EHESS; Gallimard; Seuil, 1997.

FRASER, Nancy. **The Old is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond.** Verso Books, 2019.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem - 5. ed.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GODOY, K. **Experiências humanas e o capitalismo de vigilância- riqueza em forma de dados.** Universidade Federal de Pernambuco.

GUATTARI, Félix. **Caosmose. Um novo paradigma estético.** Trad. Oliveira, A.L. e Leão L.C. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUIDOLINI, Paulo Octavio DA SILVA; NIPPES, Gabriel. **O dilema do capitalismo de vigilância.** Revista Pet Economia UFES, v. 1, n. 2, p. 27-32, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Theory The of Communicative Action: Volume 1.** Beacon Press, 1984.

HARVEY, David. **O neoliberalismo.** História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

JABORANDY, M. C. et al., **A Importância Das Digital Personas Para a Publicidade Contemporânea**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Juazeiro – BA – 5 a 7/7/2018

JABORANDY, Maria Clara; DO NASCIMENTO, Thiago Diniz. **A importância das digital personas para a publicidade contemporânea**. Faculdades Integradas AESO Barros Melo, Olinda, 2018.

JUNIOR, Carlos Augusto Peixoto. **Capitalismo e produção de subjetividade no mundo contemporâneo: uma leitura crítica**. 2011. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

JUNIOR, Frederico Augusto Tavares et al. **Noopolítica do consumo: Algumas pistas em Deleuze, Guattari e Lazzarato** Noopolitics of consumption: Contributions from DELEUZE, Guattari and Lazzarato. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 118797-118814, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Empresa, ordem econômica e constituição**. Revista de Direito Administrativo, v. 212, p. 109-133, 1998.

KOERNER, Andrei. **Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática**. Resenha. Rev. Bras. Ci. Soc. 36 (105), 2021

KOSVOSKI, Deysi Maia Clair; DA SILVA, Sara Farias. **O porquê é preciso alteridade: a subjetivação do neoliberalismo sobre os sujeitos**. Periferia, v. 12, n. 1, p. 177-191, 2020.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. Verso Books, 2005.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo, n-1 edições, 2015. 319 pp.

LAZZARATO, Maurizio et al. **La fabrique de l'homme endetté: Essai sur la condition néolibérale**. Paris: Amsterdam, 2011.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1, 2017.

LAZZARATO, Maurizio. **Signs and machines: Capitalism and the production of subjectivity**. Los Angeles: Semiotext (e), 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo**. Cadernos de subjetividade, n. 12, p. 168-179, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **The making of the indebted man: An essay on the neoliberal condition**. Philpapers, 2012.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Lamparina, 2022.

LAZZARATO, M. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Introdução de Giuseppe Cocco; tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

LEE, Jenny. **The google-doubleclick merger**: Lessons from the federal trade commission's limitations on protecting privacy. *Communication Law and Policy*, v. 25, n. 1, p. 77-103, 2020.

LIMA, Tatiana Rute Pontes et al. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**: aspectos da questão da moradia na cidade de São Paulo e no Brasil. PUCSP, 2022.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. **Das jornadas de junho à cruzada moral**: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, p. 945-970, 2019.

MALINA, Pedro. **Desigualdade e competição**: Duas faces da governamentalidade neoliberal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Transformações da subjetividade no exercício do trabalho imaterial**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 9, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 512-524 Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

MARTINS, Débora Maria; SOARES, Jacqueline Alves. **Do liberalismo clássico ao neoliberalismo**. *Encontros de Iniciação Científica UNI7*, v. 8, n. 1, 2018.

MENDES, Alexandre Fabiano et al. **Para além da Tragédia do Comum. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MERLIN, Nora. **Colonização da subjetividade e neoliberalismo**. *Revista Gearte*, v. 6, n. 2, 2019.

MINHOTO, Laurindo Dias; AMATO, Lucas Fucci; CAMARGOS, Pedro de Almeida Pires. **Do político ao econômico**: aportes da teoria dos sistemas a uma crítica do neoliberalismo. *Sociologias*, 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 185-204, 2008.

O'SHAUGHNESSY, Martin. **Beyond language and the subject**: machinic enslavement in contemporary European cinema. *Studies in European Cinema*, v. 16, n. 3, p. 197-217, 2019.

OLIVEIRA, Cleyton da Silva. **Neoliberalismo, sofrimento e indiferença**. *Revista Katálisis*, v. 25, p. 365-373, 2022.

OLIVEIRA, E. B. S.; ANDRADE, Larisse Silva; SANTOS, Maria Rita. **Capitalismo de Vigilância**: Uma discussão filosófica sobre a influência de redes sociais na autoimagem da mulher. *Linguagem em (Re) vista*, v. 15, n. 30, p. 38-58, 2020.

OLIVEIRA, Manoela Hoffman. O Indivíduo em Marx. São Paulo, Alameda, 2015.

PARRA, Henrique et al. **Infraestruturas, economia e política informacional**: o caso do Google Suite for Education. Mediações-Revista de Ciências Sociais, p. 63-99, 2018.

PEREIRA, Gabriel Santos; MOTTA, Marina Godoy Dezone. **Indústria 4.0 e economia circular**: uma transformação digital e sustentável na engenharia, com aplicação no setor de alimentos e bebidas. PANTHEON, UFRJ, 2020.

PIROLA, Émerson. **O Sujeito Endividado como Doppelgänger do Empreendedor de Si**: Subjetivação pela Dívida na Crise do Neoliberalismo. Mediações, v. 25, n. 3, p. 675-694, 2020.

POTER, Giordano Bruno; SOUTO, Carla. **Capitalismo de vigilância**. Seminário de Tecnologia gestão e educação, v. 1, n. 2, p. 31-34, 2019.

PRADO, Thiago Silva et al. **Capitalismo de vigilância e as tecnologias digitais no ensino remoto emergencial**. Anais do CIET: CIESUD: 2022, 2022.

QUEIROZ, Felipe. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. SCIELO, 2018.

RODRIGUES, Meghie. **Para o capitalismo de vigilância, todo corpo é negro**: Big tech acelera processos que universalizam a experiência necropolítica do Sul global. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 5, 2022.

ROSA, Rafael Rocha da. **Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade**. Argumentos Revista de Filosofia, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 154-165, jan./jul. 2019.

ROSE, Marika. **‘It’s Not the Money but the Love of Money That Is the Root of All Evil’**: Social Subjection, Machinic Enslavement and the Limits of Anglican Social Theology. Religions, v. 7, n. 8, p. 103, 2016.

ROSSI, Helena Costa; JÚNIOR, Cláudio Kazuo Akimoto. **Neoliberalismo e sujeito**: construção da identidade, resignificação do sofrimento e exclusão da diferença. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 113, p. 761-774, 2018.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SANTOS, A. de F. T. dos.. (2003). **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Trabalho, Educação E Saúde, 1(Trab. educ. saúde, 2003 1(2)), 364–366.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é a subjetividade?**. Nova Fronteira, 2015.

SCHAFF, Adam. O marxismo e o indivíduo. Tradução de Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

SILVA, Heitor Pereira. **A produção da subjetividade**: incursões pelo pensamento de Deleuze. UNB, 2018.

SILVA, Marcelo Lira. **Os Fundamentos do Liberalismo Clássico: A relação entre estado, direito e democracia.** Revista Aurora, v. 5, n. 1, 2011.

SILVA, Rafael Bianchi; ALEXANDRE, Ana Clara Siena. **Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal.** Revista Psicologia em Pesquisa, v. 13, n. 1, p. 11-11, 2019.

SIQUEIRA, Leandro. **Somos todos transtornados.** Cadernos de Subjetividade, n. 13, p. 219-229, 2011.

SOUSA, Cynthia; SILVA, Marília. **As novas formas de enfrentamento da angústia e suas relações com o discurso neoliberal.** UFPB, 2021.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Ed.). **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais.** Hedra, 2018.

SOUZA, Vinicius José De Lima. **A gestão neoliberal do sofrimento psíquico no diagnóstico de transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (tdah).** UFSJ, 2021

SRNICEK, N. **Platform capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2017.

SZWARCFITER, C. DALCOL, P. R. T. **Economias de escala e de escopo: desmistificando alguns aspectos da transição.** Prod. 7 (2) • dez 1997

SZWARCFITER, Cláudio; DALCOL, Paulo Roberto T. **Economias de escala e de escopo: desmistificando alguns aspectos da transição.** Production, v. 7, p. 117-129, 1997.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: A Construção da Identidade Moderna.** São Paulo: Loyola, 1989.

TOBBIN, Raissa Arantes; CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Política de cookies e a “crise do consentimento”:** Lei Geral de Proteção de Dados e a autodeterminação informativa. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, n. 47, p. 241-262, 2021.

TOMÉ, Julio. **Breves considerações sobre o sofrimento social.** Revista Ideação, v. 1, n. 41, p. 314-331, 2020.

TÓTORA, Silvana. **Democracia e sociedade de controle.** verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., n. 10, 2006.

TUMELERO, Náina Ariana Souza. **Perfilização e coleta de dados comportamentais: as políticas de privacidade da Google pela ótica consumerista no capitalismo da vigilância.** Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, v. 7, n. 1, p. 55-74, 2021.

UTUMI, Fernanda Yukari Oliveira et al. **Neoliberalismo como política de subjetivação.** UFU, 2022.

VALDÉRIO, Francisco et al. **Ceticismo, Dialética e Filosofia Contemporânea.** ACADEMIA.EDU, 2020

VEIGA-NETO, Alfredo. **Governamentalidades, neoliberalismo e educação.** Foucault: filosofia e política. Belo Horizonte: Autêntica, p. 37-52, 2013.

WAINER, Laura Romanowski. **Neoliberalismo, trabalho e sofrimento psíquico:** reflexões para não perder de vista o desejo. UFRGS, 2020.

WEINHARDT, Eduardo. **Por novas críticas ao capitalismo:** as leituras de Deleuze e Guattari por Lazzarato. Transobjeto, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância.** Editora Intrínseca, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **Beginning Ending.** Configuring Internal Controls for Software as a Service: Between Fragility and Forgiveness, v. 109, 2018.